



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIRIO - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
Programa de Pós-Graduação em História

UNIRIO
história

ATHOS PAULO DA COSTA SALLES

**ILUSTRAÇÃO, TÉCNICAS
E AS
RIQUEZAS NATURAIS DO BRASIL**

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH

ILUSTRAÇÃO, TÉCNICAS E AS RIQUEZAS NATURAIS DO BRASIL

Athos Paulo da Costa Salles

PROF. ORIENTADOR: DR.^a MARIA ISABEL DE SIQUEIRA

Dissertação de Mestrado
apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em História da
Universidade Federal do Estado do
Rio de Janeiro como requisito para
obtenção do título de mestre

Rio de Janeiro

Julho de 2013

ATHOS PAULO DA COSTA SALLES

ILUSTRAÇÃO, TÉCNICAS E AS RIQUEZAS NATURAIS DO BRASIL

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria Isabel de Siqueira - PPGH/UNIRIO
(professora orientadora)

Prof. Dr. Marcos Guimarães Sanches – PPGH/UNIRIO

Prof. Dr. Anderson José Pires – UFJF

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH

ILUSTRAÇÃO, TÉCNICAS E AS RIQUEZAS NATURAIS DO BRASIL

Athos Paulo da Costa Salles

PROF. ORIENTADOR: DR.^a MARIA ISABEL DE SIQUEIRA

Dissertação de Mestrado
apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em História da
Universidade Federal do Estado do
Rio de Janeiro como requisito para
obtenção do título de mestre

Rio de Janeiro

Julho de 2013

ATHOS PAULO DA COSTA SALLES

ILUSTRAÇÃO, TÉCNICAS E AS RIQUEZAS NATURAIS DO BRASIL

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria Isabel de Siqueira - PPGH/UNIRIO
(professora orientadora)

Prof. Dr. Marcos Guimarães Sanches – PPGH/UNIRIO

Prof. Dr. Anderson José Pires – UFJF

Resumo

A década de 1760 foi marcada pelo advento de uma grave crise econômica decorrente, primeiramente, da progressiva dependência política e econômica de Portugal em relação à Inglaterra, em virtude das transformações ocorridas no cenário europeu da segunda metade do século XVII. No entanto, no epicentro desta crise se encontrou a queda das rendas agrícolas e, principalmente, a queda da extração aurífera no Brasil, cuja importância colocou em questão a necessidade da prosperidade desta colônia para o desenvolvimento de sua economia.

Mediante a percepção da crise e da necessidade de contorná-la, o Estado português buscou fundamentar sua ação na inserção das ideias iluministas, conferindo a este processo ares próprios da realidade portuguesa, atuando na reforma do setor educação, cuja finalidade foi a de abrir as portas para o desenvolvimento técnico e científico português em atraso, se considerado o avanço alcançado por outros países desenvolvidos da Europa.

Em relação ao Brasil, uma das faces desta ação do Estado português consistiu no investimento na instrução dos lavradores da colônia em relação à prática agrícola pautada na utilização de técnicas de cultivo e de instrumentos agrícolas que viabilizassem a ampliação da produção da agricultura de modo a atender à demanda de consumo do mercado internacional.

Acrescenta-se ao matiz relacionado à proposição de técnicas exclusivamente voltadas para o avanço econômico português, a ideia de conservação de terras agriculturáveis em bom estado, cujo significado remete à manutenção da extração dos recursos naturais relacionados ao setor agrícola do Brasil por mais tempo. Entretanto, em meio a este plano de ação do Estado português, um descompasso se fez presente, uma vez que as propostas técnicas direcionadas à agricultura pelo Estado português, em alguns momentos, não convergiam com o próprio discurso deste Estado.

Palavras-chaves: Portugal e Brasil; Agricultura; Técnicas agrícolas; Conservação da terra.

Abstract

The 1760s was marked by the advent of a severe economic crisis due, first, to the Portugal progressive political and economic dependency in relation to England, because of changes occurring in the European scene of the second half of the seventeenth century. However, in the epicenter of the crisis met the decline in farm incomes, and especially the fall of extracting gold mining in Brazil, whose importance has called into question the need for the prosperity of this colony to the development of its economy.

Through perception of the crisis and the need to circumvent it, the Portuguese State has sought to base his action on insertion of Enlightenment ideas, giving themselves airs this process the Portuguese reality, acting in reforming the education sector, whose purpose was to open the doors to develop scientific and technical Portuguese, if considered overdue progress achieved by other developed countries of Europe.

Regarding Brazil, one of the faces of this state action consisted of Portuguese investment in education of the farmers of the colony in relation to agricultural practice based in the use of cultivation techniques and agricultural tools which enabled the expansion of agricultural production in order to meet consumer demand in the international market.

Adds to the hue-related proposition techniques exclusively focused on economic advancement Portuguese, the idea of preserving agricultural land in good condition whose meaning refers to the maintenance of extraction of natural resources related to the agricultural sector in Brazil for longer. However, in the midst of this plan of action of the Portuguese state, a mismatch was present, since the technical proposals directed to agriculture by the Portuguese, at times, did not converge with the actual speech of this State.

Keywords: Portugal and Brazil; Agriculture, farming techniques, Conservation.

Aos meus pais, Gessi e Evanil, e à minha noiva, pelo amor e compreensão dedicados a mim.

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço a Deus e à Espiritualidade, por me guiarem e me darem forças nos momentos em que mais precisei e quando achei que não haveria uma saída e ela se fez.

Agradeço, em especial, à minha Mãezinha e ao meu Tio-Pai. A eles agradeço por terem me facultado poder concluir esta terceira etapa muito importante da minha vida intelectual. A vocês devo todo o ensinamento moral e ético que me faculta hoje ser um homem de bem e um profissional comprometido, que ama e agarra com unhas e dentes a profissão que escolheu para gerar o seu pão de cada dia e o da sua família. Vocês, sem a menor margem para erros, foram os meus maiores professores. Em vocês tenho o meu espelho de garra, de vontade de vencer, honestidade, carinho e amor.

Á minha noiva, Joyce Pereira (mas em um futuro muito próximo, Joyce Pereira Salles), os meus mais sinceros e amorosos agradecimentos. Em você encontrei uma grande mulher com quem tenho ainda muito que aprender e que desejo ao meu lado até depois dos dias de nossos desencarnes.

Com o meu pai biológico, meus irmãos e cunhadas e com meus sobrinhos e afilhado, compartilho esta vitória e compreendo o apoio dado à medida do possível.

Á minha sogra, Maria de Fátima, agradeço, primeiramente, por ter me facultado ter uma das minhas maiores preciosidades (minha noiva) e, também, pelo exemplo de fibra e vontade de vencer. Ao meu cunhado-irmão, Ramon, e sua futura esposa Silvana, pelas palavras de carinho em momentos cruciais de minha vida.

Aos meus amigos Murilo de Lima e Indalesse de Lima, Jeferson Batista e Marília Silva, a minha admiração e agradecimentos pelos momentos que compartilhamos de nervosismos, apreensões, mas de muitas alegrias.

Aos meus companheiros, amigos e irmãos de trabalho, Thiago Salles, Juliana Sabatinelli, Wagner Monteiro e Aline Ferreira, os meus agradecimentos pela recepção no meu primeiro trabalho, pela irmandade que se formou. A vida nos reserva surpresas. Jamais imaginaria que, ao invés de ter colegas de trabalho, adquirisse irmãos que levarei para toda a minha existência. Muito obrigado!

Aos meus amigos Thiago Melo e Débora, Antônio José e a Tia Sandra, tenham certeza que muito aprendi com vocês. Vocês foram e serão muito importantes na minha vida.

Agradeço muitíssimo à minha Orientadora Professora Maria Isabel de Siqueira, que, com inigualável generosidade, carinho e apreço, me viu nascer historiograficamente e teve uma importância impar para a minha formação profissional. Minha querida Professora, serei eternamente grato por toda a atenção que dedicou a mim e muitíssimo grato pelos puxões de orelha, pois, vou levá-los para o resto de minha vida.

Expresso meus agradecimentos aos Professores Marcos Sanches e Anderson Pires por me apresentarem valiosas sugestões em minha qualificação, que foram de grande valia para o encaminhamento desta pesquisa.

Agradeço aos professores do Departamento de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), em especial aos professores Flávio Limonic, Paulo André Leira Parente e Vanderlei Vazelesk, pelas palavras de incentivo a mim dedicadas e momentos de conversas historiograficamente riquíssimas.

Agradeço ao casal de professores Paulo Cavalcanti e Vera Borges, e repito algo que minha querida mãe sempre me disse: a gratidão é a memória da alma.

Aos meus amigos do PPGH, Grazielli Cassimiro, Luciene Assis, Carlos Gama, Sandro Teixeira e Heitor Cesar (meu comuna favorito), vocês, com certeza, me fizeram um amigo e profissional mais completo. Muito Obrigado!

Sumário

Introdução	p. 12
 Capítulo 1: A Monarquia portuguesa em um mundo em transição	 p. 24
1.1- Redefinições do papel de Portugal na política internacional	p. 24
1.2- Portugal no Sistema mundo	p. 40
1.3- Portugal na economia ilustrada	p. 56
 Capítulo 2: Plantar o quê, colher o quê? O renascimento técnico e econômico da agricultura no Brasil colônia	 p. 74
2.1- Da crise ao Renascimento: a retomada do valor da agricultura colonial	p. 74
2.2- O tradicional e o Novo: melhoramento agrícola no Brasil para o mercado internacional	p. 104
 Capítulo 3: A natureza e a técnica: a conservação e o modo de utilizar as terras do Brasil	 p. 128
3.1 - Conservar para ter: valor econômico da conservação da natureza do Brasil.	p. 128
3.2- A conservação da “natureza” agrícola do Brasil: técnicas agrícolas para a conservação das terras do Brasil	p. 142
 Conclusão	 p. 162
Fontes	p. 168
Bibliografia	p. 173

Introdução

A segunda metade do século XVIII em Portugal foi marcada por uma sucessão de fatores que culminaram na mais estrondosa crise do Império português na década de 1760. O primeiro destes fatores foi a dependência externa portuguesa, tanto em relação ao comércio com a Inglaterra, marcado pelo Tratado de Methuen (1703), quanto à dependência das riquezas auríferas e as rendas da agricultura e do comércio da cana-de-açúcar e do fumo, ambas provenientes do Brasil¹, que havia se tornado a principal porção do Império, com a perda das possessões da África e na Ásia – e do ouro, em fins do século XVII. (ALDEN, 1999: 527-592)²

Ao sinal de esgotamento das minas, bem como das rendas advindas da agricultura do Brasil, na década 1760, a fragilidade econômica portuguesa se tornou notória, pois, sem ter ambas as receitas provenientes do Brasil, não foi possível manter a balança comercial favorável, uma vez que era elevado o índice de importações portuguesas.

Somou-se a queda da mineração dos preços da cana de açúcar e do tabaco, o terremoto de 1755 que atingiu a cidade de Lisboa, capital do Império português, exigindo elevados gastos para a sua reconstrução. Gastos que foram drenados do Brasil e de outras colônias portuguesas restantes.

¹ Rodrigo Ricupero defende a utilização do termo Brasil em vista da presença deste termo na documentação consultada por ele. Seguiremos este mesmo caminho uma vez que, ao consultarmos a documentação que será utilizada neste trabalho, o termo se faz presente, haja vista a seguinte documentação produzida por José Gregório de Moraes Navarro, de 1799, que traz o seguinte título: Discurso sobre o melhoramento da economia rústica do Brasil. Além deste, outros documentos apresentam esta característica, como poderá ser visto no desenrolar desta pesquisa.

² Ao dissertar sobre reorganização administrativa e econômica do período pombalino e pós-pombalino, o autor recua a sua análise até o processo de restauração do trono português em 1640 e elenca as perdas dos territórios coloniais sofridas por Portugal. Ao estabelecer este panorama, coloca o Brasil como principal porção do Império português. Além de Dauril Alden, ver WEHLING, Arno & WEHLING, Maria José. **Formação do Brasil Colonial**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. P. 323-352

No entanto, alguns anos depois da eclosão da crise, um novo momento se apresentava para Portugal. A crise aurífera abriu caminho para a retomada da agricultura do Brasil, que passou a ser valorizada novamente.

Esta retomada da agricultura no Brasil, denominada de Renascimento Agrícola, contou, dentre outros fatores, com a retomada da importância dos produtos agrícolas do Brasil colonial no mercado internacional, uma vez que, por conta de processos de emancipação em São Domingos (Haiti) e nas Treze Colônias (Estados Unidos), ocorreu a desarticulação dos mercados fornecedores de produtos como a cana de açúcar e o algodão, nas décadas de 1770 e 1790.

Esta vacância de fornecedores colaborou para que o Brasil tivesse sua agricultura revalorizada. Entretanto, algumas questões se colocam mediante este contexto. A primeira delas é acerca da participação do Estado português neste processo de retomada da força da agricultura no Brasil em fins do século XVIII.

No princípio da crise, bem como no momento em que foram buscadas formas para solucioná-la, emergiram no cenário político português o Marquês de Pombal e os secretários de Estado de Marinha e dos Negócios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro e D. Rodrigo de Souza Coutinho.

Estes agentes do Estado português exerceram influência junto aos seus soberanos na formulação e prática das ideias iluministas, tendo por finalidade o fortalecimento do poder absoluto do rei, adaptando as ideias iluministas levadas por eles à realidade econômica e política portuguesa.

A via utilizada pelo soberano e pelos agentes do Estado português para a propagação das ideias iluministas foi o desenvolvimento científico de Portugal financiado pelo próprio Estado. A primeira representação institucional deste plano foi a Universidade de Coimbra, quando teve os seus estatutos reformados, em 1772, com o

objetivo de mudar sua orientação metodológica, deixando de lado o viés hipotético-dedutivo implementado pelos jesuítas e passando a adotar o método da observação e do experimento.

O outro meio de propagação das ideias iluministas em Portugal foi a Academia Real de Ciências de Lisboa que produziu, entre outros materiais, Memórias Econômicas que versavam sobre os recursos naturais e a geografia tanto das colônias quanto do Reino.

As Memórias eram materiais que indicavam caminhos economicamente possíveis para o desenvolvimento de Portugal e das porções ultramarinas. Os *diagnósticos ilustrados sobre o reino*³ propostos pelos estudiosos influenciaram a promoção de uma política pautada no desenvolvimento científico e intelectual para promover a recuperação econômica.

A via utilizada pelos agentes do Estado português foi a reformulação do pensamento científico em Portugal, consistindo em uma progressiva adoção de ideias iluministas em Portugal.

O Renascimento Agrícola, além da retomada da força do setor agrícola na pauta do Brasil, estimulada por fatores externos, decorreu de fatores internos, como a queda das rendas provenientes da atividade mineradora (Prado Júnior, 2008 & Alden, 1999). Além disto, este processo se caracterizou pela diversificação das culturas desenvolvidas no Brasil, destacando-se o processo de aclimação de plantas trazidas de outras partes do mundo para o Brasil, na tentativa de recuperação econômica portuguesa (PÁDUA, 2004).

³ O termo em destaque é um dos subitens propostos por DA SILVA, Op. cit., p. 36. Este subitem pertence ao capítulo “O período Pombalino: fundamentos do perfil ilustrado luso-brasileiro”, que é o primeiro capítulo de sua obra. Neste capítulo, Ana Rosa Clochet da Silva estabelece uma contextualização do cenário cultural e político europeu do século XVIII, destacando as influências do movimento iluminista em Portugal. Segundo a autora, estas influências já estavam presentes em Portugal desde 1650, tendo maior propagação, no entanto, com intelectuais portugueses durante o reinado de D. João V, como era o caso de D. Luís da Cunha (DA SILVA: p. 37).

Entretanto, há alguns pontos de divergência entre os autores que pensam o Renascimento Agrícola. Um ponto de discordância, por exemplo, está relacionado à participação do Estado português no desenvolvimento deste processo no Brasil, ou seja, coloca-se em questão a participação do Estado neste processo de retomada da agricultura.

Além do questionamento da participação do Estado no Renascimento Agrícola, discute-se a forma como o Estado português de fins do século XVIII participou deste processo, uma vez que não há convergência acerca do nível intelectual do Reino.

Destas inquietações de caráter mais global, um questionamento mais específico acaba por ganhar forma. O Renascimento Agrícola culminou em um momento de retomada de crescimento econômico para Portugal. Assim, em termos práticos relacionados à lida com a terra, existiram preocupações com a técnica empregada na agricultura?

Uma vez que a demanda pela produtividade das terras do Brasil aumentou e a necessidade de produzir mais em menos tempo se fez, a atividade predatória adquiriu força em detrimento ao desenvolvimento de uma agricultura mais preocupada com a utilização dos recursos naturais disponíveis ao seu funcionamento?

A questão a ser problematizada liga-se, então, ao desenvolvimento técnico a ser utilizado na agricultura colonial do Brasil e ao modo como o Estado português lidou com a questão da técnica agrícola no Brasil, em um momento de necessidade econômica, no qual a desarticulação do mercado internacional possibilitava a ampliação da produção e a saída da crise. Que caminho o Estado português tomou mediante esta situação: o da defesa da prática agrícola predatória ou a adoção de uma política de estímulo a uma agricultura ilustrada, técnica, e que preservasse as riquezas naturais do Brasil?

Para responder a esta questão se faz necessário, inicialmente, tomarmos como norte o fato de que o debate historiográfico acerca das propostas técnicas da agricultura está no interior das discussões sobre quais parâmetros se organizou o Renascimento Agrícola.

Em linhas gerais, o debate historiográfico acerca da produção de técnicas sobre a agricultura do Brasil colonial durante o século XVIII, aponta para o papel desempenhado pelo Brasil na economia portuguesa e na economia mundial.

Autores como Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Dauril Alden, Fernando Novais e Rafael de Bivar Marquese e José Augusto Pádua destacam que o papel da economia do Brasil era o de fornecedor de gêneros tropicais. Entretanto, há diferença entre estes autores no que tange à forma pela qual o Estado português esteve presente no processo, assim como a difusão de técnicas agrícolas.

Sérgio Buarque de Holanda (2009: 59) estabelece a figura de um colonizador usurpador da natureza colonial, cujo objetivo era retirar tudo aquilo que podia da natureza colonial do Brasil sem nada lhe oferecer em troca, tendo como motivação para tal prática a estruturação econômica comercial vigente à época, que visava ao lucro sem a percepção dos custos futuros decorrentes da depredação.

Neste mesmo sentido, Caio Prado Júnior (2008: 87-90) afirma que a inexistência de um cuidado no trato da agricultura do Brasil, cuja origem remete à estrutura arcaica da administração do Estado português, era latente, uma vez que os colonos e o Estado português não se mobilizavam para a promoção de melhorias, vide seu estado de atraso cultural e intelectual.

Por outro lado, autores da década de 1970, como José Roberto do Amaral Lapa e Fernando António Novais, fazem considerações acerca do desenvolvimento intelectual de Portugal, demonstrando a existência de um Estado e de seus agentes comprometidos

com a elaboração de uma política econômica de valorização técnica da agricultura colonial, cuja base remonta à inserção das ideias iluministas em Portugal.

Amaral Lapa (1973:144), ao dissertar sobre a economia do fumo na Bahia, durante o século XVIII, salienta o papel da Academia Real de Ciências de Lisboa, bem como o papel desempenhado pelos colonos que eram correspondentes desta instituição, apontando para o implemento, mesmo que de modo assistemático, de técnicas agrícolas que corroborassem para o desenvolvimento econômico de Portugal, viabilizado pela valorização da agricultura do Brasil.

Fernando Novais, também na década de 1970, escreveu *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial(1777-1808)*. Neste livro, Novais promove uma análise sobre o momento da crise do Antigo Sistema Colonial, tendo como estudo de caso a relação entre Portugal e Brasil. Sua análise parte da percepção das alterações nas relações de poder na Europa, que se estenderam até as colônias na América, o que inclui o Brasil.

Novais afirma que no final do século XVIII as relações econômicas entre Portugal e a sua principal colônia (o Brasil) foram marcadas por um mercantilismo bafejado pelas, onde os ideais fisiocratas de valorização da terra, entremeados com o conhecimento da natureza colonial, adquiriam um tônus mercantilista (NOVAIS, 2011: 223-224), ou seja, a colônia passou a ser vista como uma fonte de recursos naturais (agrícolas e minerais), como era vista anteriormente, mas adquirindo uma atenção sistemática em sua exploração, para que fossem dinamizados os lucros advindos das relações comerciais portuguesas com o restante da Europa, realimentando, desta forma, o tesouro Real português.

Rafael de Bivar Marquese (2010), assim como Novais, defende a perspectiva de que o desenvolvimento agrícola do Brasil, viabilizado pelo financiamento do Estado

português, teve por meta o atendimento dos anseios lusitanos pela comercialização de produtos de tropicais no mercado internacional. Marquese, entretanto, confere importância a forma como as Memórias produzidas pelos intelectuais portugueses atuaram não só no setor produtivo, mas no controle das principais ferramentas de trabalho, os escravos.

Por fim, emerge a proposta de uma análise ambientalista relacionada à produção intelectual de fins do século XVIII. José Augusto Pádua (2004) defende a ideia do surgimento de uma crítica ambiental brasileira, fruto do movimento de inserção do Iluminismo em Portugal, estimulado pelo Estado. Pádua aponta para uma série de proposições técnicas direcionadas para a agricultura que, sem abrir mão do sentido utilitário e comercial da natureza, buscaram promover um conservacionismo sem, contudo, estabelecer uma concepção de natureza imexível ou intocável.

Como nos referimos anteriormente, estes autores não fogem da percepção de que o papel do Brasil para Portugal é de fornecedor de gêneros tropicais, que seriam comercializados por Portugal no mercado europeu. Esta concepção é defendida por Immanuel Wallerstein (1974).

Wallerstein, em sua série de livros intitulada *O Sistema Mundial Moderno* (1974), nos fornece um embasamento teórico sobre as “incumbências” de cada país no desenrolar da economia moderna. Para a definição dos papéis econômicos desempenhados pelos países durante a modernidade, o autor parte do princípio de que a composição deste sistema se dá mediante o poder político exercido pelos países onde estes são agrupados em centro, semiperiferia e periferia, onde há uma relação de dependência entre estas três esferas no que diz respeito à circulação de mercadorias.

Wallerstein, entretanto, faz esta análise mediante um olhar sobre a Europa moderna, não tendo como foco específico a análise entre as relações de poder e econômicas referentes a Portugal, Brasil e o comércio europeu.

Todavia, acreditamos ser possível a utilização deste molde para explicar a relação Brasil-Portugal-comércio europeu. A proposição teórica de José Vicente Serrão se torna uma referência para esta intenção.

Serrão (1998:67) chama a atenção para o papel de Portugal na economia européia, mostrando que sua função no cenário econômico europeu era o de realizar fornecimento de gêneros tropicais para a Europa, servindo quase que de entreposto aos produtos oriundos das colônias que, por sua vez, detinham um papel central para o funcionamento e a manutenção destas relações econômicas.

Assim, durante fins do século XVIII, foi estabelecida uma relação onde Portugal detinha um papel de mediar o fornecimento de gêneros entre o Brasil e a Europa, obtendo rentabilidade com esta relação, mantendo o Brasil na região periférica da economia e fortalecendo as regiões centrais, ou melhor, a região central, em virtude da aproximação entre Portugal e Inglaterra durante o século XVII.

Mediante o cenário internacional de carência de produtos como o algodão e o açúcar a colônia portuguesa na América passou a deter a função de manter o vigor comercial português.

Além da compreensão das divergências historiográficas, para respondermos sobre qual o caminho tomado pelo Estado português em relação à agricultura do Brasil colonial, é necessário estabelecermos, como primeiro objetivo, um quadro conjuntural político-econômico do Estado português no momento em que ocorreu a crise de 1760.

A crise de 1760 é o cume de um processo que se delineou com a alteração da estrutura política iniciada após o momento da Restauração do Trono português (1640).

Neste momento, a Inglaterra iniciava um processo que levou-a ao domínio das relações internacionais. Portugal, em situação desfavorável após a restauração, se aliou à Inglaterra e desta aliança uma série de tratados desfavoráveis emergiram e colocaram Portugal em uma situação de dependência em relação às exportações, uma vez que não houve o desenvolvimento manufatureiro em Portugal.

Por outro lado, no Brasil, em fins do século XVII, ocorreram as primeiras descobertas de jazidas de ouro. O ouro do Brasil passou a ser um o principal produto extraído da colônia e o principal da pauta política e administrativa portuguesa. Por um lado, o ouro do Brasil serviu como fiel da balança comercial portuguesa, por outro, sua disponibilidade fez com que os gastos com importação crescessem, mas fez crescer também a importância do Brasil

Mediante este quadro, temos que verificar, então, até que ponto a colônia portuguesa na América detinha relevância para as finanças portuguesas, uma vez que o momento que antecedeu a esta crise, ainda no século XVII, foi marcado por uma redefinição do papel político português na Europa e a inserção econômica de Portugal e de sua colônia neste novo ordenamento.

Em um segundo momento, buscaremos estabelecer uma relação entre o advento das propostas técnicas direcionadas à agricultura do Brasil e a demanda de produtos primários no mercado internacional. Mediante o cenário econômico internacional, o surgimento de propostas técnicas em relação à agricultura colonial criou possibilidades para o desenvolvimento econômico português, pautado por uma produção maior e em menor tempo, visto que a desarticulação dos mercados fornecedores de açúcar e algodão e o estímulo ao desenvolvimento destes e de outros insumos agrícolas consistiram em uma estratégia de recuperação do tesouro português, que teve como mola propulsora os estudos de ciências naturais nas instituições científicas abrigadas em Portugal, como a

Universidade de Coimbra, a Academia Real de Ciências de Lisboa e a Tipografia Calcográfica do Arco do Cego.

Por fim, nesta análise sobre as técnicas agrícolas direcionadas ao Brasil, buscaremos relacionar as proposições de técnicas agrícolas de cultivo com a conservação dos recursos naturais da colônia portuguesa na América, pois, partindo do princípio de que, mesmo com o aumento quantitativo da necessidade de consumo de matérias primas do mercado internacional, as propostas de melhorias técnicas visaram à qualificação da produção, uma vez que a possibilidade de lucros contínuos a partir de produtos retirados do solo e da natureza favoreceu a manutenção e conservação das terras do Brasil.

Desta maneira, trataremos no capítulo 1, *A Monarquia portuguesa em um mundo em transição*, da posição do contexto político –econômico de Portugal no momento que antecedeu a crise de 1760, levando em consideração os acontecimentos políticos do século XVII, que redefiniram a posição de Portugal e Brasil no cenário político e econômico europeu.

No segundo capítulo, intitulado *Plantar o que, colher o que? o renascimento técnico e econômico da agricultura no Brasil colônia*, trataremos de analisar as propostas técnicas relacionadas à agricultura, considerando o contexto da inserção das ideias iluministas em Portugal, assim como a correlação existente entre produção técnica voltada para a agricultura e ampliação da demanda de matérias primas exigidas pela mercado internacional.

Por fim, no terceiro capítulo, *A natureza e a técnica: conservação das terras do Brasil*, buscaremos relacionar a produção literária sobre a aplicação de técnicas agrícolas com o viés conservacionista da natureza, considerando a necessidade de

conservar os recursos naturais do Brasil como meio de manter uma exploração constante dos mesmos.

Desta forma, partimos do pressuposto da existência de fontes históricas que indicam a proposição de técnicas agrícolas voltadas para a agricultura do Brasil colonial, como, por exemplo, as memórias econômicas condensadas/traduzidas por frei Mariano da Conceição Veloso nos tomos de *O Fazendeiro do Brazil*, publicadas sob os auspícios da Coroa portuguesa e que continham uma série de recomendações técnicas propostas para o melhoramento da agricultura no Brasil, evidenciando, inclusive, a necessidade do zelo com a terra para a manutenção de sua produtividade.

Recorremos também aos estatutos da Universidade de Coimbra como fonte de embasamento ao reformismo no setor educacional e científico realizado por Pombal e levado adiante por seus sucessores. Nestes estatutos, observamos as bases utilitárias sobre as quais a natureza era estudada, um finalismo que consistia na busca por possibilidades econômicas para fortalecimento do Estado português.

Analisaremos memórias e discursos como os de José Vieira do Couto e José Gregório de Moraes Navarro, que introduzem uma ideia conservacionista em relação aos recursos naturais, propondo meios de não extinguir a natureza colonial com a finalidade de continuar a extração para as gerações futuras.

Entretanto, analisaremos um ponto de dicotomia nas relações entre Estado português e suas próprias intervenções para a melhoria da agricultura colonial do Brasil. A contradição aparece quando D. Rodrigo de Souza Coutinho, no documento intitulado de “*Systema politico que mais convém que a nossa Corôa abrace para a conservação dos seus vastos Dominios, particularmente dos da America, que fazem propriamente a base da Grandeza do Nosso Augusto Thono*” (1797), destaca que a produção agrícola do Brasil era o que de melhor esta colônia poderia oferecer à sua metrópole. Contudo,

ao dissertar sobre a política fiscal portuguesa em relação ao Brasil, D. Rodrigo destaca que os impostos sobre os escravos deveriam ser reduzidos para a entrada desta mão de obra no Brasil.

Além dos documentos acima referidos utilizaremos o alvará de 1785, que proibia a existência de manufaturas no Brasil. Por meio desta análise, destacaremos o papel da agricultura da colônia em relação aos interesses portugueses, observando a dicotomia entre a presença das ideias fisiocratas e as idéias mercantilistas.

A utilização dos recursos documentais desta pesquisa é oriunda do Estado português, o que inspira uma perspicácia em sua análise, para que não tomemos o caminho de uma reprodução das ideias deste Estado. Nosso propósito é perceber, também, os interesses que permearam as práticas políticas e econômicas em relação ao Brasil colônia, observando a dinâmica existente entre metrópole e colônia.

Nosso foco de análise não consiste, propriamente, em uma análise sobre a conjuntura econômica colonial, mas sim na proposição de técnicas agrícolas pelo Estado português para a execução na colônia. Contudo, concebemos que, para a compreensão da realidade econômica portuguesa, torna-se indispensável a análise do papel desempenhado pelo Brasil, enquanto principal colônia portuguesa e grande produtor de gêneros primários neste momento.

Capítulo 1

A Monarquia portuguesa em um mundo em transição

Neste capítulo colocaremos em questão Portugal no decorrer do século XVIII, analisando o período que antecedeu a crise da década de 1760, o papel de Portugal frente à nova conjuntura internacional marcada pela revolução industrial e suas respectivas exigências produtivas.

Por fim, demonstraremos as idéias econômicas que permearam a formulação do pensamento político-econômico de Portugal, na segunda metade do século XVIII, levando em consideração a inserção das idéias iluministas em Portugal – com seu arcabouço voltado para o pensamento econômico – ressaltando a forma como estas idéias se consolidaram.

1.1- Redefinições do papel de Portugal na política internacional

A Restauração do Trono português (1640) deu início a modificações conjunturais nas relações políticas e econômicas de Portugal. Foi um momento em que ocorreu um estreitamento de laços entre Portugal e Inglaterra, por conta do endividamento português com a Guerra de Restauração e a expulsão dos holandeses do Brasil, e uma redefinição “geopolítica” das diretrizes colonialistas portuguesa, deslocando o eixo comercial do Oriente para o Atlântico.

Como limite ao período estudado, temos o reinado de D. Maria I, mais especificamente a governança de D. Rodrigo de Souza Coutinho, à frente da Secretaria de Estado dos Negócios Ultramarinos (1801). D. Rodrigo deu continuidade à política pombalina de desenvolvimento científico e intelectual iluminista em Portugal, visando, assim como seu antecessor, à formação de uma elite luso-brasileira ilustrada e fiel aos

anseios de progresso econômico português, fomentando o desenvolvimento da atividade agrícola, dentre outras.

O momento iniciado após a Restauração do Trono português, de acordo com Francisco Carlos Cosentino, caracterizou-se, internamente, pela busca da consolidação da dinastia de Bragança no poder. No que diz respeito ao plano interno, neste momento ocorreu uma busca por parte de Portugal pela formação de alianças visando “a inserção de Portugal nas negociações do velho continente ou a ampliação das pressões sobre os espanhóis (...)” (COSENTINO, 2009: 248).

Desta maneira, a garantia da consolidação dos Bragança no trono português, confirmando a Restauração do Trono, estava no centro das questões políticas portuguesas. A este respeito, Cosentino (2009: 249) afirma que:

O término do conflito luso-espanhol retratou, na prática, a situação de fragilidade de portugueses e espanhóis, a sua secundarização e marginalização da política internacional europeia. Por sua vez, o papel desempenhado pela Inglaterra, intermediando as negociações de paz, demonstrou a existência de um novo cenário para a política europeia, no qual os protagonistas, desta vez, eram os britânicos e os franceses.

No entanto, o anseio português na consolidação da sua restauração, implicou em novas demandas para a dinastia de Bragança recém-estabelecida no poder. Dentre estas demandas, segundo Fernando António Novais, está o intento de garantir a posse de suas colônias, em especial a colônia portuguesa na América, o Brasil, o que, por sua vez, implicou no estabelecimento das relações internacionais portuguesas no decorrer do fim do século XVII até a vinda da família real para o Brasil.

Segundo Novais, uma das preocupações portuguesas no decorrer da primeira metade do século XVIII foi assegurar o domínio sobre as suas colônias. Isto porque, nesta época, *o equilíbrio das relações políticas internacionais se organizava em torno de outros centros*, ou seja, Inglaterra e França, que *assumiam definitivamente a*

dianteira no desenvolvimento econômico e no movimento das ideias, passando as monarquias ibéricas a potências de segunda ordem (Novais, 2011: 18).

Desta forma, ao se reorganizarem as relações internacionais, onde França e Inglaterra se tornaram as referências econômicas e ideológicas, deixando Portugal e Espanha para o segundo plano nesta questão, os países ibéricos sentiram a necessidade de articular políticas para a manutenção das suas respectivas colônias.

Tanto Portugal quanto a Espanha, para terem a possibilidade de manter suas posses territoriais, elaboraram um sistema de alianças internacionais com as potências que emergiam no cenário internacional:

“Na medida em que se enfraquecia o poderio espanhol, Portugal restaurado encontrava apoio nas potências que disputavam a supremacia. A pouco e pouco, e na medida sobretudo em que as potências em ascensão (Holanda, França e Inglaterra) competiam também umas com as outras, ia se caracterizando o sistema que se consolidou no término da guerra de Sucessão espanhola (1713): Portugal cada vez mais se prende à aliança inglesa, a Espanha se apoia na proteção da França, selada com a instalação da dinastia bourbônica no trono espanhol.” (NOVAIS, 2011: 18)

A política de Portugal e Espanha se encontrava, então, em uma nova realidade no que diz respeito à sua projeção no plano político internacional, assumindo um papel secundário nestas relações. Por conta deste fator e da participação inglesa intermediando as negociações de paz entre Portugal e Espanha, Portugal se colocou ao lado da Inglaterra e não da França.

O fim do século XVII e o início do XVIII são marcados, em Portugal, pela preocupação com as possessões coloniais portuguesas. Para Fernando Novais, *nessa fase de transição, desloca-se o eixo dinâmico de sua economia imperial, reorganizando-se o seu quadro geoeconômico, que de base predominantemente oriental, passa a definitivamente atlântico* (NOVAIS, 2011: 19). Neste sentido,

identificamos que há um deslocamento do centro dinamizador da economia portuguesa do Oriente para o Atlântico, corporificado na sua colônia na América. O Brasil, como afirma André Mansuy Diniz Silva, *graças a seus produtos e seu comércio, tornara-se não só um elemento importante na riqueza da metrópole, mas também uma das principais fontes de renda do governo* (SILVA, 1998: 478).

Cosentino (2009: 251) também apresenta este ponto de vista da ampliação da importância econômica do Estado do Brasil em relação às outras colônias portuguesas, destacando a lucratividade advinda do início da extração do ouro no Brasil. Entretanto, o autor destaca, ainda, o papel do Brasil na articulação econômica com as colônias da África que compunham o Império português, conforme podemos observar:

Ao longo da segunda metade do século XVII, o Estado do Brasil adquiriu posição central no império demonstrado não só pela importância do seu rendimento [...] mas também pela sua integração econômica crescente com o litoral africano através do comércio negreiro e seu intercâmbio comercial com a carreira da Índia. O crescimento da importância do Estado do Brasil no Império ultramarino português fez com que, graças à América portuguesa, a teia que unia e vinculava as conquistas ultramarinas lusitanas adquirissem mais profundidade e complexidade. (COSENTINO, 2009: 249-250).

Sendo assim, o interesse português em consolidar o deslocamento do eixo comercial português do Índico para o Atlântico foi canalizado para a manutenção da posse sobre o Brasil, não só pela rentabilidade da colônia, que tinha no ouro o novo interesse metropolitano, mas na posição central que o Brasil assumiu na articulação com as conquistas africanas do Império português.

No entanto, a manutenção do Brasil por parte de Portugal não ocorreu sem esforços. Para alcançar esta meta, a diplomacia portuguesa

procurou constantemente ceder no terreno das concessões comerciais a fim de manter a integridade territorial das colônias ultramarinas, sobretudo dos domínios da América. Assim, as vantagens advindas da exploração colonial passaram a se

constituir em moeda no jogo das relações internacionais. (NOVAIS, 2011: 19)

Desta maneira, a posse de regiões coloniais garantia a participação portuguesa no jogo das relações internacionais estabelecidas no fim do século XVII e na primeira metade do século XVIII, ou seja, no momento em que Portugal havia perdido seu predomínio político nas relações internacionais e buscava alianças para a manutenção de suas possessões. O Brasil, então, adquiriu um papel sem igual nas disputas políticas e econômicas empreendidas neste momento de transição portuguesa, ou, como afirma Novais,

(...) reorganizando o espaço de sua ação política e econômica, pôde Portugal superar uma fase particularmente difícil de sua história, mantendo a independência e preservando a maior porção de seus domínios ultramarinos (...). Em suma, persistência da aliança inglesa e economia atlântica são elementos definidores da nova situação. (NOVAIS, 2011: 19)

Conforme Novais e Cosentino, o novo momento vivenciado por Portugal nas relações internacionais teve como tônica a manutenção da posse sobre o Brasil e sua gradual aproximação com a Inglaterra para consolidar esta manutenção, além de obter sua autonomia em relação à Espanha, firmando o processo de Restauração do Trono português.

O apoio inglês, todavia, não foi dado sem interesses. De acordo com Novais, foram assinados acordo entre Portugal e Inglaterra, nos quais esta última se beneficiava.

Estes acordos seguiram da seguinte forma:

Ao primeiro tratado de aliança, firmado com Carlos I Stuart (1642), seguiu-se o de 1654 com o Lorde Protetor da República Inglesa, para enfim , reafirmar-se com Carlos II, em 1661, a aliança política e os acordos comerciais, tudo selado com o casamento de Catarina de Bragança com o rei Stuart. (NOVAIS, 2011: 22)

Estes acordos a que Novais faz referência acima, segundo a visão de Arno Wehling, fazem parte da primeira de cinco fases pelas quais passaram as relações políticas e econômicas estabelecidas entre Portugal e Inglaterra, que, segundo o autor, *não evoluíram de forma linear, algumas vezes a dependência era nítida; noutras, eram marcadas por administrações fortes*, apresentando momentos de alternância em relação à consolidação do interesse inglês em Portugal e à contenção destes interesses por parte do Estado português.

Segundo Wehling, entre 1640-1670, momento pós-Restauração do Trono português, as relações entre Portugal e Inglaterra se caracterizaram pela dependência portuguesa em relação à Inglaterra, em que, *para enfrentar a Espanha, dom João IV e seus sucessores precisaram fazer concessões de vulto territoriais e comerciais de vulto à Holanda e Inglaterra* (WEHLING, 2005: 206).

Para Novais, Portugal passou a atender às necessidades políticas do Estado inglês, ou, conforme afirma o autor, *é pois para a Inglaterra que se voltaram as esperanças de apoio e sustentação. Tal a necessidade desse apoio, que a monarquia portuguesa se viu obrigada a ajustar-se às vicissitudes políticas da Inglaterra* (NOVAIS, 2011: 22), culminando com a “tutela de fato” da Inglaterra sobre Portugal, em virtude da *permuta de enormes vantagens comerciais aos ingleses, por proteção política* (NOVAIS, 2011: 23).

Na segunda fase, que compreendeu o reinado de D. Pedro II, Wehling (2005: 206) afirma que, *reconhecida a independência pela Espanha, houve um certo desafogo na política portuguesa*. Wehling, em *A Formação do Brasil Colonial*, e Nuno Monteiro, em *A consolidação da dinastia de Bragança e o apogeu de Portugal do Portugal Barroco*, apontam a atuação do Conde de Ericéia na política portuguesa.

Wehling afirma que, no momento em que o Conde de Ericéia esteve à frente da formulação da política econômica portuguesa,

Foram estimuladas as manufaturas, protegida a agricultura e controlado o comércio colonial, para evitar o contrabando. Ericéia esbarrou, porém nas antigas deficiências estruturais portuguesas: a falta de capital, de técnicas e de mão-de-obra especializada. Apesar disto, sua política deu alguns resultados, e Portugal enfrentou com relativo sucesso a crise econômica. (WEHLING, 2005: 206)

Nuno Monteiro (2000: 133) afirma que *é de fato para o Atlântico e para o Brasil que se dirigem, de forma prioritária, as atenções da política portuguesa neste período.*

Este fato decorre da tentativa de minimizar os efeitos da fase anterior, marcada pela extrema dependência portuguesa em relação à Inglaterra, sendo selados acordos desfavoráveis em uma conjuntura onde o Brasil perdera a sua hegemonia na produção açucareira, visto a entrada da Holanda no circuito internacional de fornecimento do produto. Nuno Monteiro (2000: 134) afirma a posição mercantilista das práticas promovidas pelo conde de Ericéia:

Trata-se, de fato, de uma iniciativa tipicamente mercantilista, que responde a uma conjuntura de desequilíbrio da balança comercial e das finanças da monarquia e que se esgota quando essa conjuntura é ultrapassada. Leis anti-sumptuárias, pragmáticas, lançamento de fábricas e importação de mão-de-obra qualificada são, afinal, os ingredientes característicos desse tipo de intervenções. Em todo o caso, a fundação de fábricas de tecidos no Fundão, na Covilhã, e em Portalegre lançariam sementes de uma implantação industrial duradoura.

Desta maneira, diferentemente da primeira fase das relações entre Portugal e Inglaterra, marcada por uma aproximação com a Inglaterra e decorrente das dificuldades políticas portuguesas com a Espanha e em favor da manutenção da colônia portuguesa na América sob seu domínio, a segunda fase desta relação buscou uma maior autonomia portuguesa decorrente do abrandamento dos problemas políticos e econômicos vivenciados por Portugal, permitindo, assim, a busca por um desenvolvimento mais autônomo em relação à Inglaterra.

No entanto, ainda no reinado de D. Pedro II, teve início a terceira fase das relações políticas e econômicas entre Portugal e Inglaterra que teve duração até o fim do reinado de D. João V, em 1750 (WEHLING, 2005: 330). Este momento, segundo Wehling e Nuno Monteiro, caracterizou-se por uma nova acentuação da dependência portuguesa em relação à Inglaterra, cuja marca foi a assinatura do Tratado de Methuen (1703).

Acerca desta fase, Nuno Monteiro (2000: 135) afirma que:

Em contraste com o precedente, o reinado de D. João V, ainda mais longo do que o de seu pai, ficou registrado em tonalidades fortes e carregadas por sucessivas gerações de historiadores, escritores e publicistas que sobre ele recorrentemente escreveram. Os efeitos do Tratado de Methuen (1703), o ouro do Brasil(...) são apenas alguns dos tópicos em torno dos quais se construíram as imagens póstumas do período joanino.

O tratado de Methuen foi assinado no dia 27 de dezembro de 1703, sob a intermediação do embaixador inglês John Methuen com o rei D. Pedro II. Em termos gerais, este tratado representava a facilitação da entrada da produção têxtil inglesa em Portugal e a saída da produção de vinhos de Portugal para a Inglaterra, por isso este tratado também ficou conhecido como Panos e Vinhos.

Abílio Diniz Silva, ao realizar uma análise do tratado de Methuen, destaca que:

Pela análise das estatísticas das Alfândegas inglesas, verifica-se que, quer o têxtil e vestuário inglês, quer os vinhos portugueses, representavam no comércio anglo-português do princípio do séc. XVIII, mais de 70% do total das exportações de cada país. (SILVA, A., 2003: 61)

Com este dado, salientamos novamente a importância do estreitamento das relações comerciais para ambos os países. Contudo, Abílio Silva destaca a correlação existente entre as relações comerciais luso-britânicas e o Brasil. O autor afirma que *O mercado português, pela sua extensão aos territórios ultramarinos foi sempre muito*

apetecido pelos Ingleses (SILVA, A., 2003: 62). Desta maneira, observamos, mais uma vez, que o Brasil está no cerne das negociações de Portugal na Europa.

Abílio Diniz Silva argumenta, ainda, sobre a participação de D. Luís da Cunha nas negociações do tratado, colocando-o como uma das figuras importantes para a compreensão deste período e da quarta fase das relações políticas e comerciais entre Portugal e Inglaterra.

Seguindo esta proposição, tomaremos D. Luís da Cunha como referencial para discorrermos sobre esta terceira fase, tomando como norte o Testamento Político. Este documento, elaborado por D. Luís, foi oferecido a D. José, filho de D. João V e seu sucessor no trono português. Neste documento, D. Luís propõe ao sucessor natural do trono português medidas de cunho político-administrativo e político-econômico para serem tomadas pelo futuro rei de Portugal.

O intuito de D. Luís, conforme propõe em seu testamento, era de:

[...] fundado nesta antiguidade, e no zêlo e cuidado com que sempre procurei cumprir com minha obrigação, pego na pena para ter a honra, não de lhe pedir algum prêmio pelos meus serviços, mas somente para pôr na sua real presença quais são meus sentimentos com a liberdade que o dito senhor muitas vezes não só me permitiu, mas expressamente me ordenou e assim me aproveitou dela para quando V. A. tomar, com a felicidade que lhe desejo, as rédeas dos seus reinos e dilatadas conquistas, para o bem dos seus fiéis vassallos.” (CUNHA, 1749: 17-18, grifo nosso)

As propostas D. Luís da Cunha eram advindas da sua passagem por diversos países europeus e da observação das posições políticas e econômicas destes países para se desvencilharem das dificuldades. Segundo Jaime Cortesão, D. João V *soube (...) pôr ao seu serviço ‘estrangeiros’ e estrangeirados.*

O conceito de Estrangeirado, segundo Cortesão, se refere a pessoas qualificadas *pelo sangue ou pela educação no estrangeiro* e que expressam *o pensamento português de renovação cultural, emergente do espírito científico moderno e, em franca oposição*

ao governo absoluto dirigido pela Companhia de Jesus, pelo Santo Ofício e pela influência estrangeira (CORTESÃO, 1976: xv).

Na perspectiva defendida por André Mansuy-Diniz Silva (1998), José Carlos Villata (1999), Clarete Paranhos da Silva (2002) e Flávio Rey de Carvalho (2008), o conceito de estrangeirado consiste em pessoas que almejavam uma renovação científica em Portugal pautada na adaptação das ideias iluministas à realidade portuguesa, visando ao fortalecimento do poder do rei e do Estado português e ao desenvolvimento do setor científico, econômico e burocrático de Portugal, sendo levado para Portugal por intelectuais portugueses e adaptado às necessidades da organização política do país.

Em termos políticos, D. Luís apresenta a necessidade de uma maior centralidade dos poderes do rei e a eliminação dos poderes dos “assessores” (validos jesuítas) nas decisões reais.

Em termos econômicos, D. Luís destaca as vicissitudes econômicas portuguesas, apresentando soluções para o setor manufatureiro e para o setor agrícola. Acerca do desenvolvimento manufatureiro de Portugal, o diplomata destaca a existência de dois fatores que levaram ao pouco desenvolvimento desta atividade. O primeiro, que levou à desarticulação das manufaturas portuguesas,

[...] vem a ser que a inquisição prendendo uns por crime de judaísmo e fazendo fugir outros para fora do reino com seus cabedais, por temerem que lhos confiscassem, se fôssem prêso, foi preciso que tais manufaturas caíssem, porque os chamados cristãos-novos os sustentavam e os seus obreiros, que nelas trabalhavam, eram em grande número, foi necessário que se espalhassem e fôssem viver em outras partes e tomassem outros ofícios para ganharem o seu pão, porque ninguém se quis deixar morrer de fome. (CUNHA, 1749: 64)

O segundo fator que corroborou para impedir o desenvolvimento manufatureiro português foi a assinatura do Tratado de Methuen. Segundo o diplomata português, o Tratado de Methuen consistiu em uma

“permissão que S. Majestade [D. Pedro II] deu aos ingleses para meterem em Portugal seus laníferos, principalmente os panos, havendo doze anos que o dito senhor os tinha proibido, de que resultava que as nossas manufacturas se iam aperfeiçoando de tal maneira, que eu mesmo vim a França e passei a Inglaterra vestido de pano fabricado na Covilhã ou em o Fundão. (CUNHA, 1749: 64)

De acordo com D. Luís, três fatores levaram à assinatura deste tratado. O primeiro fator consistiu em uma questão de diplomacia e reciprocidade entre o rei português e a rainha da Inglaterra, ou, como o próprio D. Luís explicita, o primeiro fator que levou a este tratado foi uma decorrência de *querer o senhor rei D. Pedro comprazer com a rainha de Inglaterra, com a qual acabava de fazer um tratado de perpétua aliança defensiva e lhe pedia que levantasse a pragmática* (CUNHA, 1749: 64-65).

O segundo motivo que levou à assinatura deste tratado entre Portugal e Inglaterra foi o fato do seu proponente, *D. João de Methuen*, ter sido *irmão de um grande mercador de panos*, concluindo que o embaixador de D. Pedro II, *trabalhou em causa própria, sem embargo de que lhe sempre fui contrário* (CUNHA, 1749: 65).

E, por fim, o terceiro fator apresentado por D. Luís foi considerado como sendo aquele que *pôs a foice à raiz*. Este fator

[...] foi que o dito embaixador fêz conceber a certos senhores, cujas fazendas pela maior parte consistem em vinhos, que estes teriam melhor consumo em Lisboa pela grande quantidade que deles saíria para fora, se por equivalente desta permissão, Inglaterra se obrigasse a que de Portugal pagassem direitos a terça parte menos que os da França; isto bastou para que as nossas fábricas, como acima digo, totalmente se perdessem. (CUNHA, 1749: 65)

A resultante destas causas apresentadas acima por D. Luís da Cunha acerca dos efeitos do Tratado de Methuen para Portugal pode ser considerada negativa para o país. A primeira destas causas, segundo entendimento do diplomata, foi de que *Não há dúvida que a extração dos nossos vinhos cresceu incomparavelmente, mas sujeita a que*

poderemos perder tôdas as vezes que os inglêses deixarem de se conformar ao-pé da letra com o mesmo tratado (CUNHA, 1749: 65). Assim, a partir do momento em que os ingleses não mais tivessem interesses ou não enxergassem vantagens no cumprimento do Tratado ou, ainda, não quisessem comprar mais vinhos, eles não o fariam. Isto porque, segundo D. Luís, a importação do vinho português realizada pela Inglaterra era uma decorrência dos interesses comerciais ingleses em deter o avanço comercial francês em relação a Portugal, conforme D. Luís expõe a seguir:

[...] a exportação que os inglêses fazem dos nossos vinhos, eles não a fazem pelos nossos belos olhos, nem para fazerem bem aos portugueses e ao seu comércio, senão para fazerem mal ao da França, e por isso êles aumentarem seus direitos de entrada em metade mais do que pagam os de Portugal [...].(CUNHA, 1749: 101-102)

Este fragmento ressalta o contexto de competição entre Inglaterra e França pelo predomínio nas relações políticas européias de fins do século XVII e início do século XVIII, conforme já apresentamos anteriormente, onde a escolha portuguesa se fez pelo apoio “mútuo” inglês.

A outra causa exposta por D. Luís consiste em uma contraposição ao argumento de que a agricultura portuguesa havia se beneficiado com as exportações de vinho para a Inglaterra. De acordo com D. Luís, em virtude da exportação de vinho, muitas terras foram ocupadas para atender a esta atividade, sendo que, no entanto, esta atividade tomava espaço da produção de insumos para a subsistência portuguesa, fazendo com que estes produtos fossem importados por Portugal, tendo o país condições de produzi-lo, conforme o fragmento a seguir:

“[...] esta grande exportação de vinhos não é tão utilíssima como se imagina, porque os particulares convertem em vinhas as terras de pão, tirando assim delas maior lucro, mas em desconto a generalidade padece maior falta de trigo, de centeio e cevada, de sorte que se o vinho sai de Portugal, é necessário que

de fora lhe venha maior quantidade de pão.” (CUNHA, 1749: 66)

A percepção de D. Luís sobre a produção de vinhos em Portugal é de um desenvolvimento aparente, inviabilizando a produção de outros insumos que, não sendo produzidos em Portugal, tinham que ser importados, gerando, desta maneira, um desequilíbrio da balança comercial do país.

Além da crítica ao desenvolvimento prioritário de uma atividade agrícola que não fornecia um retorno financeiro para Portugal e que impedia a produção de outros insumos agrícolas, D. Luís se mostra incomodado com a predominância de produtos agrícolas na pauta de comércio portuguesa, sendo necessária a importação de todos os produtos manufaturados de países como Inglaterra, Holanda e França, como salienta a seguir, ao se referir às exportações portuguesas para a Inglaterra:

Os ingleses tirão de Portugal, vinhos em grande quantidade, azeite moderadamente, couros da Baía, pau do Brasil, laranjas, limos, romãs, figos, passas, amêndoas, bengalas do Brasil, casquinha da Ilha da Madeira, vinho da mesma ilha, tabaco do Brasil em rolo. (CUNHA, 1749: 94)

Enquanto os ingleses buscam em Portugal estes insumos agrícolas, mediante o entendimento de D. Luís, Portugal busca na Inglaterra os insumos manufaturados, conforme a lista de produtos redigida pelo diplomata que segue abaixo:

[Os ingleses] Mandam para Portugal panos, estamenha, droguetes, sarjas, sempiternas, baetas, mais de sêda e de laia, chapéus, couros preparados, carnes salgadas, manteiga, roupa de Silésia, estanho, cortiça, trigo, centeio, enxadas, ferramentas diversas, alfinetes, agulhas e outras coisas. (CUNHA, 1749: 94)

Desta forma, o setor manufatureiro português, na visão de D. Luís da Cunha, não se desenvolveu, tendo como um de seus motivos a assinatura do Tratado de Methuen, que proporcionou o desenvolvimento do setor vinícola de Portugal, enquanto outros

setores agrícolas foram desprestigiados o que, por sua vez, fez com que o nível das importações de insumos manufaturados e agrícolas, que Portugal poderia produzir, não obtivesse êxito.

Um dos pontos de partida estabelecidos por D. Luís da Cunha para a crítica ao Tratado de Methuen consistiu na defesa da valorização da agricultura em Portugal. Sobre esta defesa o diplomata português afirma que a postura do futuro rei deveria se pautar na percepção de que em Portugal se achariam

[...] muitas porções de terras usurpadas ao comum das cidades, vilas e lugares, para mandar examinar estas usurpações pelos corregedores das comarcas e juizes de fora, a-fim-de se restituírem às comunidades por lhe serem de grande uso. Acharia muitas terras incultas por serem montanhosas ou puras charnecas, para mandar aos mesmos ministros fazer nelas um rigoroso exame e julgar se são capazes de alguma produção, *por ser rara a de que se não pode tirar alguma utilidade e ser constante que na geral cultura das terras consiste a de todo o reino; para obrigarem os proprietários a mandá-las beneficiar e produzirem*, quando mais não seja, grossos matos e árvores, que mais convenham aos terrenos, de que em Portugal há tanta falta para a construção dos edificios e mais serviços domésticos [...]. (CUNHA, 1749: 61, grifo nosso)

Segundo D. Luís, a agricultura em Portugal deveria ser novamente valorizada em virtude dos benefícios que ela poderia gerar para o Estado, seja atendendo a uma demanda de infra-estrutura, com a plantação de árvores para extração de madeiras, seja desenvolvendo a produção de insumos para comercialização ou para subsistência, pois para o diplomata a agricultura consistia na *salvação dos povos* (CUNHA, 1749: 63-64)

Uma das proposições de D. Luís para a melhoria interna da economia e da política de Portugal acabou por influir na quarta fase das relações entre Portugal e Inglaterra. D. Luís propôs ao futuro rei de Portugal, D. José, a nomeação, para o seu ministério, de Sebastião de Carvalho e Melo, que veio a se tornar o Marquês de Pombal.

Segundo Wehling (2005: 206), o período em que o Marquês de Pombal esteve à frente das questões políticas e econômicas de Portugal foi a *época de maior e mais clara afirmação de Portugal diante dos interesses ingleses*. Este ponto de vista também é defendido por André Mansuy-Diniz Silva (1998: 479), que destaca a preocupação de Pombal em livrar Portugal do jugo inglês, e aumentar a arrecadação da Coroa, através do incentivo ao comércio português, principalmente aquele oriundo do Brasil.

Para estes intentos, Pombal buscou articular duas questões pertinentes à mentalidade estrangeirada portuguesa: a associação entre desenvolvimento científico e econômico e o fortalecimento do estado português. No que tange ao desenvolvimento científico, Pombal reformulou os estatutos da Universidade de Coimbra, retirando-a do jugo da Companhia de Jesus, o que culminou na colocação de Portugal no eixo da intelectualidade moderna da época. Por outro lado, como salientou D. Luís da Cunha (1749: 23), a eliminação dos poderes dos jesuítas em Portugal, principalmente junto ao rei, possibilitaria uma maior centralização política. A reforma coimbrã consistiu em um plano arquitetado para conciliar o desenvolvimento científico utilitário ao desenvolvimento econômico do estado português.

Na política colonial voltada para o Brasil, Pombal, de acordo com André Mansuy-Diniz (1998: 478), colocou em prática uma reformulação na política econômica que visa a aprimorar a produção de insumos tradicionais (açúcar e tabaco), bem como desenvolver outros insumos (algodão, café, cacau). Além disto, Mansuy-Diniz (1998: 480) ressalta que, neste processo de reformulação da política colonial, a criação da Academia Científica do Rio de Janeiro (1772) expressou o utilitarismo científico implementado por Pombal, visto que esta instituição tinha o cunho de desenvolver as potencialidades naturais do Brasil, objetivando ampliar a lucratividade do comércio português com a colônia na América.

Segundo Wehling, a quinta fase marcou novamente um estreitamento entre Portugal e Inglaterra. O Autor afirma que:

Apesar de experimentar relativa recuperação econômica, Portugal foi obrigado a optar entre a política da Inglaterra, país predominante nos mares e berço da Revolução Industrial, e a do continente, fortemente marcada pela eclosão da Revolução Francesa e seus desdobramentos (...). Mais uma vez a opção foi feita pela aliança que melhor garantia a integridade do território metropolitano e a manutenção das colônias: a aliança inglesa (WEHLING, 2005: 207).

Cabe ressaltar que nesta fase ascenderam ao cargo de Secretários de Estado de Marinha e dos Negócios Ultramarinos Martinho de Melo e Castro e D. Rodrigo de Souza Coutinho. A função por eles exercida era a de controlar o fluxo econômico e administrativo das colônias (SALGADO, 1985: 44).

Durante a administração de Martinho de Melo e Castro foi criada a Academia de Ciências de Lisboa (1779). Esta instituição, segundo Oswaldo Munteal (2006: 3), passou a ser a referência no que compete à produção intelectual sobre o reino e sobre as colônias, substituindo a Universidade de Coimbra, símbolo do desenvolvimento científico de Portugal, durante a administração pombalina.

A forma pela qual se produzia o conhecimento era através das Memórias Econômicas, produzidas por associados que forneciam seus conhecimentos, principalmente, sobre assuntos que pudessem viabilizar lucros para a metrópole, como no caso da agricultura e da mineração. A academia contou com diversos colaboradores luso-brasileiros, formados no contexto ilustrado português, cuja função, segundo Maria Odila (2005: 40), consistia em pesquisar e explorar as riquezas naturais, *desvendando o interior do Brasil e procurando inovações para o seu progresso material [tendo como norte] um cunho prático muito peculiar do meio e do momento histórico em que viviam*, caracterizado pela inserção das ideias iluministas em Portugal.

Outra importante medida do governo de Melo e Castro foi a publicação do Alvará de 1785, que proibia a instalação, no Brasil, de manufaturas que estabelecessem concorrência com a metrópole. A principal justificativa para tal proibição girava em torno da necessidade das produções agrícolas oriundas do Brasil e fontes de lucratividade para a metrópole.

D. Rodrigo de Souza Coutinho, sucessor de Melo e Castro, foi o responsável pela ampliação das produções de Memórias da Academia de Ciências de Lisboa. D. Rodrigo fomentou a política de produção intelectual sobre as potencialidades econômicas das colônias, além de formar uma intelectualidade luso-brasileira aos serviços do Estado português, da qual podemos destacar os nomes de Frei Mariano da Conceição Velozo, Baltazar da Silva Lisboa, Gregório de Moraes Navarro e José Vieira do Couto, além de outros memorialistas. (PÁDUA, 2004)

Após a elaboração deste quadro conjuntural, onde observamos as variações presentes nas relações políticas entre Portugal e Inglaterra, em que, sinteticamente, o sentido desta aliança se dava pelo interesse português na manutenção do Brasil, cabe apresentarmos o papel econômico de Portugal nas relações internacionais, o que, por sua vez, nos remeterá, novamente, à importância do Brasil neste contexto.

1.2- Portugal no Sistema Mundo

Propomos realizar agora uma análise sobre o papel econômico de Portugal, decorrente das transformações políticas ocorridas durante os séculos XVII e XVIII, no qual é percebida uma ascensão do poderio inglês na Europa e, especificamente, sobre Portugal, motivado pelo predomínio marítimo dos seiscentos e pela Revolução Industrial dos setecentos.

De acordo com Fernando Novais, após a Restauração do Trono português (1640), tanto Portugal quanto a Espanha perderam o status de domínio das relações políticas internacionais que haviam alcançado durante o período das grandes navegações. Segundo Novais (2011: 18), *o equilíbrio das relações políticas internacionais se organizava em torno de outros centros, França e Inglaterra; as novas potências assumiram definitivamente a dianteira do desenvolvimento econômico e no movimento ideias, passando as monarquias ibéricas a potências de segunda ordem.* Ainda de acordo com Novais, a partir deste momento, a questão portuguesa se volta para a manutenção dos seus domínios ultramarinos atlânticos, mais especificamente para o Brasil.

Este quadro denota, segundo José Vicente Serrão (1998: 67), as características da economia portuguesa do período moderno que se apresentavam através de três espaços econômicos: *o metropolitano, o ultramarino e o luso-europeu.* Havia uma interdependência entre estas áreas, que foi mantida até fins do Antigo Regime.

Para o autor, em virtude da sua *precoce vocação ultramarina*, Portugal se tornou dependente da via colonialista de aquisição de riquezas, passando a estruturar suas políticas interna e externa em função do que o autor denominou de *uma economia de base colonial complementada pela actividade econômica metropolitana* (SERRÃO, 1998:67). Ou seja, a atividade colonial desenvolvida por Portugal, não é um complemento das atividades metropolitanas, mas sim o carro-chefe da economia portuguesa, a fonte de rentabilidade de Portugal.

A posição de Serrão acerca de Portugal se enquadra na definição de Francisco Falcon (1993: 16-17) sobre a historiografia do mercantilismo, onde o autor afirma que

Os trabalhos mais recentes sobre o mercantilismo vieram pôr em destaque a riqueza, diversidade e as peculiaridades dos textos mercantilistas, estabelecendo nuances, estudando aspectos específicos, permitindo um conhecimento bem melhor das

relações entre as idéias e práticas mercantilistas e as condições históricas que as condicionaram.

Desta maneira, as relações econômicas existentes durante o período moderno entre os países europeus e entre os países europeus e suas colônias, possuem especificidades que são inerentes a cada Estado e aos fatores históricos vivenciados por estes Estados.

Além de apontar as especificidades políticas e econômicas existentes em cada Estado europeu durante a idade moderna, Fernando Novais afirma que, neste contexto de diversificação iniciado no século XVII, prevaleceu um novo arranjo nas relações internacionais portuguesas, conforme destacamos a seguir:

As políticas que cada nação seguiu ao longo desse tempo determinou uma ordem mundial mais diversificada a partir do século XVII, bem como a queda Ibérica. Nesse contexto os ingleses assumem para Portugal, uma importância vital para a sobrevivência dos domínios ultramarinos e da economia. (BELLATO, 2000: 4)

Torna-se necessário, então, aprofundarmos nossa abordagem sobre o papel desempenhado por Portugal naquilo que Immanuel Wallerstein denominou de “Sistema Mundial Moderno”.

Esta teoria remete ao momento de transição da economia de tipo feudal para a de tipo capitalista, percebendo a alternância do predomínio político e econômico, e tendo como norte os processos internos de reenquadramento das necessidades às demandas externas, cujo significado remete à capacidade e à percepção interna das demandas exteriores, conforme podemos observar no caso das transformações políticas que relacionam Portugal e Inglaterra.

Uma exemplificação deste caso pode ser fornecida através da relação de troca estabelecida entre Portugal e Inglaterra, onde Portugal, necessitado de ajuda para a

manutenção de sua colônia na América, concedeu benefícios políticos e econômicos à Inglaterra, que havia tomado a dianteira frente às negociações das relações internacionais.

(...) aos portugueses cabe um papel secundário no que se refere ao mundo inglês. A partir da análise dos fatos da época, pode-se ‘concluir ter sido a importância política e econômica da Inglaterra para Portugal muito mais relevante que a importância de Portugal para a Inglaterra. (BELLATO, 2000: 4)

A partir da capacidade de percepção interna das demandas externas, forma-se, então, a relação entre aqueles que compram e os que vendem, em outras palavras o “mercado”. De acordo com Karl Polanyi *um mercado é um local de encontro para a finalidade da permuta de compra e venda*, mas que depende do padrão estabelecido para as permutas:

A permuta, a barganha e a troca constituem um princípio de comportamento econômico que depende do padrão de mercado para a sua efetivação. (...) A menos que este padrão esteja presente, pelo menos em parte, a propensão à permuta não terá escopo suficiente: ela não poderá produzir preços. (p. 76)

Compreendemos que para a existência de um mercado é necessário existir um produto que seja capaz de despertar interesse em seus compradores para que, a partir disto, sejam agregados valores sobre o produto.

Para Wallerstein (2001: 27), para se compreender o significado do conceito de mercado é necessário

(...) nos livrarmos da imagem simplista de que o ‘mercado’ é um lugar onde se encontram o produtor inicial e o consumidor final (...). A maioria das transações envolveu trocas entre dois produtores intermediários situados no interior de uma longa cadeia mercantil. O comprador estava procurando um ‘insumo’ para seu processo de produção. O vendedor está vendendo um ‘produto semi-acabado’ (não destinado ao uso final no consumo individual direro)

Desta maneira, é necessário um comprador interessado nos insumos que um determinado vendedor tenha a lhe oferecer. Há, então, a necessidade de um insumo atraente, para que haja um comprador, conforme destacamos com Polanyi.

Wallerstein acrescenta que esta relação se dá pela oferta e procura, que por sua vez detém algumas variáveis:

Em primeiro lugar, oferta e procura podem ser manipuladas através de práticas monopolistas, muito comuns e nada excepcionais. Em segundo lugar, realizando uma integração vertical, o vendedor pode influir sobre o preço que se pratica no interior da conexão em que está.(...) A integração vertical, assim como o ‘monopólio horizontal’, não foi fato raro. Conhecemos bem os casos mais espetaculares: as companhias privilegiadas dos séculos XVI e XVII, os grandes comerciantes do século XIX, as corporações transnacionais do século XX (...)
(WALLERSTEIN, 2001:27-28)

Dentro da lógica do Sistema Mundo temos que Portugal estaria inserido nestas transações internacionais, por produzir insumos atraentes aos produtores ingleses. Entretanto, conforme já observamos anteriormente nos relatos de D. Luís Cunha, Portugal não possuía uma economia interna fortificada, tendo como principal produto para a exportação seus vinhos que, por sua vez, eram exportados para a Inglaterra a preços bem desfavoráveis para Portugal. Aos portugueses cabe um papel secundário no que se refere ao mundo inglês. Além disto, conforme parecer de D. Luís da Cunha, visto acima, o Estado português não buscou seu desenvolvimento interno em suas manufaturas e na sua agricultura, importando grande parte dos gêneros que consumia, decorrente de uma política de valorização da produção vinícola e da fácil entrada de produtos importados em Portugal.

Entretanto, neste sistema de trocas, Portugal detinha uma importante moeda de troca: as suas colônias, principalmente o Brasil. Convém agora analisarmos o papel de

Portugal dentro deste sistema mundial moderno de trocas. Segundo Serrão o papel de Portugal nas relações econômicas internacionais:

(...) era deveras singular na Europa da época, visto que, para os outros países, mesmo para aqueles que se dedicavam já à exploração colonial, esta constituía um recurso complementar e não o núcleo central das suas economias. Mas era, afinal, o modelo tornado possível pela própria forma de interação de Portugal nas relações econômicas internacionais, nas quais a função que lhe estava “atribuída” era principalmente a de fornecedor de géneros coloniais. (SERRÃO, 1998:67).

Observamos, então, a importância da manutenção dos vínculos coloniais de Portugal com suas colônias, visto que suas possessões tinham a função de manter a posição portuguesa frente ao comércio internacional, onde Portugal assumia a função de intermediar a comercialização de géneros tropicais na Europa. Desta maneira, a função assumida por Portugal no cenário da economia-mundo era fornecer géneros primários para a Europa.

A presença de Portugal neste Sistema-Mundo está inserida no conjunto de práticas estabelecidas pelo mercantilismo que, segundo Francisco Calazans Falcon, não

(...) se confunde com um sistema ou doutrina ou algo parecido, identificando, sim, aquelas ideias e *práticas econômicas que, durante três séculos, estiveram sempre ligadas ao processo de transição do feudalismo ao capitalismo*, e, mais particularmente, aos problemas dos Estados modernos, absolutistas, e a expansão comercial e colonial europeia iniciada com as grandes navegações e descobrimentos dos séculos XV/XVI. (FALCON, 1993: 17, grifo nosso)

Desta maneira, a aceção de Falcon sobre o Mercantilismo é de um conjunto de práticas e de ideias inerentes à realidade dos Estados modernos, que compreende o período que se estende dos descobrimentos até o século XVIII, englobando as relações comerciais entre os Estados europeus e suas respectivas colônias, em uma relação de monopólio, no qual Portugal está inserido juntamente com o Brasil.

Falcon (1993: 10) posiciona, ainda, o Mercantilismo no princípio da história da formação do capitalismo, como podemos observar a seguir:

Mercantilismo e capitalismo comercial designam então uma primeira época da história do capitalismo cuja característica é o papel-motor desempenhado pelo comércio, e pelas atividades a ele ligadas, em relação ao conjunto de atividades econômicas, precedendo e preparando o advento do capitalismo industrial.

Para Aldo Maffey (2010: 746), uma definição rigorosa deste termo acabaria por incorrer em graves erros, visto que o mercantilismo não foi igual em todos os Estados que o adotaram. Por sua vez, este ponto de vista colabora para a compreensão do papel assumido por Portugal no Sistema Mundo europeu moderno, diferindo dos demais Estados modernos por seu caráter predominantemente colonialista, conforme apresentou Serrão.

Maffey (2010:746) destaca que o objetivo mais genérico do mercantilismo está contido em uma máxima de Maquiavel de que *não só é necessário para a prosperidade do Estado que ele seja rico e os súditos, ao contrário, pobres, como é justamente a riqueza dos súditos que faz rico e poderoso o Estado.*

No contexto da Idade Moderna, uma das maneiras de fornecer fortalecimento político para o Estado, segundo Maquiavel, foi “adquirir” áreas exteriores à “província” do rei que se tornassem sua extensão. Podemos observar este ponto de vista em Maquiavel no momento em que o pensador discorre sobre as novas áreas conquistadas pelo rei *de língua, costumes e leis diferentes, começam então as dificuldades, sendo necessárias uma grande habilidade e boa sorte para poder conservá-la* (MAQUIAVEL, 2005: 19). Sobre estas colônias, Maquiavel (2005: 20) faz a seguinte afirmativa:

Outro remédio eficaz é organizar colônias, em um ou dois lugares, as quais serão uma espécie de grilhões à província, pois é necessário fazer isso, ou ter lá muita força armada. Com as

colônias não se gasta muito, e sem grande despesa podem ser feitas e mantidas. Os únicos prejudicados com elas serão aqueles a quem se tomam os campos e as casas, para dá-los aos novos habitantes. (...) Enfim, acho que estas colônias nada custam e são fiéis (...)

Decerto, Maquiavel tem como foco de seu discurso as questões políticas que envolvem o reino. No entanto, temporalmente, o discurso de Maquiavel se localiza no momento em que começaram a emergir os Estados Nacionais centralizados. Deve-se levar em conta que o próprio discurso de Maquiavel objetiva se colocar no cerne da questão da centralização política. Todavia, mesmo compreendendo que o discurso de Maquiavel seja direcionado para questões políticas, podemos fazer uma observação, deste fragmento, de modo específico, por outro prisma: o econômico.

Esta observação pelo viés econômico é norteada pelo contexto no qual está inserido o discurso de Maquiavel: o início da Idade Moderna. Embasando este ponto de vista podemos destacar, primeiramente, a concepção de Francisco Falcon sobre a consistência daquilo que seria uma análise sobre o período Moderno:

Do nosso próprio ponto de vista acreditamos que o mercantilismo deve ser entendido como o conjunto de idéias e práticas econômicas que caracterizaram a história econômica européia e, principalmente, a política econômica dos Estados modernos europeus durante o período situado entre os séculos XV/XVI e XVIII. (FALCON, 1993: 11)

Seguindo este mesmo prisma, Maffey aponta a transformação dos objetivos e práticas políticas e econômicas que vigoravam na Idade Média, indicando como agente desta transformação o surgimento de um novo ente social ligado ao Estado, que expõe seus desejos e é ouvido pelo Estado, conforme destacado a seguir:

O Internacionalismo, que tinha permeado a filosofia e a prática política da época medieval, cede lugar à vontade de potência, e entre os instrumentos da nova visão do Estado nacional surge sempre com maior relevo a política econômica. O comerciante será tão escutado como o general e está a surgir uma nova figura

de conselheiro político: o economista. Afirma-se explicitamente o princípio utilitarista, já quase sem disfarces: é o surgir, ideal e material, do espírito burguês e capitalista. (MAFFEY, 2010: 746)

Desta maneira, os princípios de dominação expostos por Maquiavel, caracterizados pela dominação de colônias, podem ser entendidos, dentro do contexto econômico dos Estados da época Moderna, como uma expressão da vontade do expansionismo dos interesses econômicos daqueles que possuíam o espírito burguês, tendo no Estado um aporte para a realização de seus intentos e, ao mesmo tempo, o interesse expansionista do Estado. Ou, conforme expõe Fernando Novais, sobre o processo que consolidou a formação dos Estados Nacionais Modernos,

(...) a abertura de novas rotas (...) exigia uma larga mobilização de recursos. As formas de organização empresarial então existentes, (...) revelavam-se incapazes de propiciar a acumulação de meios indispensáveis ao empreendimento. Assim, o Estado centralizado, capaz de mobilizar recursos em escala nacional, tornou-se um pré-requisito à expansão ultramarina; por outro lado, desencadeados os mecanismos de exploração comercial e colonial do ultramar, fortaleceu-se reversivamente o Estado colonizador, postulando um certo grau de centralização do poder para tornar-se realizável, constitui-se em fator essencial do poder do Estado metropolitano. (NOVAIS, 2005: 47)

A centralização do Estado se configurava, então, em fator determinante para formação de uma área de dominação exterior (colônia) que, por vez, tornava-se um fator de fortalecimento para este Estado, que fornecia o apoio ao empreendedorismo de seus membros.

Esta estrutura de alimentação mútua colocou as colônias no centro das questões políticas e econômicas presentes durante a modernidade, tornando-se alvo dos Estados que, gradativamente, adquiriam as características da modernidade, como podemos observar a seguir:

(...) como instrumento da economia mercantil europeia, em face das condições desta nos fins da Idade Média e início da Época Moderna, toda a atividade econômica colonial se orientará segundo interesses da burguesia comercial da Europa; portanto, como resultado do esforço econômico coordenado pelos novos Estados modernos, as colônias constituem em instrumento de poder das respectivas metrópoles. Na medida em que os velhos reinos medievais se organizavam em Estados de tipo moderno, unificados e centralizados, vão, uns após outros, abrindo caminho no Ultramar e participando da exploração colonial (...) (NOVAIS, 2005: 47-48)

Neste aspecto econômico, Maffey (2010: 746) ressalta, ainda, que os meios para alcançar a sobreposição de um Estado sobre o outro consistem nas *descobertas geográficas e abertura de novos mercados de monopólio e absorção e a consolidação de políticas e estruturas monopólicas e imperialistas*.

Para nós, as palavras de Maffey se traduzem no estabelecimento do Sistema Colonial que, de acordo com Fernando Novais (2005: 27),

[...] em função da fase e das características da vida econômica dessa época [moderna], isto é, em função da estrutura e do funcionamento do 'capitalismo comercial', em que as economias periféricas passam a deter papel essencial na dinâmica do desenvolvimento econômico, que a expansão marítima passa a desenrolar-se balizada pelo arcabouço do Sistema Colonial do mercantilismo, dando assim lugar à formação das estruturas econômicas típicas das áreas dependentes, as economias coloniais.

Segundo Novais (2011:57), o Sistema Colonial consiste no *conjunto das relações entre as metrópoles e suas respectivas colônias, num dado período da história da colonização*. Este Sistema tinha como mecanismo de atuação o *exclusivo metropolitano que constituía-se pois no mecanismo por excelência do sistema, através do qual se processava o ajustamento da expansão colonizadora aos processos da economia e da sociedade europeias em transição para o capitalismo integral*.(NOVAIS, 2011: 72)

Este Sistema Colonial, pautado no exclusivo metropolitano, é que determinou as relações entre Portugal e o Brasil colonial. Percebemos a presença desta estruturação através de um fragmento do documento que D. Rodrigo de Souza Coutinho apresentou ao rei em 1797, onde justifica o fato de o Brasil permanecer como colônia,

A feliz posição de Portugal na Europa, que serve de Centro ao Commercio do Norte e Meio dia do Mesmo Continente, e do melhor Entreposto para o Commercio da Europa com as outras partes do Mundo, faz que este enlace dos Domínios Ultramarinos Portuguezes com a sua Metropole seja tão natural, quão pouco o é de outras colonias, que se sepáram da sua Mãe-Patria(...) (SOUZA COUTINHO, 1797 Apud MENDONÇA, 1933: 269).

Além de destacar a relação entre a metrópole e a colônia, Souza Coutinho faz menção à “feliz posição de Portugal na Europa”. Em relação à colônia, pode-se perceber que o secretário de Marinha e dos Negócios Ultramarinos buscava uma reafirmação do exclusivo colonial, destacando a virtuosa localização geográfica portuguesa, que lhe favorecia e, conseqüentemente, à sua colônia, no momento de comercializar a produção dos gêneros tropicais com o restante da Europa, ou algo do tipo: estar junto de Portugal configurava-se em vantagem para a colônia, pois sem a mãe, a filha não se sustentaria. Este ponto salienta a afirmativa de Serrão, acerca do fato de Portugal servir de entreposto para os produtos coloniais que, no caso deste documento, em específico, se refere à colônia portuguesa na América.

A relação entre a colônia na América e a metrópole portuguesa, segundo Arruda, realizava-se sob a égide da noção de exclusivo comercial, sendo reservado unicamente para a Metrópole o monopólio dos fluxos mercantis. Desta forma, a colônia teria função

de acelerar a acumulação primitiva de capitais, produzir excedentes por meio da comercialização dos produtos coloniais nos mercados europeus, lucros estes que beneficiaram diretamente a burguesia mercantil do Reino e a elite

aristocrática, incrustada no aparelho de Estado. (ARRUDA, 2000: 170).

Esta visão está presente também na conceituação proposta por Paul Hugon (1995: 79) acerca do mercantilismo, em que afirma está a *metrópole [a] procura na colônia elementos materiais suscetíveis de aumentarem sua riqueza e seu poderio*.

O papel desempenhado pelas economias coloniais foi relevante para o desenvolvimento econômico da Europa. Sobre esta questão cabe retornarmos ao pensamento de Wallerstein, onde o autor coloca a importância das economias periféricas para o funcionamento da economia-mundo. Sobre estas áreas o autor afirma:

Do ponto de vista político, são as arenas mais frágeis. É de esperar que os grupos dirigentes do centro e da semiperiferia procurem manter os seus níveis de produção e emprego à custa das áreas periféricas (WALLERSTEIN, 1974: 133)

Em outras palavras, as áreas periféricas são mais suscetíveis às influências externas que possam abalar suas estruturas. Além disto, conta com determinados grupamentos sociais do centro e da semiperiferia que, mesmo com a suscetibilidade destas áreas, deseja mantê-las em sua posição de periferia, pois sua progressão econômica está atrelada às potencialidades destas áreas periféricas.

Wallerstein (1974: 133) continua sua dissertação sobre as periferias:

(...) a periferia não desaparece totalmente da economia-mundo – por muitas razões. Em primeiro lugar, os seus quadros capitalistas desejam permanecer na economia-mundo; lutam por permanecer nela. Em segundo lugar, os quadros do centro têm de preocupar-se com recuperação cíclica da economia-mundo no seu conjunto, para a qual precisarão das zonas e das energias físicas representadas pela terra e pela população das periferias. Em terceiro lugar, os países do centro continuam a precisar, mesmo em momentos de depressão, de garantir alguns dos produtos da periferia – em parte porque, devido a considerações ecológicas, não se podem abastecer em nenhum outro local (...).

Observa-se que os países centrais e semiperiféricos têm a necessidade de manterem as regiões periféricas, pois, sem elas suas próprias economias estariam comprometidas, visto o papel que as áreas da periferia detêm: fornecimento de matérias-primas, assim como para Portugal

Wallerstein elabora esta divisão entre países do centro, semiperiferia e periferia referenciando sua observação sobre o continente europeu, não considerando o papel do ultramar. No entanto, cremos ser possível transportar este modelo para a compreensão do papel de Portugal na economia-mundo.

Anteriormente, levantamos que Portugal havia perdido seu status de grande país europeu que o seu pioneirismo nas grandes navegações havia lhe conferido. Este status se perdeu após o fim da União Ibérica, marcada por elevados gastos nas guerras entre Portugal e Espanha, Portugal e Holanda e a desarticulação do mercado colonial do Brasil com a concorrência holandesa do açúcar antilhano. Ascenderam ao status de potências centrais Inglaterra, Holanda e França. Portugal buscou, então, se aliar aos ingleses, com o intuito de vencer os sucessivos conflitos com seus opositores e garantir a posse de suas colônias.

Ao analisarmos este cenário e transportá-lo para os meandros desta pesquisa, temos que, nas relações luso-britânicas, a Inglaterra assumiu um papel central em relação à economia-mundo e em relação a Portugal. Logo, Portugal assumiu um papel secundário nas relações internacionais. Quando analisamos o papel de Portugal na economia-mundo, ou seja, o de fornecer, abastecer, intermediar gêneros coloniais para a Europa, observamos que este país assumiu um papel de semiperiferia, e as colônias, especificamente o Brasil, assumiram uma função periférica, fornecendo e produzindo estes gêneros primários e tropicais que eram fornecidos aos países europeus centrais, por intermédio de Portugal.

Podemos embasar esta percepção através do seguinte fragmento de Fernando Novais (2005: 56-57):

Os estímulos ao desenvolvimento econômico, gerados pelas economias coloniais periféricas, atuaram poderosamente sobre a economia europeia (...) desfrutar os estímulos oriundos do sistema colonial significava, de fato, elaborar os pré-requisitos do desenvolvimento das forças produtivas: pois o sistema colonial promovia, ao mesmo tempo acumulação de capitais, por parte dos grupos empresariais, e expansão dos mercados consumidores dos produtos manufaturados.

Desta forma, as economias periféricas, no caso a do Brasil colônia, corroboraram para o desenvolvimento econômico dos países do centro e da semiperiferia, o que, em nosso caso específico, significava as economias de Inglaterra e Portugal, respectivamente.

As economias periféricas, como no caso do Brasil colonial, se adaptam às necessidades das demandas do mercado internacional, ou, como afirma Novais (1994: 57), *a produção colonial se ajusta (...) às necessidades da procura europeia*, ou seja, a produção colonial se ajustou às demandas do consumo internacional. Este caso, por exemplo, pode ser observado quando em fins do século XVIII o Brasil, após o período aurífero, recobrou sua tendência para a agricultura, mediante os estímulos internacionais, em virtude da desarticulação dos mercados fornecedores de algodão para a Inglaterra em plena Revolução Industrial, devido ao processo de independência das Treze Colônias Americanas, e do principal mercado fornecedor de açúcar e café, com o advento da revolta em São Domingos.

A exemplificação deste caso é fornecida por Eric Hobsbawn. Ao explicar o processo de Revolução Industrial na Inglaterra, Hobsbawn (2011: 24-25) faz a seguinte afirmativa:

(...) a Revolução Industrial não pode ser explicada em termos puramente britânicos, pois este país fazia parte de uma

economia mais ampla, que podemos chamar de ‘economia européia’ ou ‘economia mundial dos Estados marítimos europeus’. A Grã Bretanha fazia parte de uma ampla rede de relacionamentos econômicos integrada ainda por várias áreas ‘adiantadas’, algumas das quais eram também áreas de industrialização potencial, e por áreas de ‘economia dependente’, como também pelas margens de economia estrangeiras ainda não envolvidas substancialmente com a Europa. Essas economias dependentes consistiam em parte pelas colônias formais (como as das Américas) ou pontos de comércio e dominação (como no Oriente) e em parte por regiões que até certo ponto eram especializadas economicamente em reações às solicitações das áreas ‘adiantadas’ (como certas partes da Europa Central).

Este fragmento correlaciona o papel desempenhado por Portugal frente ao Sistema Mundial Moderno: o de fornecedor de gêneros primários para a Europa. No fragmento de Hobsbawn, este papel se insere no quadro dos países que são especializados em atender às demandas dos países adiantados, coincidindo, desta forma, com a proposição de Serrão sobre o papel português nas relações econômicas internacionais: atender aos mercados consumidores de matérias-primas europeus com produtos extraídos de suas colônias, áreas como as da colônia portuguesa na América, denominadas por Hobsbawn de “colônias formais”.

Desta maneira, a Revolução Industrial corresponde a um processo integrado onde cada região do globo exerceu uma função diferenciada e que se complementou e favoreceu para que a Inglaterra, um país “adiantado”, pudesse despontar como a primeira potência industrial do globo. Ou conforme o próprio Hobsbawn (2011: 25) afirma:

O mundo adiantado estava ligado ao mundo dependente por uma certa divisão de atividade econômica: de um lado, uma área urbanizada, e de outro zonas produzindo e em grande parte exportando produtos agrícolas ou matérias-primas.

Esta ligação do mundo adiantado ao mundo dependente, apresentada por Hobsbawn, remete-nos à forma como se organizaram as relações internacionais a partir da segunda metade do século XVII. O advento da proeminência inglesa no cenário da política internacional e a aproximação entre Portugal e Inglaterra tendo como pano de fundo a manutenção do domínio português sobre o Brasil, sua principal colônia, são componentes que propiciaram o advento da industrialização inglesa, visto que, parte de Portugal concedeu uma série de benefícios aos ingleses, como nos termos do Tratado de Methuen, que possibilitam a manutenção do apoio inglês a Portugal e o escoamento de divisas de Portugal para a Inglaterra. Conforme vimos anteriormente, D. Luís da Cunha salientou que um dos impedimentos do desenvolvimento agrícola e manufatureiro português, decorreu dos termos do Tratado de Methuen, que não propiciou o estímulo às manufaturas portuguesas devido à facilidade da entrada de tecidos ingleses em Portugal, e o desenvolvimento de uma agricultura diferente da vinícola, mantendo alto o nível das importações portuguesas.

Como a economia portuguesa se especializara na intermediação de gêneros tropicais, colocando-se na função de mantenedora das demandas de produtos primários para os países adiantados, através das suas colônias, torna-se lógico que as demandas a serem atendidas pelas colônias formais ou pelas zonas periféricas sejam as demandas dos países adiantados. Isto nos remete às transformações ocorridas em Portugal e nas colônias durante a segunda metade do século XVIII.

José Jobson Arruda disserta sobre estas mudanças ocorridas a partir do governo de Pombal. Arruda ressalta que “na segunda metade do século XVIII, sob a égide das reformas pombalinas, a política colonial portuguesa, especialmente aquela direcionada ao Brasil, passou por alterações sensíveis, mesmo preservando as linhas mestras da política mercantilista”, tendo como característica a “amenização do exclusivo

metropolitano, estimulando-se a produção da colônia pela busca de integração mais forte entre o mundo da metrópole e o da colônia” (Arruda 2000: 175-176) ou como é defendido por Novais, “abandono da ortodoxia mercantilista” (Novais, 2011:228).

Arruda destaca, ainda, que na segunda metade do século XVIII, a diversificação do mercado colonial é significativa, tendo como dados numéricos o crescimento da produção agropecuária, “que passa de 33 para 126 [produtos], dentre os quais o ouro e o açúcar perdem a hegemonia que sempre tiveram” (ARRUDA, 2000: 175). Este dado aponta, novamente, para um gradual abandono da ortodoxia mercantilista e a adoção de uma nova política colonial pautada na diversificação da produção.

O abandono desta ortodoxia mercantilista é o que pretendemos analisar a seguir, levando em conta a existência em Portugal de um processo de reformas no setor educacional, consolidando as ideias iluministas em Portugal, que trouxeram consigo novas formas de pensar a economia portuguesa e colonial.

Daí, então, nossa compreensão sobre a importância do Brasil na dinâmica da economia-mundo, ou seja, um papel representativo que mantinha acesa a participação portuguesa no jogo político das relações internacionais de Portugal, em virtude de sua importância para o desenvolvimento dos países centrais, ao fornecer matérias primas e insumos tropicais, como, por exemplo, o açúcar, o algodão e o café.

A compreensão do papel de Portugal na economia-mundo, sugere a presença em um contexto de transformações no pensamento econômico de Portugal, decorrente da influência das ideias iluministas em Portugal. As influências destas ideias, por sua vez, proporcionaram uma mescla entre o mercantilismo e a fisiocracia.

1.3- Portugal e a economia ilustrada

O papel desenvolvido por Portugal na economia-mundo, ou no sistema mundial moderno, era o de fornecer gêneros agrícolas para abastecimento da Europa. Contudo,

as mudanças do cenário econômico europeu, exigiram mudanças de comportamento interno de Portugal. Desta maneira, novas formulações econômicas ganharam força, decorrentes do advento de novos espaços para estas formulações, muito embora com uma rígida vigilância do Estado, que controlava a formulação das ideias iluministas em Portugal, visto que estas já estavam presentes naquele país antes da ascensão do Marquês de Pombal.

Ao ascender ao ministério de D. José I, em 1750, Sebastião de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, deparou-se com dois graves problemas que atingiram o Estado Português. O primeiro deles foi o terremoto que atingiu a cidade de Lisboa em 01 de novembro de 1755, deixando a cidade devastada, exigindo elevados custos para a reconstrução da capital imperial. O outro problema com que Pombal se deparou foi a queda da produção aurífera do Brasil durante a década de 1760. Ambas as circunstâncias acabaram por colocar Portugal em uma grave crise econômica, decorrente dos gastos para a reconstrução da capital imperial e da queda do fluxo de ouro da colônia para Portugal.

Dentre as diversas formas de solucionar esta crise (centralização administrativa, criação de companhias comerciais, criação de órgãos fiscalizadores das receitas portuguesas, como o Erário Régio) foi tentar recolocar Portugal no rumo do crescimento econômico, através da assimilação das ideias iluministas (que estavam em voga na Europa) e adaptá-las à realidade portuguesa.

Um dos meios encontrados por Pombal e seus sucessores foi a reformulação dos paradigmas educacionais em Portugal, cujas principais expressões foram a reforma dos estatutos da Universidade de Coimbra (1772), idealizada por Pombal, e a criação da Academia Real de Ciências de Lisboa, em 1779. Estas instituições acabaram por consolidar o Iluminismo português.

Ao falarmos de Iluminismo, tomaremos como norte a definição proposta por Francisco José Calazans Falcon, em sua obra denominada de Iluminismo, cuja proposta é uma revisão do significado atribuído ao termo. Para o autor, o Iluminismo *não se tratava de um acontecimento, nem apenas de um movimento intelectual, espécie de modismo de uma certa época, mas, sim, de um processo que apenas estava começando – o processo de esclarecimento do homem, sendo traduzido pela idéia de progresso, cuja essência é a capacidade de um número cada vez maior de homens pensarem por si mesmos.* (FALCON, 1986: 19)

Outra questão levantada por Falcon acerca do Iluminismo é a pluralidade de formas como estas ideias se apresentaram na Europa, considerando a forma como estas ideias se propagaram em cada país que, por sua vez, teve como fator determinante a diversidade daquilo que o autor denominou de os “agentes sociais do Iluminismo”. Estes agentes, na acepção de Falcon, eram *profissionais liberais (médicos, advogados, professores etc.), os ‘oficiais’ ou funcionários do Estado absolutista que encontrando-se nos salões e academias, fazendo parte de sociedades secretas [...] produziam e debatiam as idéias do Iluminismo. A participação maior ou menor da opinião pública, o papel dos vínculos com o aparelho de Estado, tudo isso variava de um país para outro.* (FALCON, 1986: 28-29)

Mediante o que destacamos acima acerca do Iluminismo para Francisco Falcon compreendemos, então, que a definição de Iluminismo é de um movimento heterogêneo que possui uma forma para cada país, mas que, no entanto, teve como fator de convergência a busca pelo progresso, tendo como ponto de partida o esclarecimento dos homens, que poderiam ser “homens letrados” que agissem no processo de divulgação destas ideias por conta própria, ou que estivessem diretamente ligados ao Estado, determinando assim a forma assumida por estas ideias.

A definição de Iluminismo proposta por Falcon abre caminho para a análise do caso do Iluminismo português, por considerar a existência de diferentes formas de expressão das ideias iluministas e que a propagação destas ideias liga-se aos seus agentes difusores, dentre os quais, Falcon considera os agentes do Estado Absolutista.

Este ponto de vista está presente na obra *As reformas pombalinas na instrução pública*, onde o autor parte do pressuposto de que o conceito de Iluminismo é variável e que é necessária a análise das especificidades de cada país. Laerte Ramos de Carvalho (1978: 26) afirma que, *certamente não podemos falar de um 'iluminismo' português no sentido pelo qual nos expressamos ao caracterizar manifestações do pensamento inglês, francês e alemão*. O Iluminismo português, segundo o autor, consistiu em um *programa político de governo* (CARVALHO, 1978: 27) que atendeu às demandas relacionadas com a recuperação econômica portuguesa e com o fortalecimento do poder absoluto.

Dentro do processo de reformas da instrução pública destacaremos a reforma dos estatutos da Universidade de Coimbra, posto em prática em 8 de agosto de 1772. Segundo Laerte Ramos de Carvalho (1978: 189), esta reforma consistiu em um *ajustamento e integração dos ideais de cultura, no sentido de dotar o poder público dos recursos humanos indispensáveis ao progresso da nacionalidade*.

Uma análise mais específica da reforma dos estatutos da Universidade de Coimbra foi feita por Flávio Rey de Carvalho. A proposta do autor consiste em analisar a reforma proposta para os cursos da Faculdade de Leis e os da Faculdade de Filosofia, criada pelo processo de reforma. Sobre a reforma da Faculdade de Leis, o autor sustenta que este processo enquadrou-se na perspectiva jurídica do Iluminismo, cuja proposta voltava-se à *formalização e à unificação das leis dos Estados modernos, sob a intenção da centralização do poder na figura de seus respectivos soberanos* (DE CARVALHO,

2008: 64), o que significa que a proposta de reformar essa Faculdade objetivou o fortalecimento do absolutismo de D. José I.

A criação da Faculdade de Filosofia, segundo Flávio Rey de Carvalho, deu-se pelo interesse do Estado português em descobrir e desenvolver novos produtos naturais para que fosse ampliado o comércio entre a metrópole e suas colônias. A criação desta Faculdade, então, configurou-se em uma forma de buscar uma solução para a crise econômica vivida por Portugal desde a década de 1760 (DE CARVALHO, 2008:122).

Contudo, como já apresentamos, a Universidade não foi a única instituição científica do Reino a disseminar as ideias iluministas. Após a queda do Marquês de Pombal, em 1777, as ideias que foram difundidas em sua administração tiveram continuidade, porém, em outro centro: Academia Real de Ciências de Lisboa, fundada em 1779, sob os auspícios da rainha.

Segundo Oswaldo Munteal Filho (2006: 2-6), esta instituição passou a ser a referência no que concerne à produção intelectual sobre o Reino e as colônias. A forma pela qual se produzia o conhecimento era através das Memórias Econômicas, produzidas por associados que forneciam seus conhecimentos, principalmente, sobre assuntos que pudessem viabilizar lucros para a metrópole, como no caso da agricultura e da mineração.

Estas instituições foram responsáveis pela formação de um grupo denominado de ilustrados luso-brasileiros que, segundo Maria Odila Leite da Silva Dias, advinham em grande parte de um processo de formação na Universidade de Coimbra e de outras universidades que também passavam por transformações decorrentes da difusão dos ideais iluministas, *refletiam tão de perto a realidade brasileira* e que o conhecimento de suas obras [...] *constituem valor documental mais acessível para o historiador do que a simbologia da obra dos poetas e oradores da mesma época [...] sob cujo arcabouço*

européu devem ser desvendadas as imagens da terra e as primeiras manifestações nativistas. (DIAS, 2005: 39-40)

Segundo a autora, as atividades desenvolvidas pelos intelectuais luso-brasileiros consistiam em pesquisar e explorar as riquezas naturais, *desvendando o interior do Brasil e procurando inovações para o seu progresso material [tendo como norte] um cunho prático muito peculiar do meio e do momento histórico em que viviam [...]* (DIAS, 2005: 40), caracterizado pela inserção das ideias iluministas em Portugal.

Maria Odila caracteriza tanto a inserção das ideias iluministas em Portugal quanto o estímulo à formação de intelectuais luso-brasileiros, como uma política do Estado português iniciada durante o período pombalino e continuada por seus sucessores, tendo como fim o estudo das ciências naturais – como, por exemplo, a botânica, a mineralogia, a matemática, a física e a química – para que, por meio destes conhecimentos fossem fomentadas a industrialização portuguesa e o renascimento agrícola na colônia. Este ponto de vista pode ser observado a seguir:

O papel da política de Estado nesse movimento de estudiosos, dedicados em sua maioria às ciências naturais, merece realce particular por suas múltiplas implicações, tanto na orientação dos estudos como na mentalidade dos principais políticos da Independência. A publicação de memórias pela Coroa, sobretudo a partir de 1770, é fruto de uma política consciente em fomentar a produção de matérias-primas para a industrialização de Portugal, em promover um renascimento da agricultura para compensar as oscilações dos rendimentos do “quinto”, os inconvenientes de um sistema fiscal sobrecarregado e a baixa do preço do açúcar, em virtude da concorrência estrangeira e, sobretudo, a partir do último quartel do século, em aproveitar as novas perspectivas que a conjuntura internacional parecia apresentar para o Brasil [...]. (DIAS, 2005: 40)

Desta forma, Maria Odila Dias destaca que a inserção do Iluminismo em Portugal e da formação de intelectuais luso-brasileiros acompanhou o momento de

queda das finanças de Portugal, sendo característicos desta inserção um pragmatismo e um utilitarismo das questões científicas do país.

Este ponto de vista está presente, também, nas questões que embasaram o processo de reforma da Universidade de Coimbra durante a administração pombalina. Segundo o entendimento de Laerte Ramos de Carvalho (1978: 27-28)

A história de uma cultura não se processa independentemente dos fatores econômicos, sociais e políticos que, de certa forma, a condicionam. [...] Ao lado das medidas de diferentes ordens, adotadas pelo ministro de D. José I, estas reformas [do ensino português] traduzem, dentro do plano de recuperação nacional, a política que as condições econômicas e sociais do país pareciam reclamar.

Sendo assim, a formação dos intelectuais luso-brasileiros fazia parte de uma espécie de plano de Estado, promovido por Portugal, para a resolução de problemas econômicos e administrativos.

Estes luso-brasileiros, de acordo com Fernando Novais (2011: 228), buscaram promover um *abandono da ortodoxia mercantilista* em que apresentavam uma *preocupação prevalecente com a agricultura [e que] poderiam fazer pensar numa adesão sistemática à fisiocracia. Na realidade, porém, o pensamento fisiocrático era mobilizado para servir a uma política econômica reformista.*

Esta posição dos luso-brasileiros, segundo o autor, acabou por resultar em um cruzamento entre *influências inglesas (clássicos) e francesas (fisiocratas) a conformar a mentalidade econômica dos ilustrados portugueses* (NOVAIS, 2011: 230). Por sua vez entremeado de ideias, resultou em *um mercantilismo bafejado pelas Luzes, o mercantilismo ilustrado* (NOVAIS: 2011: 230).

Anteriormente já mostramos, com base em Falcon, Maffey e Novais, que o Mercantilismo consiste em um momento de transição entre o feudalismo e o capitalismo industrial, as quais, mediante sua estruturação com base nos monopólios e nas disputas

por áreas extra-europeias fornecedoras de matérias-primas e insumos tropicais, propiciaram o desenvolvimento do capitalismo europeu.

Cabe, decerto, buscarmos compreender a fisiocracia e sua relação com os quadros do pensamento econômico de Portugal durante fins do século XVIII. A fisiocracia é a primeira escola econômica moderna. Teve como idealizador o médico da Corte do Rei da França François Quesnay. As publicações fisiocratas englobam um período de 22 anos, sendo sua primeira edição datada do ano de 1756. Segundo Laurice de Fátima Gobbi Ricardo e Terezinha Oliveira, a concepção da escola fisiocrata partia da valoração da terra como a matriz geradora das riquezas de uma nação, onde a manufatura e o comércio ocupavam papéis secundários, como podemos observar abaixo:

Os Fisiocratas afirmam que a terra é a única fonte de riqueza e que a manufatura é estéril, simples transformadora da matéria. O comércio, apenas transporta mercadoria, mas não cria riquezas (RICARDO & OLIVEIRA, 2008:2-3).

A fisiocracia contestava o Colbertismo, doutrina mercantilista do ministro francês Colbert (RICARDO & OLIVEIRA, 2008: 2), que, segundo Pierre Deyon, fora alvo de censuras dos economistas franceses do século XVIII, pelo fato de Colbert “ter negligenciado a agricultura, fonte de todas as riquezas, até mesmo de tê-la sacrificado em proveito das manufaturas” (DEYON, 2004:27).

Além da crítica ao mercantilismo francês, a fisiocracia trabalha, também, na aplicabilidade e explicação da vida econômica, pautada nos direitos naturais. Sua filosofia produziu efeito não somente nas teorias econômicas, mas ensejou reflexões no campo social e, de certa forma, questionou a forma como se davam as ações do governo (RICARDO & OLIVEIRA, 2008:1).

Os fisiocratas baseavam-se *na concepção de que o conhecimento tende a ter utilidade na vida prática* (RICARDO & OLIVEIRA, 2008: 1). Este discurso é trazido, também, por Júlio Joaquim da Costa Rodrigues da Silva (2002: 52-53), em relação a D. Maria I:

Ora é exactamente esta renovação do ensino a estar presente na importância especial dada às ciências e às artes. Com efeito, a teologia e a filosofia peripatética, características de uma formação puramente retórica e teórica, dão lugar às novas concepções científicas, como a física de Newton, ou as da fisiocracia, mais voltada para a prática experimental e a transformação da sociedade. Porém o mais importante é o reconhecimento do papel de D. Maria I na difusão das luzes, responsável pela felicidade dos súbditos e a prosperidade do reino.

Nessa passagem, Da Silva reforça a ideia que exploramos no primeiro capítulo, de que em Portugal, com a ascensão de Pombal, ocorre um abandono do ensino de cunho religioso, voltando-se, a partir da reforma de 1772, para as ciências experimentais, onde esta virada, como também afirma Novais (2011: 224), é mais latente com a ascensão ao trono de D. Maria I, que foi, como vimos acima em Da Silva, a responsável por prover a felicidade dos súbditos e a prosperidade do Reino. Para os súbditos da colônia da América, esta felicidade e prosperidade, na visão de D. Maria I, seria alcançada por via do desenvolvimento da agricultura, visto a restrição à produção manufatureira desde 1785.

Acima, Da Silva expôs o papel do soberano na promoção da felicidade e da prosperidade dos súbditos e do Reino. Esta questão pode ser observada, também, nas palavras do idealizador da escola fisiocrata, François Quesnay, que afirma que o soberano deve sempre ressaltar que a terra é a única fonte de riqueza e que a agricultura é o seu fator multiplicador, como poderemos ver no trecho a seguir:

Que o soberano e a nação jamais percam de vista que a terra é a única fonte de riquezas e que a agricultura é a que as multiplica (...) os homens e as riquezas fazem a agricultura prosperar, ampliam o comércio, animam a indústria, aumentam e perpetuam as riquezas. Desta fonte abundante depende o sucesso de todas as partes da administração do reino (QUESNAY, 1984: 167)

Em relação ao amor à terra, José Gregório de Moraes Navarro, em seu *Discurso sobre o Melhoramento da Economia Rústica do Brazil, Pela introdução do arado, da refórma das fomalhas, e conservação das mattas, &c* afirma que:

De todos os Elementos, que Deos criou para gloria sua, e para utilidade do homem, nenhum He certamente mais digno da nossa contemplação do que a terra, Mãi commum de todos os viventes. Ella nos faz ainda hoje o mesmo agazalho, que fizera aos nascidos em princípio do mundo (NAVARRO, 1799:7).

Segundo Pádua (2004: 38), *não é difícil perceber a principal matriz teórica que informa esse projeto: a economia política fisiocrata, com sua leitura agrarista do ideal do progresso típico da Ilustração.*

Através do fragmento de Navarro e de Quesnay, podemos perceber que a agricultura é um fator multiplicador de riquezas, pois ela seria a responsável por elevar a produtividade e a lucratividade das outras atividades, como comércio e manufaturas, sendo a mais importante de todas as atividades, pelo fato de a terra ser o elemento “mais digno de contemplação”.

Em análise, podemos perceber uma similaridade entre a escola de Quesnay, as palavras de Navarro e a afirmativa de Da Silva sobre D. Maria I. Este traço é a valoração da terra e da agricultura como fontes geradoras de riqueza. Para Quesnay, esta é a base da geração de riquezas de qualquer nação. Para Navarro e D. Maria I, a agricultura seria o melhor caminho a ser tomado para o crescimento português, no que tange ao papel a ser desenvolvido pela colônia na América.

Desta forma, os três valoram a agricultura como meio de promover o engrandecimento da Nação, levando em consideração a que público cada um pretendia instruir, no caso de Quesnay, o governo francês, e D. Maria I e Navarro os colonos na América.

Podemos ainda destacar uma passagem da *Collecção de Memorias Inglezas sobre a Cultura e Commercio do Linho Canamo*, que deixa explícito o compromisso do frei Mariano Velloso com o rei, mostrando-se o mais interessado possível em servi-lo:

Conheço Senhor, que não poderei já mais offerecer a VOSSA ALTEZA REAL coisas neste gênero, que possam merecer o cunho da immortalidade, e por consequência dignas do acolhimento de hum tão Grande Principe, como VOSSA ALTEZA REAL; porque só me permittem apresentar o alheio, e de cuja apresentação nada mais sou que hum instrumento meramente passivo; mas seja-me licito confessar que, se a possibilidade se conformasse ao meu desejo, eu desafiaria ao mais zeloso serviço de VOSSA ALTEZA REAL, a que houvesse de dar maiores provas no culto, no censo, e no serviço de VOSSA ALTEZA REAL, como as que deseja dar com coração sincero, e desinteressado (VELOSO, 1799).

Em *Discurso práctico a'cerca da cultura, maceração e preparação do Canamo*, frei Veloso (1799:5) destaca a importância de servir a Pátria, pois para ele seria um serviço recompensador e animador:

Não há cousa alguma, que anime tanto ao homem, que se applica, e emprega em indagações directamente uteis á sua Pátria, como o ver que seus amáveis Compatriotas acolhem benignamente os seus achados, ou descobertas; e também, que os estranhos os hajão de adoptar pela sua evidente utilidade. Por este motivo, tendo eu merecido desde o principio desta nossa Sociedade a aprovação d'algumas observações acerca da Cultura do Canamo (...).

Uma passagem interessante e ilustrativa de Veloso acerca da cultura do Linho Cãnhamo, na coleção a que fizemos referência acima, relata os primeiros passos desta

cultura na colônia, além de ressaltar a importância do vice-rei Luis de Vasconcellos, sucessor do Marquês do Lavradio, na introdução de novas culturas na colônia para reestabelecimento das finanças portuguesas, como fizemos referência no capítulo anterior:

A primeira lembrança do estabelecimento do Linho Canamo ao sul do Brazil foi do Augusto Avô, e Bisavô de VOSSA ALTEZA REAL, que mandou passar para aquelle continente cultivadores, que lhe dessem principio; mas não se conseguiu fructo algum de hum estabelecimento de primeira necessidade para a Marinha Portuguesa, pelo desleixo dos Generaes que o governaraõ; o que sendo constante ao Excelentissimo Luis de Vasconcellos e Soisa, nos dias de seu governo promoveu o seu reestabelecimento com tanto ardor, e energia quanto era o conhecimento que tinha da grandeza do bem, que resultaria a huma Nação navegadora, e ao seu supremo Imperante (VELOSO: 1799)

Retomando a questão do servir à Pátria, podemos observar esta característica, também, em Quesnay: para o teórico da fisiocracia, os interesses particulares deveriam estar abaixo do Soberano, pois os interesses particulares e do próprio soberano deveriam apontar para um único objetivo, “a prosperidade da agricultura”:

Que a autoridade soberana seja única e superior a todos os indivíduos da sociedade e a todos os empreendimentos injustos dos interesses particulares, pois o objetivo da dominação e obediência é a segurança de todos, assim como o licito interesse de todos. (...) Esta divisão inverteria a ordem do governo de um reino agrícola que deve reunir todos os interesses em torno de um objetivo capital, a prosperidade da agricultura, que é a fonte de todas as riquezas do Estado e das riquezas de todos os cidadãos (QUESNAY, 1984: 167).

Uma exemplificação da passagem acima e que demonstra uma aproximação entre a fisiocracia e Souza Coutinho pode ser observada através de Pádua. O autor afirma que para Souza Coutinho os recursos naturais deveriam ter sua acessibilidade regulada pelo poder público, com a motivação de que, embasado nos *princípios*

científicos, levassem em conta a sua utilidade coletiva, ao invés de deixá-los 'abandonados' nas mãos dos particulares (Pádua, 2004: 62).

Esta concepção de Pádua acerca de Souza Coutinho está relacionada com a de Quesnay no ponto em que ambos ressaltam que é o soberano, para Quesnay, e o poder público, para Souza Coutinho, que está acima do interesse particular, mas que tem na base de suas prerrogativas preservar os interesses de todos. Algo que funcionaria como um poder para defender os interesses de todos, caso todos não saibam se conduzir para a saciedade dos interesses de um, o soberano ou o poder público, justificando, para Quesnay, a dominação e a obediência.

Retomando a passagem de Frei Veloso, em que ele discursa sobre o ser útil à Pátria, e o último fragmento a que fizemos referência a Quesnay, observamos que, para frei Velloso, era importante servir à pátria com descobertas que pudessem ser úteis ao seu crescimento, destacando, desta forma, o ser útil economicamente. Em Quesnay, observamos que os interesses individuais deveriam estar abaixo dos interesses do soberano, o que pode suscitar, também, uma serventia ao soberano ou aos interesses da pátria. Seguindo por este caminho, podemos averiguar, então, que para ambos o caminho a ser seguido é ser útil para a pátria, e esta utilidade se revelaria em buscar desenvolver a agricultura.

Assim, ao mesmo tempo em que podemos ressaltar algumas características do mercantilismo e da fisiocracia, podemos perceber, também, que há alguns traços, mesmo que superficiais, que os aproximam. Um destes traços é a valorização da busca por recursos naturais, embora no mercantilismo o sentido desta busca seja de caráter predador e na fisiocracia advenha do estudo científico.

Outra similaridade é a concepção do Estado como ente superior, mas que se diferencia em termos de aplicabilidade. No mercantilismo, a metrópole estabelece com

a colônia vínculos de comércio pautados na concepção de que a terra, seja ela a colônia como um todo ou um pedaço de terra para cultivo, pertence à sede metropolitana.

Na fisiocracia concebe-se que *a segurança da propriedade é o fundamento essencial da origem da sociedade*, permitindo que *cada um seja livre para cultivar em seu campo as produções que seu interesse, suas faculdades e a natureza do terreno lhe sugiram para dele tirar o maior produto possível*, mas que o soberano, representante da figura do Estado, tem a função de convergir todas as individualidades para a manutenção do Estado. Sendo assim, o que podemos observar é que a diferença entre o mercantilismo e a fisiocracia está na concepção da existência de individualidades para a produção agrícola, o que, para o mercantilismo, em virtude da própria monocultura colonial, não é aplicável, pois o produto valorado pela metrópole possui valor comercial maior.

Desta forma, o estímulo à disseminação de novas culturas, e até mesmo o estímulo a outras atividades ligadas à pecuária, como o fabrico de leite, queijo e manteiga, que foram as temáticas do livro *O Fazendeiro do Brasil, O Criador*, consistindo em atividades para o crescimento da riqueza da Nação portuguesa, podem ser observadas dentro da lógica de abandono da ortodoxia mercantilista levantada por Novais e a que fizemos referência neste capítulo, pois, apesar da manutenção dos laços ‘maternais’ e ‘filiais’ que uniam a colônia e a metrópole, no mote da estrutura agrária, como já destacamos, pautada na monocultura latifundiária e escravista, surgem, por intermédio da elite intelectual ao redor de Souza Coutinho e voltada para o desenvolvimento mútuo de colônia e metrópole, novas formas de desenvolver a agricultura, baseando-se em novas técnicas e novas atividades, tendo na agricultura colonial a principal atividade para o desenvolvimento do comércio.

A perspectiva que observamos acima pode ser vista através de uma afirmativa de Mansuy-Diniz Silva, que faz referência a Rodrigo de Souza Coutinho, e de uma diferenciação entre ele e os seus antecessores, optando pela manutenção da estrutura mercantilista através de um argumento diferente

No entanto, pode-se destacar o desenvolvimento de um espírito mais liberal, particularmente na atitude do sucessor de Mello e Castro, Dom Rodrigo de Souza Coutinho, que defendeu com argumentos um tanto diferentes a manutenção dos laços entre Portugal e Brasil. Esses argumentos não mais se baseavam na autoridade de princípios mercantilistas clássicos, mas eram inspirados por um ‘mercantilismo influenciado pela Ilustração, mercantilismo ilustrado’ e por uma nova visão do Império português (SILVA, 1998: 505).

Esta afirmativa de Silva, onde o próprio autor utiliza uma passagem de Fernando Novais, converge com o que dissemos acima acerca do abandono da ortodoxia mercantilista, relacionando-a à transferência da corte para a colônia, como já fizemos referência, e com o estímulo, principalmente, à diversificação da agricultura e ao incentivo a outras atividades.

Sobre a diversificação agrícola e o estímulo a outras atividades ligadas à pecuária, podemos destacar o seguinte fragmento:

Os Productos e Culturas da América, como Madeiras, Linhos Cãnhamos, e Carnes Salgadas, darão á nossa Marinha a maior consolidação, e estes pontos, em que S. Magde. já tem tomado muitas luminosas resoluções deichão hum campo aberto ás mais lisongeiras esperanças, se o Somno, tão próprio dos Climias quentes, não vier de novo fazer-nos esquecer dos nossos mais essenciaes enteresses (SOUZA COUTINHO, 1797, Apud MENDONÇA, 1933:275).

Com o fragmento acima, podemos observar o prisma a que nos referimos sobre o abandono da ortodoxia mercantilista, onde há uma valorização da diversificação agrícola na colônia, ou uma valorização das riquezas da terra e o aumento das

possibilidades de extrair o que a colônia, através de produções, poderia oferecer, mas que tem no comércio destas produções coloniais o ponto alto.

Desta forma, o “mercantilismo ilustrado” proposto por Fernando Novais, pode ser entendido como a associação de traços do mercantilismo e de teorias econômicas que surgiram em decorrência da crítica iluminista ao modelo mercantilista, tendo como fonte de ‘inspiração’ a fisiocracia. Esta associação pautou o pensamento econômico do reformismo ilustrado de Souza Coutinho.

Podemos destacar, por exemplo, a relação de aprimoramento de técnicas para serem aplicadas na terra para o aumento de sua produtividade, expostas por José Gregório de Moraes Navarro (1799:14), como vemos a seguir:

O ferro do arado só he capaz de descobrir estes thesouros, e de extinguir aquellas raízes venenosas, e inúteis, que tem chupado toda substancia da terra, com tanto prejuízo dos seus habitantes. Só elle he capaz de preparar com perfeição a terra para canaviaes, feijoaes, arzoaes, e para todo gênero de grãos, e de sementes, com tanta vantagem, que hum só preto com huma junta de bois, póde lavrar tanta terra como vinte pretos com o uso da enxada, o que se póde provar todos os dias com a experiência. Aquellas terras assim lavradas, não tornão mais a criar as raízes que a fazião infructuosa, e ficão sendo capazes das melhores producções.

Segundo o próprio Navarro, as iniciativas para que as técnicas e melhorias fossem postas em prática, teriam que partir do governo, que estaria dando o exemplo e incentivando o uso de boas técnicas que viabilizassem uma agricultura mais consciente entre os lavradores:

(...) Qual será pois o meio mais prompto, e mais efficaz para desabuser os homens nesta parte? O exemplo. E quem dará primeiro este exemplo? O príncipe, que tendo em todas as partes do Brasil muitas terras susceptíveis do arado, pertencentes a Coroa, póde mandar lavrallas com muita utilidade de sua Fazenda Real(...) (NAVARRO, 1799: 17-18).

E segue:

(...)Parece que he chegada a Epoca da sua maior felicidade, porque o Principe Nosso Senhor, que tem por título o seu Nome, se lembra della, e dos seus naturaes, e habitantes com Paternau cuidado; e o Sábio Ministro que do Ceo lhe foi mandado, para promover a causa dos moradores das três partes do mundo, não socega nem descança para satisfazer perfeitamente as virtuosas intenções de hum Principe tão bom (...) (NAVARRO, 1799: 20).

Estas passagens destacam, ainda, a importância da administração e do rei neste processo de conscientização dos lavradores, apoiando-os e incentivando-os, começando pela mudança de comportamento nas terras reais. Acerca do apoio administrativo à difusão das ideias iluministas, exposto anteriormente neste mesmo item, por da Silva e Novais, ao fazermos referência à importância de D. Maria I na difusão de ideias advindas do Iluminismo para a prosperidade do Reino, como as ideias de Newton e as ideias fisiocratas citadas por da Silva, partindo do Império português, esta prosperidade emergiria através da agricultura.

É interessante ressaltarmos, também, a referência feita por Navarro ao ministro do príncipe regente D. João, que era, pelo ano de publicação da obra (1799) e pelo fato de a publicação do discurso ter sido feita por Frei Mariano Veloso, Rodrigo de Souza Coutinho, visto que o secretário ocupa a Secretaria de Marinha e dos Negócios Ultramarinos entre os anos de 1796 e 1801, a qual segundo Ronald Raminelli (2008: 62-63) tornara-se a patrocinadora das viagens científicas e do conhecimento e recebera muitos papéis acerca de conhecimentos das lavouras. Acrescenta-se ainda o fato de Frei Mariano ter sido encarregado por Souza Coutinho da produção e divulgação de livros que instruísem os colonos para o desenvolvimento de uma atividade agrícola mais adequada, em virtude da importância da colônia para o crescimento da economia portuguesa.

Sendo assim, dentro de uma lógica de patrocínio das atividades científicas pela Coroa, bem como da publicação das memórias estrangeiras, cabe expormos no próximo capítulo as propostas de alguns destes estudos para a agricultura, para podermos perceber como o Estado português buscou melhorar a atividade agrícola.

Desta maneira, observamos que o pensamento econômico português de fins do século XVIII caracterizou-se por uma relação de proximidade entre o mercantilismo e a fisiocracia, onde a valoração da agricultura ganhou força após a queda da produção aurífera brasileira, sendo incentivada pelo Estado português através de instituições encarregadas de desenvolver estudos sobre o setor, objetivando a recuperação econômica portuguesa.

Neste cenário de transformações, buscaremos relacionar as propostas para o aprimoramento técnico da agricultura, com a ampliação das necessidades do mercado internacional em plena expansão do consumo de matéria-prima, decorrente da Revolução Industrial, e da expansão da produção de gêneros voltados para o consumo da população, como o açúcar e o café.

Capítulo 2

Plantar o quê, colher o quê? o renascimento técnico e econômico da agricultura no Brasil-colônia

Neste capítulo, analisaremos a retomada da agricultura no Brasil durante fins do século XVIII. Como ponto de partida para esta análise, apresentaremos alguns fatores que levaram à eclosão da crise de 1760, como o terremoto de 1755, a queda da extração aurífera e a diminuição de preços de insumos agrícolas produzidos no Brasil. Em seguida, buscaremos reconhecer as propostas técnicas destinadas à agricultura do Brasil colonial no momento em que a agricultura retomou o lugar de principal atividade exercida na Colônia e das receitas portuguesas.

2.1- Da crise ao Renascimento: a retomada do valor da agricultura colonial

A crise que atingiu Portugal durante a década de 1760 decorreu de uma interdependência de fatores, dentre os quais, a queda na extração aurífera e a desvalorização dos produtos agrícolas do Brasil, que desempenharam um papel relevante para a materialização deste fenômeno econômico.

Além do papel desempenhado pelo Brasil na pauta de reexportação portuguesa, citamos, também, fatores internos inerentes ao Estado português, dentre os quais podemos destacar o terremoto que atingiu a cidade de Lisboa abalando, além de suas estruturas físicas, as diretrizes políticas de Portugal.

Amador Patricio de Lisboa, um contemporâneo do terremoto, em *Memorias das principaes providencias, que se deraõ no terremoto, que padeceo a corte de Lisboa no anno de 1755*, descreve com detalhes os acontecimentos relacionados ao terremoto, conforme podemos observar em seguida:

No dia primeiro de Novembro de 1755, anno eternamente fatal na História Portuguesa, às nove horas, e quatro minutos da manhã, estando o Ceo limpo, o ar sereno, e o mar em calma, se vio Lisboa surpreendida com hum Terremoto dos mais horrorosos, que ou a tradiçã conserva, ou descrevem os livros. Seus effeitos provaõ esta verdade; por que em taõ breve tempo deixou reduzidos a ruínas quasi todos os edificios da mesma Cidade, sepultando nos estragos hum grande número de seus habitantes, especialmente nos Templos, que por ser dia de tanta solemnidade, todos se achavaõ assistidos de numeroso povo. (PATRICIO, 1758: 2)

Sobre esta catástrofe, Kenneth Maxwell, em *Marquês de Pombal: o paradoxo do iluminismo*, afirma que o terremoto *reduziu a cinzas uma das cidades mais ricas e opulentas da época*, deixando um rastro de mortes que *variavam de dez mil a quarenta mil* (MAXWELL, 1996: 23-24). Além do terremoto em si, Amador Patricio relata também os incidentes que se seguiram ao terremoto:

Ao mesmo tempo embraveceo-se o mar com tanta furia, que levantando-se em montes de agua, entrou pela fós do Tejo; e de repente fez com que inundasse as suas margens em distancia até onde nunca havia chegado. O povo, que fugindo a terra, esperava asylo neste elemento, achou nelle a sua perdiçã; porque a resaca, mais ligeira em o acometter, do que elle em fugir, arrebatou a muitos, e improvisamente os submergiõ em suas aguas. (PATRICIO, 1758: 2-3)

Desta forma, o terremoto do dia 01 de novembro 1755 foi uma catástrofe natural que deixou marcas de destruição na capital do Império português, cujas perdas humanas e materiais foram sem precedentes para Portugal.

Em termos financeiros, Nuno Monteiro destaca a perda de riquezas, o rombo no orçamento português e o caos que se instaurou em Portugal. Segundo Monteiro:

(...) terramoto de 1755 implicou [...] uma imensa destruição de riquezas impossível de recuperar a curto prazo. Um historiador [José Luiz Cardoso] avaliou-a recentemente em entre 100 000 e 150 000 contos, o que equivaleria a 75% do produto interno bruto português nesse ano. Acresce que, no imediato, gerou uma

situação de caos, com milhares de desalojados e roubos e pilhagens, exigindo uma pronta resposta. (MONTEIRO, 2008: 104)

Sobre as medidas tomadas imediatamente após o terremoto, Amador Patricio destaca em sua memória a preocupação do rei e de seus agentes com a propagação da peste, da fome, com o enterro dos corpos, com os feridos e os doentes, com os roubos, com a mão de obra para a reconstrução da cidade, com os materiais para esta reconstrução, assim como com as questões urbanísticas da cidade, como os meios financeiros para a reconstrução, a contratação de engenheiros e o tamanho das ruas.

Para Nuno Monteiro, no plano político, o terremoto iniciou um momento diferenciado nas relações políticas internas de Portugal, tendo à frente das questões políticas e administrativas, o Marquês de Pombal, conforme podemos observar abaixo num fragmento do referido autor:

O terramoto de 1755 inaugurou um autêntico terramoto político, uma convulsão mais ou menos contínua, que se prolongou por uma meia dúzia de anos. Num duplo e indissociável sentido, na medida em que não só se traduziu no fortalecimento do poder pessoal de Carvalho [Pombal] como representou, simultaneamente, um enorme alastramento da esfera de intervenção do Estado (emergência do Estado-polícia) com a definitiva afirmação das secretarias de Estado, ou seja, do governo, enquanto, centro de decisão política. (MONTEIRO, 2008: 105)

Do fragmento acima, cabe ressaltarmos a ascensão do Marquês de Pombal no cenário político português. Acerca da ascensão de Pombal neste momento, podemos destacar, ainda, a perspectiva apresentada por Kenneth Maxwell (1996: 24), no momento do terremoto, *O rei, aturdido e atemorizado, depositou autoridade completa nas mãos do único de seus ministros que mostrava alguma capacidade para lidar com a catástrofe: Pombal.*

Conforme destacamos, os custos com a reconstrução da capital Imperial drenaram cerca de 75% do produto interno bruto. Entretanto, de acordo com Maxwell (1996: 27), a resultante destes gastos, ou seja, a reconstrução da cidade de Lisboa, culminou na expressão de um *Estado moderno, bem-regulado e utilitário*, sendo reconhecida como uma cidade recriada nos moldes das ideias iluministas, ou, como afirma o autor, uma cidade *modelo de planejamento urbano do Iluminismo* (MAXWELL, 1996: 19).

No entanto, a reconstrução da capital Imperial marcou, novamente, a importância do desenvolvimento das atividades extrativistas no Brasil Colônia na alimentação do tesouro português, principalmente, num momento em que Portugal necessitava de recursos para empreendimento de tal amplitude, como explicita Oliveira Martins (1972: 182):

Á medida que tudo caía e o Chão, nivelado pelos terramotos de seis annos, pedia a regoa e o esquadro mathematico construtor, o Marquez de Pombal, rico pelos quintos do Brazil, levantava a nova cidade utilitaria e abstracta.

Esta afirmativa de Oliveira Martins nos coloca frente ao cenário econômico português, no qual as riquezas extraídas do Brasil – neste caso específico, o ouro – mantinham as demandas financeiras do tesouro de Portugal. Sobre este cenário econômico, Kenneth Maxwell (1996: 38-19) afirma que

Sob vários aspectos, a prosperidade do Portugal metropolitano em meados do século XVIII dependia diretamente das flutuações de seu comércio colonial. [...] a economia de Portugal através de todo o século XVIII foi marcada pela preeminência das matérias-primas coloniais, em sua maioria brasileiras, no comércio de reexportação.

A marca da preponderância dos produtos do Brasil na pauta de exportação portuguesa, é decorrente das remessas de ouro, açúcar e fumo desta colônia. Maxwell

aponta a preponderância das transações comerciais entre Portugal e Brasil, ao afirmar que,

durante a década de 1740-1750, somente no porto de Lisboa o movimento anual da frota comercial ultrapassou oitocentas navios, das quais cerca de trezentas eram portuguesas e um terço delas estava diretamente comprometido com o Brasil. (MAXWELL, 1996: 40)

Nesta relação de reexportação dos insumos do Brasil por Portugal, Maxwell (1996: 40) destaca que o destino do açúcar e do fumo foi a Espanha e o ouro se destinou a favorecer *a balança comercial com o norte* da Europa e pagar *pela importação de madeira e cereais*.

Há, então, uma correlação entre o destino do ouro extraído do Brasil, como explicitado, e a crítica ao alto fluxo de importações realizadas por Portugal, conforme proposto por D. Luís, no Testamento Político ofertado a D. José I. Para Maxwell (1996: 40) o ouro do Brasil deteve a função de manter as exportações portuguesas com o norte da Europa e importar produtos que Portugal não produzia. Ou seja, a função do ouro era perpetuar as relações comerciais entre Portugal e outros países da Europa, pautada nas importações portuguesas.

Por sua vez, D. Luís da Cunha afirma que o Estado português deveria destinar seus esforços ao desenvolvimento das terras do país, seja desenvolvendo a agricultura, seja plantando árvores que servissem para a construção de prédios públicos. Desta maneira, D. Luís buscava propor a D. José que o rumo econômico que Portugal deveria tomar era o do desenvolvimento interno do país, fortalecendo a economia do país, tornando desnecessária a importação de produtos que poderiam ser desenvolvidos e manufaturados em Portugal, conforme podemos ver através do fragmento em que D. Luís da Cunha disserta sobre o abatimento econômico de Portugal:

A causa, senhor, do seu grande abatimento, por ter passado às mãos dos estrangeiros, além das sobreditas não sei por qual deve começar para lhe procurar algum remédio. Contudo a que logo salta aos olhos é que Portugal não tem frutos, nem géneros para se permutarem com os que nos entram de fora, não só quanto a quantidade e qualidade, mas também quanto à quantidade e variedade. (CUNHA, 1749: 92)

Levando-se em consideração a proposição de Maxwell e as propostas de D. Luís da Cunha para o desenvolvimento de Portugal, podemos perceber que há um choque entre aquilo que era praticado em termos econômicos com o ouro e o que idealizava D. Luís. O ouro do Brasil era destinado a manter as importações, enquanto a política econômica sugerida pelo diplomata objetivava reduzir os gastos com as importações.

A princípio o ouro extraído do Brasil conseguia manter o equilíbrio da balança comercial portuguesa em relação à Inglaterra, mesmo com elevados índices de importação. Porém a partir da década de 1730, este fluxo passou a não ser suficiente para manter o saldo positivo português, conforme Maxwell (1996: 42) expõe a seguir:

Após a década de 1730, o grande influxo de ouro e diamante vindo do Brasil acentuou o desequilíbrio na balança comercial anglo-portuguesa. Os déficits podiam ser formados e a aquisição de bens estrangeiros facilitada pelo escoamento dos lingotes de ouro e prata [...]

Sendo assim, *o papel do Brasil nos cálculos e na diplomacia de Portugal manteve assim alta prioridade durante todo o século XVIII*, alimentando as relações econômicas e políticas entre Inglaterra e Portugal, através da extração aurífera no Brasil colonial.

Partindo da perspectiva de que o Brasil detinha importante papel para as questões comerciais e diplomáticas portuguesas, Wehling destaca que esta preponderância influenciou a política econômica portuguesa, estabelecendo mais um ponto de dependência portuguesa, além da inglesa – paradoxalmente, o ouro do Brasil, conforme o autor expressa a seguir:

Os autores portugueses da época foram unânimes em considerar o ouro brasileiro pouco benéfico a Portugal, já que, na época de dom João V, a abundância de recursos facilitou as importações e fez com que o governo se desinteressasse de fomentar a agricultura e indústria. (WEHLING, 2005: 206)

Compreendemos que a posição de Wehling converge com a percepção de D. Luís acerca da política econômica portuguesa durante o reinado de D. João V, cuja característica consistiu em uma política de Estado desinteressada no desenvolvimento manufatureiro e agrícola de Portugal, que se preocupava somente com o atendimento da demanda externa de produtos agrícolas, advindos da necessidade européia de produtos tropicais oriundos da colônia e da produção interna de vinhos, e que, em termos manufatureiros, optava pela importação.

No que tange ao extrativismo de ouro no Brasil, D. Luís não estabelece uma correlação direta entre fluxo do mineral do Brasil e o pouco desenvolvimento econômico português. Contudo, demonstra que esta atividade se tornava prejudicial aos interesses econômicos de Portugal.

Para explicar o prejuízo trazido pelo desenvolvimento da extração aurífera no Brasil, D. Luís da Cunha coloca em destaque a evasão populacional do reino que, em busca de suas riquezas enterradas no solo, saíam de Portugal em direção à América portuguesa. Segundo D. Luís, a evasão populacional em direção ao Brasil causou um despovoamento do reino, o que não era visto por ele com bons olhos. Em suas colocações sobre as riquezas coloniais do Brasil, um traço presente no pensamento econômico de D. Luís é a “preferência”, se assim pode ser dito, pela extração das riquezas advindas do desenvolvimento da agricultura desta colônia. Este traço está presente, por exemplo, quando D. Luís disserta sobre as “sangrias” populacionais sofridas por Portugal.

Uma das “sangrias” da população portuguesa do reino era feita pelo Brasil e consistiu, como destacamos acima, na evasão da população em busca dos metais preciosos do Brasil (CUNHA, 1749: 74). Para a resolução desta problemática, D. Luís se fundamentou em uma prática inglesa aplicada nas suas colônias, em que

“[...] os ingleses teem mandado para os seus estabelecimentos, na América, várias colónias do palatinado, e de melhor vontade iriam para o Brasil e cultivariam grande parte daquele vasto país, pois é certo que, depois do descobrimento das minas, tem diminuído a cultura dos açúcares e tabaco, e por consequência o número dos navios que traziam aquêles feitos e o dos marinheiros que o navegam.” (CUNHA, 1749: 75, grifo nosso)

Através deste fragmento vemos que, D. Luís fez não somente uma crítica à saída de portugueses para o Brasil em busca do *el dorado*, mas também destaca que o Brasil deveria se especializar na produção de gêneros agrícolas, como o próprio D. Luís destaca o açúcar e o tabaco, produtos que ajudavam a manter a balança comercial, visto que eram levados do Brasil para Portugal e revendidos para outros países da Europa, conforme podemos exemplificar abaixo, pela pauta de exportação de Portugal para a Inglaterra e para a Holanda.

No que tange ao comércio com a Inglaterra:

Os ingleses tirão de Portugal, vinhos em grande quantidade, azeite moderadamente, couros da Baía, *pau do Brasil*, laranjas, limões, romãs, figos passas amêndoas, *bengalas do Brasil*, casquinha da Ilha da Madeira, vinho da mesma ilha, *tabaco do Brasil em rolo*. (CUNHA, 1749: 94)

Já os holandeses,

(...) tirão de Portugal quási o mesmo que os ingleses, a saber: *açúcar em grande quantidade, tabaco do Brasil*, azeite e vinho bastantemente, cominhos, lãs, *pau do Brasil, couros do Brasil e da Baía*, bengalas, laranjas, limões, romãs, figos, passas, amêndoas, casquinha da ilha da Madeira e muito sal de Setúbal. (CUNHA, 1749: 94)

Nesta listagem há dois produtos que se destacavam no comércio realizado entre Portugal e sua colônia na América: o açúcar e o tabaco. Desta maneira, compunham arrecadação metropolitana oriunda do Brasil, principalmente, o ouro, o açúcar e o tabaco.

De acordo com Arno Wehling, a queda da extração mineral fez com que uma grave crise ganhasse proporções em Portugal. Segundo o autor,

A crise econômica de 1766-1769, por sua vez, acabou por mergulhar Portugal e o Império na pior depressão desde o século anterior. Conjugaram-se vários fatores negativos: o declínio da mineração, os preços aviltados do açúcar, as despesas com a reforma da administração, os gastos com a defesa das fronteiras do Brasil e a reorganização do exército, e o financiamento dos déficits comerciais e orçamentais. (WEHLING, 2005: 330)

No que compete à extração do ouro, Wehling mostra que a atividade extrativa sofreu uma forte queda a partir da década de 1760, alcançando 7,5 toneladas/ano, em comparação ao crescimento que vinha sendo registrado desde o início do processo de extração nas Minas Gerais.

Por outro lado, Wehling e Dauril Alden destacam, também, o déficit comercial dos principais produtos agrícolas oriundos do Brasil: o açúcar e o tabaco. No que diz respeito ao açúcar, Wehling (2005: 331) apresenta uma queda gradual nas exportações do produto. Segundo o autor, *as rendas das exportações entre 1760 e 1776 caíram de 2,3 milhões de libras para 1,4 milhão.*

Sendo assim, o terremoto, seguido da queda da extração aurífera e dos produtos agrícolas do Brasil, levaram Portugal a uma crise econômica cujo epicentro era a colônia portuguesa na América. Por sua vez, esta crise, assim como as consequências do terremoto de 1755, exigia medidas para a sua contenção, conforme salienta Wehling (2005: 332):

(...) a crise econômica deixou evidente a dependência econômica portuguesa em relação aos produtos que recebia do Brasil e depois exportava. A diminuição do capital circulante e da arrecadação de tributos foi a consequência natural desse quadro: como enfrentá-lo?

De acordo com Clarete Paranhos da Silva (2002: 40), o enfrentamento da crise se deu pela elaboração de um projeto reformista conduzido pelo Estado português cujo objetivo era a reorganização de *setores considerados como pilares da economia, nomeadamente, a agricultura e indústria* não escapando a essa política reformista outros setores considerados importantes para o desenvolvimento português, como o *setor educacional e universitário*.

Ainda de acordo Clarete Paranhos, as duas preocupações nortearam as ações do Estado português e de seus agentes neste momento, ou seja, *recuperar a economia e preservar os seus domínios coloniais* pois, ao avaliarem

(...) a situação portuguesa naquele instante, os contemporâneos da crise viram-se diante da necessidade de iniciar reformas que extrapolassem o setor econômico. Por isso, a ilustração portuguesa iria encarregar-se, via estado de refletir sobre todos aqueles setores considerados fundamentais para o progresso do País e o setor educacional foi eleito como uma das prioridades (SILVA, C., 2002: 41).

Mediante a crise em que se encontrava Portugal, conforme Clarete Paranhos salientou acima, o Estado tomou a frente do processo, enfocando o setor educacional como um dos principais campos do processo de reformas.

A atuação na educação e no ensino em Portugal, para a transformação do cenário de crise econômica que havia se instalado no país, é uma questão abordada, também, por Laerte Ramos de Carvalho. Segundo o autor, as reformas implementadas por Pombal e seus sucessores no setor educacional se pautaram no Iluminismo, cujas características assumidas ganharam formas próprias em Portugal, que atendiam a uma demanda necessária ao momento político, econômico e social vivenciado por Portugal,

conforme expressa a afirmativa de Laerte (1978: 27-28, grifo nosso) no fragmento a seguir:

A história de uma cultura não se processa independentemente dos fatores econômicos, sociais e políticos que, de certa forma, a condicionam. As reformas pombalinas na instrução constituem, neste sentido, expressivo exemplo. Ao lado das medidas de diferentes ordens, adotadas pelo ministro de D. José I, estas reformas traduzem, dentro do plano de recuperação nacional, a política que *as condições econômicas* e sociais do país pareciam reclamar.

Além das questões econômicas que circundam a introdução das ideias iluministas em Portugal, devemos ressaltar ainda que o objetivo desta política consistiu no fortalecimento do poder do Estado português e na sua centralização do poder, conforme salienta Ana Rosa Cloquet da Silva (2006: 54):

(...) a prática pombalina revelou-se muito mais ampla e articulada. Demandou medidas nas esferas econômicas, políticas e sociais – voltadas para o Reino e o Ultramar – guiadas por princípios tipicamente mercantilistas e pela preocupação com a *centralidade do poder*, efetivada graças à montagem de um novo aparato institucional e administrativo e que, como apontado introdutoriamente, trazia consigo a figura do *burocrata*. (grifos do autor)

Dentro do plano da reforma educacional implementada pelo Estado português, destacamos a reforma dos estatutos da Universidade de Coimbra (1772) que, segundo Laerte Ramos, traduziu *um esforço de integração da ideologia iluminista na vida intelectual portuguesa do século XVIII* (CARVALHO, 1978: 172).

Este ponto de vista está presente também na argumentação de Flávio Rey de Carvalho, ao conceber que a reforma dos estatutos consistiu em um *renovado programa de instrução, pautado pelas concepções modernas de humanidades, filosofia e ciência em voga na Europa dos Setecentos* (DE CARVALHO, 2008: 63).

No universo de inovações propostas pela reforma dos estatutos, Flávio Rey destaca aquelas direcionadas ao Direito, que foi reformado, e à Filosofia, cujo curso foi criado com a reforma. O Autor afirma que a atuação do projeto reformista em ambos os cursos estava em “conformidade com as ambições da Coroa lusa daquele momento”, e funcionavam como uma “espécie de ferramenta, a serviço dos interesses da Coroa, para a promoção de mudanças na sociedade portuguesa”, que consistiam no “fortalecimento do poder régio e o revigoramento da economia portuguesa por meio do estímulo à pesquisa dos recursos rentáveis em todo o império” (DE CARVALHO, 2008: 64).

Falcon (2000:158-159) assinalou que, durante o fim do século XVIII, Portugal se voltou para a busca por riquezas naturais coloniais, conferindo a este objetivo um caráter utilitário.

Este sentido utilitário da natureza pode ser observado por meio do discurso feito por Francisco Lemos, reitor da Universidade de Coimbra, durante o reinado de D. José I, conforme podemos observar no fragmento abaixo:

Não se deve encarar a universidade como um corpo isolado, preocupado apenas com seus próprios negócios, como sucede normalmente, mas como um corpo no coração do Estado que, mercê de seus intelectuais, cria e difunde a sabedoria do Iluminismo para todas as partes da Monarquia a fim de animar e revitalizar todos os ramos da administração pública e de promover a felicidade do Homem. Quanto mais se analisa essa idéia, maiores afinidades se descobrem entre universidade e o Estado; quanto mais se vê a dependência mútua desses dois corpos, mais se percebe que a Ciência não pode florescer na universidade sem que ao mesmo tempo floresça o Estado, melhorando e aperfeiçoando a si mesmo. Essa compreensão chegou muito tarde a Portugal, mas enfim chegou, e estabelecemos sem dúvida o exemplo mais perfeito e mais completo da Europa atual (LEMOS, Apud MAXWELL, 1996: 114)

Pombal, mediante a crise econômica em que Portugal se encontrava, colocou em prática uma política de diversificação da produção agrícola colonial do Brasil fomentando na metrópole o estudo sobre a diversidade natural.

Na metrópole, este desenvolvimento ficou a cargo da Universidade de Coimbra, principalmente com a criação da Faculdade de Filosofia. Conforme definição do estatuto já reformado, por Filosofia se entende a *Sciência Geral do homem, que, abraça, e compreende todos os conhecimentos que a luz da Razão tem alcançado e ha de alcançar em Deos, no Homem, e na Natureza* (Estatutos, 1772: 2).

Da Faculdade de Filosofia destacamos a cadeira de Filosofia Natural, na qual está inserido o curso de História Natural, *em que se ensinam as verdades de facto pertencentes aos tres Reinos da Natureza* (Estatutos, 1772: 336).

Foi estabelecido pelo estatuto que a História Natural seria frequentada pelos alunos de Coimbra no segundo ano do Curso de Filosofia. Neste curso, os alunos aprenderiam sobre os três reinos da natureza, sendo eles a zoologia, a botânica e a mineralogia, nesta ordem, conforme disposto pelo estatuto:

Dando aos seus discípulos huma idéa da *Natureza*, e constituição do Mundo em geral, e do Globo terrestre em particular. E ainda que a *Historia Natural* comprehende todo o Universo; limitando-se com tudo aos objectos mais vizinhos ao Homem, e mais necessarios ao uso da vida; dividirá as suas Lições e tres Partes, segundo a divisão dos tres Reinos da Natureza, que são o Animal, o Vegetal, e o Mineral. (Estatutos, 1772: 351-352)

Chamemos a atenção, no entanto, para o aspecto utilitarista ou “necessário ao uso da vida”, ao qual faz menção o estatuto, pois, a adoção deste viés no estatuto indica uma consonância com a prática científica europeia empreendida durante o século XVIII, conforme afirma Varela (2009: 38), ao salientar o estudo científico como sendo um instrumento, uma ferramenta, para a melhoria da vida humana:

A ciência tinha que ser socialmente útil, uma vez que o saber puramente de curiosidade e inútil para a sociedade deveria ser abandonado. O conhecimento científico deveria servir para a instauração do “reino do homem”, quer dizer, para a felicidade de todos. Graças a ela, a vida de cada homem seria mais fácil, mais feliz, isenta de desolação, de tristeza, de doenças, de golpes do destino, equivalendo à transformação do mundo.

Desta forma, o estudo dos três reinos da natureza, em Portugal, não está dissociado da lógica utilitarista dos seus conhecimentos. De acordo com o estatuto reformado da Universidade, os objetivos da História Natural consistiam no conhecimento da natureza com fins ao aperfeiçoamento das artes, ou seja, do comércio, da indústria, conforme está presente no fragmento abaixo retirado do documento:

E terá entendido, que o objecto mais importnate desta Sciencia, consiste não sómente na Collecção dos factos, que se tem observado na Natureza; mas tambem na combinação de todos elles: Procurando generalizallos, e ligallos reciprocamente por hum encadeamento de analogias até chegar áquelle gráo superior de conhecimentos, que se requer; para explicar os factos particulares pelos geraes, e para comparar a Nautreza comsigo mesma nas suas grandes operações; *donde se abra o caminho para aperfeioar os diferentes Ramos da Fysica, e das Artes, que della dependem.* (Estatutos, 1772: 353)

Do estudo dos três reinos da natureza, aquele que nos chama a atenção é o da botânica, pois esta *he a Sciencia do Reino Vegetal, e consiste em duas cousas: A primeira he o conhecimento das Plantas: E a segunda o uso dellas.* (Estatutos, 1772: 354). Desta maneira, a botânica atinge de forma direta os estudos sobre a agricultura ao estudar o uso das plantas.

Mesmo sendo a botânica o nosso foco, cabe destacarmos na zoologia uma parte que toca a agricultura. De acordo com o estatuto, a zoologia “*he a ciência do Reino Animal*” (Estatutos: 353), que compreende o estudo da sua *geração; o tempo de cóito, e do parto; o numero de filhos, o seu instinto, os lugares da sua habitação; o seu sustento, e artifício; o tempo que vivem; as doenças, a que estao sujeitos* (Estatutos,

1772: 354). Além destes ensinamentos, os mestres de Coimbra deveriam ensinar aos seus alunos no curso de zoologia:

(...) os serviços, que podem fazer ao Homem, com todas as utilidades, e commodidades, que delles podem resultar : Demorando-se com a mais particular indagação sobre os Animaes, que pretencem ao Commercio, Agricultura, e outros usos mais sensiveis, e importantes da vida humana. (Estatutos, 1772: 354)

Partindo do fragmento acima, percebemos que a zoologia detinha a função de auxiliar a atividade agrícola, promovendo o conhecimento útil ao Homem, ou ao Estado (como no caso de Portugal), para a melhoria do funcionamento da agricultura, além do favorecimento do comércio dos animais. Desta maneira, ao promover o conhecimento dos animais para o comércio e auxiliar no desenvolvimento da agricultura, o estudo zoológico favorecia a ampliação das atividades comerciais do Estado português o que lhe rendia maiores receitas.

Em seguida ao estudo da zoologia, o estudante coimbrão tinha lições de botânica. Conforme consta no estatuto, o estudo da botânica é o estudo dos vegetais, tendo como finalidade o conhecimento e o uso das plantas. De acordo com o estatuto, o estudo da botânica se dará da seguinte forma:

Primeiramente tratará da Sciencia dos Vegetaes em geral: Colligindo as observações, e verdades communs a todas as Plantas; para entrar depois mais expeditamente no que pertence a cada huma das espécies em particular: *Mostrando o uso, que nellas se tem descuberto, relativamente ás Artes, em que interessa a Sociedade: Demorando-se sempre no util: E passando em breve resumo o curioso.* (Estatutos, 1772: 356, grifo nosso)

Novamente observamos a presença da ciência útil à sociedade no discurso empreendido no estatutos reformados de Coimbra. De acordo com o fragmento exposto acima, ao estudar os vegetais, os alunos de Coimbra deveriam concentrar seus esforços

na observação da utilidade propiciada pelo vegetal em estudo, praticamente deixando de lado a curiosidade. As formulações realizadas pelos alunos de Coimbra sobre os vegetais deveriam atender às necessidades da sociedade portuguesa.

Além do descobrimento e do estudo dos usos dos vegetais, a botânica, na concepção europeia do século XVIII, era uma ciência que se remetia diretamente à prática da agricultura. De acordo com Varela (2009: 53), *agricultura era vista como uma aplicação da botânica, constituindo um dos principais objetos da história natural em um momento onde a agricultura continuava a ser considerada a mais importante 'arte', indispensável à sociedade*. Assim, a introdução do estudo da botânica na Universidade de Coimbra, em 1772, acompanhou uma tendência europeia.

Desta maneira, a reforma educacional implementada por Pombal teve como um de seus objetivos o fortalecimento da economia portuguesa, sendo norteadada pelo incentivo ao estudo da botânica com vistas ao fortalecimento da agricultura, atividade que estava em voga na Europa durante o século XVIII.

Após a morte de D. José I, Pombal foi afastado do exercício da vida pública pelo decreto de 4 de março de 1777. No entanto,

Desvencilhado da enfermidade do corpo físico, seu espírito continuaria projetando-se por toda a geração de estadistas do reinado seguinte, encarnado quer nos próprios agentes pombalinos sustentados na nova administração, quer no teor das idéias então encaminhadas. (DA SILVA, 2006: 101-102)

O fragmento acima dimensiona um processo intitulado de “viradeira”, que marcou o fim do período pombalino, após a morte de D. José I. Mesmo com seu afastamento político e sua morte, em momento posterior, as bases do seu pensamento político e econômico para o Estado português continuaram presentes. Como exemplo, podemos destacar a questão do setor de ensino, no que tange à produção e à difusão de conhecimento.

A sucessora de D. José I foi sua filha D. Maria I. Um de seus primeiros atos ao assumir o trono português, foi afastar Pombal da execução de suas atividades políticas, conforme atesta a Carta de Demissão do Marquês, entregue por Martinho de Melo e Castro ao então ministro josefino:

A Rainha Nossa Snr^a foi servida ordenarme q. entrequando [sic] a V. Ex.^a o real decreto de sua Demissão, lhe deixasse por escrito da m^a Própria Letra e Assinado por mim o seg.te. Que no dito decreto não atendeu Sua Maj. de a outra alguma cousa, q. não fosse a veneração e resp.^o q. conserva e conservará sempre à saudável Memória de seu Augusto [sic] Pai, e Senhor;(…) (CASTRO, 1777 Apud VALADARES, 2006: 53)

Este momento de passagem do reinado de D. José I para o reinado de D. Maria I é denominado de Viradeira. Em relação a este momento, Ana Rosa Clochet da Silva (2006: 102) destaca os seguintes aspectos:

Internamente, o Reino adentrara numa fase de afloramento de tensões tipicamente estamentais [...] convivendo com a invasão das idéias ilustradas e com uma série de dificuldades econômicas a exigirem pronta solução. No plano externo, o fenômeno mais geral condicionador deste novo momento da “modernização” portuguesa apontava para o confronto estabelecido entre um sistema mercantil de exploração colonial – o qual impunha o aprofundamento das relações de domínio tendo em vista a obtenção de riquezas – e a nova etapa do capitalismo industrial, na qual o aumento de produtividade verificado no âmbito das economias européias implicava uma pressão crescente por novos mercados, necessários ao escoamento das mercadorias nelas produzidas.

Desta maneira, o início do reinado de D. Maria I se desenrolou com problemáticas relacionadas aos campos político e econômico que, segundo a autora, exigiam resoluções imediatas.

Segundo Ana Rosa, a solução encontrada pelo Estado português foi o estabelecimento de um *compromisso entre o “mundo do saber” e o “mundo do poder”* (DA SILVA, 2006: 113). Assim:

(...) a sustentação do lugar político da antiga nobreza cortesã, recrutada para compor os quadros burocráticos do governo mariano, dependia da sua capacidade de adaptação aos novos esquemas mentais definidos na Academia. Neste compromisso que foi sendo firmado entre “mundo do saber e o “mundo do poder”, o Estado absolutista encontrou a estratégia de resolução das tensões estamentais, instabilizadoras da ordem política interna, e de delineamento dos novos rumos da política colonial (DA SILVA, 2006: 113)

Esta visão de compromisso entre os mundos do saber e do poder é partilhada por Oswaldo Munteal Filho. Por meio do argumento defendido pelo autor, compreendemos que houve a intenção por parte do governo mariano de firmar a nova/antiga nobreza no poder, assim como, de instaurar um plano de ação para solucionar a crise econômica ainda latente, que passava pela exploração sistematizada da natureza colonial, conforme exposto no fragmento abaixo:

Cabia, então, aos membros do grupo ilustrado mariano resgatar a função de um Estado consistente e potencialmente reformador. O Estado mariano da “viradeira” sinalizava para um reordenamento da exploração colonial que viabilizasse um retorno dos rendimentos da Coroa através do mundo natural das colônias.(FILHO, 2006: 4)

Este pacto entre poder e saber se expressa no *Discurso Preliminar da Academia Real de Ciências de Lisboa*, proferido por José Correia da Serra, conforme podemos observar a seguir:

Dar providências, remover obstáculos, extirpar abusos, compete somente aos ministros do poder soberano; influir com grande exemplo, intentar grandes estabelecimentos, cabe só nas forças dos ricos proprietários; propagar as luzes, que para este fim lhe subministra a natureza dos seus estudos, é tudo quanto podem, e devem fazer corporações literárias. (SERRA, 1789: 7)

A referência ao discurso preliminar confere destaque ao novo centro produtor de conhecimento científico em Portugal, criado após Pombal: a Academia Real de Ciências de Lisboa (1779). De acordo com Munteal Filho (2006: 3-4):

No ritmo de todos estes acontecimentos políticos e citadinos, sai de cena a Universidade de Coimbra, como o centro do debate intelectual, e assume uma posição especial a Academia Real das Ciências, como o lugar do debate científico e da gestão da política colonial voltada para a exploração do mundo natural.

Desta forma, o mundo do saber, representado agora pela Academia Real de Ciências de Lisboa, adquiriu uma importância fundamental na articulação de propostas acerca da propagação do conhecimento científico em Portugal. Este argumento é defendido por Munteal Filho (2006: 7), ao afirmar que:

O Estado era o coração, e a Academia uma artéria vital que drenou e alimentou constantemente a Coroa de possibilidades de recuperação econômica. O *Mundo de Queluz* e a Academia Real selaram uma sólida aliança, fundada na esperança da regeneração de Portugal pela via da política colonial ultramarina. O Estado foi o lugar privilegiado da nova convivência, tendo como endereço o Palácio de Queluz. O *Mundo de Queluz* foi edificado no contexto da territorialidade das ambivalências. Os intelectuais estavam abrigados debaixo da proteção e, conseqüentemente, da vigilância régia, sobre as diversas vertentes do pensamento econômico-pragmático português produzido no interior da Academia das Ciências.

Entretanto, como afirma o próprio Munteal Filho, em concordância com Ana Rosa Clouet, este processo de transição não consistiu em uma ruptura plena com o pensamento de desenvolvimento de instituições de ensino do período pombalino, haja vista que

Enquanto o *Mundo de Queluz* conspirava, a Academia das Ciências inaugurava um novo lugar de produção do saber entre os lusos, deslocando aos poucos as influências dos antigos aliados coimbrãos do Marquês de Pombal. Os acadêmicos lisboetas projetavam o fomento econômico, elaboravam Memórias e preparavam instruções para os naturalistas do Ultramar português. (FILHO, 2006: 3)

Desta maneira, a Academia Real de Ciências de Lisboa foi uma instituição criada para se sobrepor aos estímulos pombalinos em relação à formação da

intelectualidade portuguesa; contou com a participação de agentes pombalinos, porém, objetivou uma redefinição dos grupos que participavam do poder; por outro lado, continuou o projeto pombalino, proposto com a reforma do estatuto da Universidade de Coimbra (1772), de conhecimento e aproveitamento das potencialidades naturais das colônias, dentre elas o Brasil. A criação da Academia atendia aos anseios políticos e econômicos do Estado português, sob a égide de D. Maria I. Entretanto, quais estudos eram desenvolvidos nesta instituição?

De acordo com o *Discurso Preliminar* proferido por José Correia da Serra, os conhecimentos desenvolvidos pelos componentes da Academia deveriam ser aqueles que pudessem promover a prosperidade de Portugal, que seriam os seguintes:

As ciências naturaes, as exactas, e a litteratura Portuguesa, são o assumpto dos trabalhos da Academia. Pouca reflexão basta para ver, que o conhecimento de quasi todas as matérias, que podem contribuir á prosperidade de Portugal, fica incluído nos limites das sciências que ella cultiva. Desta He que o agricultor, o artífice, o fabricante, o nevegador podem receber luzes, de que se aproveitem para a perfeição dos seus officios, e achar, ou novos productos, e artes que protejaõ, ou novas observações, e descubrimentos, em que firmem o acerto das suas disposições em semelhantes matérias. (SERRA, 1789: 7-8)

Conforme exposto no fragmento acima, os conhecimentos a serem desenvolvidos na Academia seriam os de ciências naturais, ciências exatas e literatura, que serviriam para a construção do conhecimento utilitário ao Estado português.

A importância da literatura para a prosperidade do Estado português, de acordo com o Discurso de Correia da Serra (1789: 10), remete-nos ao estudo da História de Portugal, uma vez que o *conhecimento do que a Nação he, e do que póde ser, pelo que já tem sido, he dos mais úteis para a sua felicidade, e só póde esperar-se dos esforços unidos de hum Corpo tal, como a Academia.*

Entretanto, o discurso proferido por Correia da Serra conferia uma importância ainda maior às ciências naturais, principalmente pela possibilidade de desenvolvimento dos estudos de História Natural, o que viabilizaria o conhecimento sobre as riquezas das terras portuguesas, conforme expressa o fragmento abaixo:

O primeiro passo de huma Nação, para aproveitar suas vantagens, he conhecer perfeitamente as terras que habita, o que em se encerraõ, o que de si produzem, o de que são capazes. A Historia Natural he a única sciencia que taes luzes póde dar; e sem hum conhecimento solido nesta parte, tudo se ficará devendo aos acasos, e riqueza de hum povo. (SERRA, 1789: 8)

Por meio deste fragmento, é possível perceber-se continuidade da política pombalina de desenvolvimento das ciências naturais em Portugal, por meio da criação do curso de História Natural, com fins ao conhecimento das riquezas naturais (botânica, zoologia e mineralogia) dos domínios portugueses. Esta aproximação dos objetivos da Academia e da Universidade, com relação aos estudos relacionados à natureza, pode ser vista por meio do trecho do Discurso Preliminar (SERRA, 1789: 8-9) destacado abaixo:

A triste experiência do passado nos mostra a necessidade de a estudarmos, porque a substancia da nação, e sua riqueza vimos por longo tempo passar aos estranhos em troca de gêneros que ou de si cresciam em nossas terras, ou pouca industria se precisava para naturalizallos. Dar-nos a conhecer o que temos; ensinar-nos a aproveitallo; escolher na immensa variedade das produções da natureza, espalhadas por outras terras, novas plantas, animaes, e culturas análogas aos climas, e terrenos que os Portuguezes habitaõ; Dallar a connhecer; e facilitar a sua introducção, são bens que devem resultar dos trabalhos patrióticos da Academia, e meios de adiantar a pública prosperidade, que mui propriamente lhe competem.

Além da aproximação com as políticas educacionais desenvolvidas durante o reinado de D. José I, este fragmento nos remete também ao parecer sobre o estado econômico de Portugal, explicitado por D. Luís da Cunha, durante o reinado do antecessor de D. José I, seu pai D. João. Em seu Testamento Político, D. Luís defendeu

que Portugal não buscava desenvolver suas potencialidades naturais (principalmente a agricultura), tendo como consequência uma defasagem na sua balança comercial, em virtude da necessidade constante de importações de produtos que poderiam ser desenvolvidos no próprio país (CUNHA, 1749: 63).

Desta maneira, podemos observar a existência de uma continuidade de proposições políticas com fins ao melhoramento ou sistematização da pesquisa direcionada ao conhecimento para exploração dos recursos naturais dos domínios portugueses. No entanto, o desenvolvimento destes conhecimentos, propostos também pelo Discurso de Correia da Serra, traduz-se em uma política interligada à ampliação da atividade comercial, pois, de acordo com o documento,

As artes todas não são mais do que huma aplicação do conhecimento da natureza ás nossas precisões, e utilidades; o seu adiantamento depende todo das sciencias naturaes, e das exactas, e quanto mais as artes tem sido cultivadas em cada povo, tanto mais as artes nelle chegado ao seu auge (SERRA, 1789: 8-9)

Desta maneira, percebemos que o destaque dado pelo Estado português ao desenvolvimento da História Natural detém um viés utilitário. Seu objetivo consistia no desenvolvimento econômico de Portugal, visto que, atrás dos estudos de botânica, zoologia e mineralogia, as possibilidades de ampliar a oferta de produtos se tornariam possíveis.

O conhecimento produzido na Academia Real de Ciências de Lisboa era materializado através das Memórias Econômicas, que reuniam escritos relacionados aos mais diversos temas transversais às ciências naturais, exatas e à História, em decorrência do papel destas para o crescimento econômico do Estado português. O papel das Memórias produzidas pela Academia consistia na identificação de

uma gama de problemas setorizados – na esfera produtiva e na circulação – o que, [...] por um lado orientava a abrangência

temática das *Memórias Econômicas*, por outro confirmava o diagnóstico decadentista, extraído da empírica averiguação dos vários setores da vida material do país. (DA SILVA, 2006:126, grifos da autora)

As temáticas apresentadas pelos memorialistas da Academia adquiriram, no entanto, duas especificidades. A primeira, de acordo Ana Rosa Clolet da Silva (2006: 129), consiste na *visão da decadência econômica do Reino e da crença na possibilidade de sua superação pela exploração da rica natureza colonial*, ou seja, produzir conhecimento objetivando colocar fim às penúrias financeiras vividas por Portugal. Para isto, no entanto, seria necessário, segundo a autora, *uma articulação de um novo modelo de exploração colonial, no qual o desenvolvimento da metrópole passava a ser concebido conjuntamente e articuladamente ao colonial*. (DA SILVA, 2006: 129).

Desta maneira, as Memórias Econômicas, primeiramente, possuem a especificidade de buscar a divulgação de um conhecimento que visasse modificar o estado econômico português o que, por sua vez, passava por uma redefinição da política de exploração colonial, em que desenvolver a colônia, ampliando suas possibilidades de produção, significaria desenvolver a metrópole, pois esta teria uma maior diversidade de produtos advindos dos seus domínios coloniais.

Ao defender o papel de destaque da Academia Real de Ciências de Lisboa como *um dos mais importante canais* de propagação da necessidade de superação do atraso econômico de Portugal, Rafael de Bivar Marquese (MARQUESE, 2010: 103-104) afirma que *o que importa é o fato de a maioria das propostas originais de incremento da produção agrícola escravista colonial brasileira terem sido gestadas neste espaço institucional*.

Além da Academia Real de Ciências de Lisboa, Marquese (2010: 104) ainda ressalta o papel da Tipografia Calcográfica do Arco do Cego, criada em 1798, que,

assim como a Academia, deteve *papel relevante na difusão das propostas para o aumento da produção colonial*.

Sob comando de Frei José Mariano da Conceição Velloso, escolhido para ocupar a direção da Tipografia pelo secretário de Estado D. Rodrigo de Souza Coutinho, foi posto em prática uma política de desenvolvimento econômico para Portugal, conforme expõe Fernando Luna (2009: 147) no fragmento abaixo:

Ao entregar a direção da recém-criada Tipografia do Arco do Cego a Velloso, d. Rodrigo colocava em prática seu projeto político, que consistia em realçar a importância do Brasil para o vigor do Império. A produção de livros sobre o Brasil se tornara fundamental no mesmo momento em que falhava a prosperidade comercial da metrópole. De forma análoga à missão da Academia Real, o objetivo era levar as idéias fisiocráticas às colônias e difundir as luzes das ciências, sobretudo os saberes ligados à agricultura.

A Tipografia e a Academia, então, assumiram um papel em comum que consistia na propagação de conhecimentos sobre a agricultura através da publicação de livros cujos conteúdos remetem às idéias fisiocratas.

Assim, a segunda especificidade com relação à produção da Academia é referente à *forte incidência da temática agrarista* (DA SILVA, 2006: 129), presente nos textos publicados pelos seus correspondentes. Um dos principais entusiastas da atividade científica para o desenvolvimento de Portugal, D. Rodrigo de Souza Coutinho, Secretário de Estado de Marinha e dos Negócios Ultramarinos, afirma que *a agricultura deve ainda por muitos séculos ser-lhe [as colônias] mais proveitosa do que as artes*. (COUTINHO, Apud VARELA, 2009:102)

Desta maneira, a reformulação e a criação de instituições científicas se sagraram como uma das formas para desenvolver a agricultura praticada no Brasil colonial empreendida pelo Estado português para que, através do desenvolvimento além mar, a metrópole pudesse reerguer suas finanças.

Entretanto, podemos observar que a percepção da historiografia acerca da política em relacionada à agricultura colonial empreendida pelo Estado português sofreu modificações no decorrer do tempo.

O debate sobre a questão da relação entre o Estado português e a agricultura colonial brasileira, pode ser analisado, primeiramente, por meio das proposições de Sérgio Buarque de Holanda presentes em *Raízes do Brasil*, obra publicada em 1936. Dentre as questões tratadas nesta obra, Sérgio Buarque de Holanda traça o perfil do colonizador português: um colonizador aventureiro, *sem apreço pelas virtudes da permanência e do esforço apagado* (HOLANDA, 2009: 14)

Aplicando a sua teoria à agricultura Sérgio Buarque de Holanda (2009: 52) faz a seguinte afirmação:

O princípio que, desde os tempos mais remotos da colonização, norteava a criação de riqueza no país não cessou de valer um só momento para a produção agrária. Todos queriam extrair do solo excessivos benefícios sem grandes sacrifícios. Ou, como já dizia o mais antigo dos nossos historiadores, queriam servir-se da terra, não como senhores, mas como usufrutuários, ‘só para a desfrutarem e a deixarem destruída’.

O olhar lançado por Sérgio Buarque para a relação colono-agricultura aponta para a criação de um colono despreocupado com os danos aos recursos naturais que suas práticas agrícolas podem gerar, atentando-se somente para a riqueza que a atividade poderia lhe proporcionar.

Além da *índole aventureira* do colonizador português, Sérgio Buarque salienta o aspecto da realidade econômica na qual o colono estava inserido, atestando que este fora um motivo determinante para a prática de uma agricultura predatória pautada em uma baixa qualidade técnica – em virtude da utilização da mão de obra escrava – e na exigência de uma produção em larga escala, ou seja, uma agricultura quantitativa e não qualitativa, como afirma o autor:

Numa produção de índole semicapitalista, orientada sobretudo para o consumo externo, teriam de prevalecer por força critérios grosseiramente quantitativos. Em realidade, só com alguma reserva se poderia aplicar a palavra ‘agricultura aos processos de exploração da terra. (HOLANDA, 2009: 49)

Na construção argumentativa de Sérgio Buarque de Holanda em relação à agricultura, a administração não é contemplada de maneira direta, mas sim, a relação entre a índole do colonizador e a agricultura colonial brasileira. Entretanto, mediante a passagem de Raízes do Brasil, exposta acima, podemos observar que o espírito aventureiro do colonizador português é uma decorrência do contexto econômico do semicapitalismo ou mercantilismo português, cujos meios e os fins eram o de gerar um enriquecimento do Estado através de uma produção em grande quantidade e com o emprego de técnicas de baixa qualidade.

Sérgio Buarque (2009: 49) deixa claro este ponto de vista, conforme podemos observar no fragmento abaixo, onde demonstra que, neste contexto, a busca pelo lucro era o fator principal:

a técnica européia serviu apenas para fazer ainda mais devastadores os métodos rudimentares de que se valia o indígena em suas plantações. Se tornou possível, em certos casos, a fixação do colono, não cabe atribuir tal fato a esse zelo carinhoso pela terra, tão peculiar ao homem rústico entre os povos genuinamente agricultores. A verdade é que a grande lavoura, conforme se pratica no Brasil, participa, por sua natureza perdulária, quase tanto da mineração quanto da agricultura. Sem braço escravo e terra farta, terra para gastar e arruinar, não para proteger ciosamente, ela seria irrealizável.

Em 1934 – portanto dois anos antes de Sérgio Buarque publicar Raízes do Brasil – tornou-se público o livro Evolução política do Brasil. Nesta obra, Caio Prado Jr. faz a seguinte afirmação:

Se vamos à essência de nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco e alguns gêneros [...] e em seguida café, para o comércio europeu [...]. É

com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem de interesse daquele comércio, que se organizaram a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país. (PADRO JR, 2008: 19)

Podemos perceber o papel de destaque para a agricultura na formação do Brasil dado por Caio Prado Jr. Além disto, o autor destaca o objetivo desta atividade nos períodos colonial e imperial: o atendimento da demanda do mercado externo.

Em 1945, Caio Prado Júnior publicou a *História Econômica do Brasil*. Nesta obra, o autor traçou um panorama econômico do Brasil – da chegada dos portugueses até o período contemporâneo. Prado Júnior destaca no capítulo *Apogeu da Colônia (1770-1808)*, o processo denominado de Renascimento Agrícola. Este processo, segundo o autor, consistiu na retomada da atividade agrícola no Brasil colonial, por conta do declínio da atividade mineradora e da demanda do mercado internacional por insumos agrícolas, o que causou um estímulo ao *refluxo das atividades da colônia para o cultivo da terra* (PRADO JR., 2008: 79-80).

Porém, o autor defende que o *desenvolvimento da agricultura no período* [segunda metade do século XVIII], *embora bastante considerável, é muito mais quantitativo que qualitativo* (PRADO JR., 2008: 87). Nos termos de uma agricultura quantitativa, o autor segue afirmando que

[...] no terreno do aperfeiçoamento técnico, o progresso da agricultura brasileira é naquele período [segunda metade do século XVIII] praticamente nulo. [...] Para a instalação de novas culturas nada de novo se realizara que o processo brutal e primitivo de queimadas; para o esgotamento do solo, outra solução não se descobrira ainda que o abandono puro e simples do local [...] (PRADO JR., 2008: 87)

Como forma de explicar as razões por esta falta de aperfeiçoamento técnico, Caio Prado Júnior estabelece uma comparação entre a agricultura praticada nas Treze

Colônias Inglesas na América e no Brasil colônia. Ao fazer este comparativo, Caio Prado Júnior (2008: 90) afirma que:

A razão da diferença está, não pode haver outra, na natureza do colono português e sobretudo *no regime político e administrativo que a metrópole impôs à sua colônia*. Este fora sempre, pelo menos no último século, de *isolar o Brasil, mantê-lo afastado do mundo e impedindo, portanto, que aqui chegasse outra coisa qualquer que os reflexos do já baixo nível intelectual do Reino*.

Assim, Caio Prado aponta um distanciamento da administração portuguesa em relação a agricultura brasileira do século XVIII. Isto, como uma decorrência da estrutura político-administrativa imposta ao Brasil, que o impedia do contato com o mundo intelectual, a não ser por aquilo que passasse pelo “filtro” português, o que, para o autor, pouco significa, pois o nível intelectual da metrópole era baixo.

José Roberto Amaral Lapa (1973:185), com base no seu estudo sobre as *Memórias* e as *Observações* sobre a cultura do tabaco na vila de Cachoeira, na Bahia, produzidas em 1788 por Joaquim Amorim de Castro, concorda em parte com a perspectiva de Caio Prado. A concordância se dá no tocante à falta de racionalidade administrativa em relação ao processo produtivo e à comercialização do tabaco. (LAPA, 1973: 185)

O autor salienta, ainda, a precariedade técnica de grande parte da agricultura brasileira. Porém, destaca que a lavoura tabaqueira constituía uma exceção a esta regra e que as proposições feitas por Joaquim Amorim de Castro para o desenvolvimento desta cultura são mantidas e continuam sendo produtivas, mesmo após *400 anos de intensa agricultura*.

O ponto de discordância entre Amaral Lapa e Caio Prado, evidencia-se pelo histórico de Joaquim Amorim de Castro, um homem de *mentalidade tipicamente ilustrada* (LAPA, 1973: 144) que entrou para a universidade de Coimbra em 1776,

(após a reforma dos estatutos) doutorando-se em Direito em 1783. Ocupou diversos cargos públicos ligados ao Poder Judiciário e era sócio-correspondente da Academia Real de Ciências de Lisboa. (LAPA, 1973: 143)

Além do exercício de seu cargo na magistratura, Amorim de Castro era um estudioso sobre as riquezas naturais do Brasil e lavrador. De acordo com José Roberto do Amaral Lapa (1973:144),

[...] seus escritos vazados ao gosto dos memorialistas da época [...] têm cunho acentuadamente utilitário, mostrando seus conhecimentos agrícolas através dos quais procura sobretudo chamar a atenção dos conterrâneos e das autoridades coloniais e metropolitanas para as possibilidades que os recursos naturais da Bahia [...] esposando as inovações que pudessem gerar o progresso da colônia e com elas procurando sensibilizar o Estado.

Desta forma, o argumento de Amaral Lapa se diferencia das proposições desenvolvidas por Caio Prado, ao apresentar um colono que busca a proposição de melhorias técnicas para serem aplicadas na agricultura, tendo como fundamentação as idéias propagadas pela Academia Real de Ciências de Lisboa, da qual era membro-correspondente.

Dauril Alden defende, assim como Caio Prado, que o Renascimento agrícola foi fruto de um estímulo internacional, mas que este fez parte de um plano de ação viabilizado pela administração metropolitana, como afirma:

Sob diversos aspectos, o ressurgimento do setor agrícola foi uma resposta a vários fatores: *as medidas adotadas pelo governo de Pombal e seus sucessores*; o desenvolvimento de nova tecnologia industrial, sobretudo na Inglaterra e na França (por exemplo, na indústria algodoeira); virtual desaparecimento de importante fornecedor de açúcar, a outrora próspera colônia francesa de Saint-Domingue, bastante destruída por uma série de revoltas sangrentas iniciadas em 1791; e a deterioração da situação internacional, em especial a retomada das hostilidades anglo-francesas em 1793. (ALDEN, 1999: 556)

Na obra *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, Fernando Novais destaca a associação entre a presença das ideias iluministas em Portugal e as propostas de reforma econômica de Pombal e seus sucessores. Um traço da influência deste processo reformista na agricultura, apontado por Novais, é a aparente dicotomia teórica que embasou o pensamento econômico luso-brasileiro e português e que culminou, segundo o autor, em um *mercantilismo ilustrado* (NOVAIS, 2011: 228-230).

A base deste “mercantilismo bafejado pelas luzes” consistiu em uma valorização da agricultura brasileira, pautando-a em ideias fisiocratas, mas que visavam ao atendimento das necessidades metropolitanas e à manutenção do exclusivo colonial (NOVAIS, 2011: 230)

Com a adoção de pressupostos fisiocratas em relação à economia colonial brasileira, abandonou-se a ortodoxia do mercantilismo português. Tal abandono, segundo Novais (2011: 236), é decorrente de uma necessidade de desenvolvimento da própria metrópole, que buscou na integração com a colônia a solução para a crise que atingiu Portugal na década de 1760.

No que compete à execução das reformas econômicas, Novais (2011: 259) afirma que – tanto por parte da administração da metrópole, quanto da administração colonial – o aumento da quantidade e da qualidade da produção foram preocupações constantes no plano de recuperação econômica que contou, ainda, com a disseminação de técnicas de cultivo, diversificação da produção e a introdução de novas plantas, tendo na Tipografia Calcográfica do Arco do Cego um polo de concentração de estudos sobre os assuntos relacionados à agricultura. Sendo assim, pela política de valorização da agricultura perpassou *um movimento de estudos dos problemas técnicos da produção colonial e metropolitana* (NOVAIS, 2011: 259).

Assim como Fernando Novais, Rafael Bivar Marquese também salienta a participação das instituições científicas que estavam sob a égide do Estado português, propondo soluções técnicas para a agricultura. Marquese afirma que tanto a Academia quanto a Tipografia Calcográfica do Arco do Cego exerceram papel fundamental na formulação e difusão de novas proposições destinadas à agricultura colonial, conforme o fragmento abaixo:

As propostas para gerenciamento das terras e capitais, veiculadas nas memórias econômicas da Academia Real de Ciências de Lisboa e nos trabalhos publicados pela Tipografia Calcográfica do Arco do Cego, concentraram-se em firmar prescrições para o incremento técnico das lavouras já existentes, especialmente o açúcar e o algodão, e em defender a diversificação da produção colonial, ressaltando-se, no caso, o estímulo à implementação da cafeicultura em larga escala no Brasil. (MARQUESE, 2010: 104)

Sendo assim, o desenvolvimento de instituições científicas que visavam à propagação de conhecimentos técnicos relacionados à prática da agricultura no Brasil colonial pode ser considerado como uma das práticas políticas desenvolvidas pelo Estado português “bafejado pelas luzes”. Esta política, cujo fim, a princípio, era o desenvolvimento econômico metropolitano, deu-se por meio de uma exploração técnica e sistematizada dos recursos naturais da colônia portuguesa na América.

Mediante a existência de uma política de incentivo do Estado português à propagação de técnicas agrícolas no Brasil, eis, então, que surgem os seguintes questionamentos: Quais eram as técnicas propostas para a ampliação das rendas do Estado português? Quais produtos foram colocados na pauta?

2.2 O tradicional e novo: melhoramento agrícola no Brasil para o mercado internacional

A política posta em prática pelo Estado português para retomada do crescimento econômico consistiu no incentivo à diversificação produtiva e aprimoramento do aparato técnico relacionado à agricultura do Brasil colonial.

Conforme destaca José Augusto Pádua (2004:55), o pensamento econômico relacionado às possibilidades de progresso econômico do Estado português se ligava ao fato de que a *agricultura brasileira deveria ser estimulada pela diversificação de cultivos, a aclimação de plantas exógenas, o desenvolvimento tecnológico e a educação dos lavradores*. O esforço para gestar este projeto foi, segundo Pádua, uma das principais metas de D. Rodrigo de Souza Coutinho, Secretário de Estado da Marinha e dos Negócios Ultramarinos que, para o implemento de suas proposições, contou com o apoio de uma elite intelectual luso-brasileira, na qual o frei Mariano da Conceição Velloso foi um dos representantes (PÁDUA, 2004: 56).

Este ponto de vista também é defendido por Sérgio Paulo Rouanet. Ao apresentar a discussão sobre a existência de um Iluminismo luso-brasileiro, Rouanet destaca a presença do utilitarismo na produção intelectual colonial, que, por sua vez, estava associada aos estímulos dados sob a égide de D. Rodrigo de Souza Coutinho

que primeiro em Lisboa e depois no Rio de Janeiro foi incansável na tentativa de melhor conhecer as riquezas vegetais [...] de transplantar para o solo brasileiro espécies oriundas de produção de outras parte do império português, de introduzir no país novas técnicas de produção. (ROUANET, 2007: 56)

Andrée Mansuy-Dinniz Silva destaca a continuidade existente entre as políticas econômicas desenvolvidas pelo Estado português do período pombalino e a dos seus sucessores com relação ao Brasil. Segundo a autora, *continuou-se o desenvolvimento e a produção de produtos básicos novos e tradicionais*, cujo objetivo era o atendimento da demanda internacional por produtos como algodão, açúcar, o fumo, o anil, a cochonilha, cacau e o café (SILVA, 1998: 504).

Assim como Rouanet e Pádua, Silva também destaca a preeminência de D. Rodrigo de Souza Coutinho nos assuntos relacionados ao Brasil. De acordo com a autora, D. Rodrigo empreendeu

persistentes esforços para consolidar a posição preeminente do Brasil no império português. Foi incansável na tentativa de promover o progresso em cada aspecto da vida brasileira, sobretudo no setor econômico. Alguns de seus projetos foram uma continuação da obra de seus predecessores (por exemplo, as tentativas de introduzir culturas, como o cânhamo, e de desenvolver outras, como a canela, a pimenta, a cochonilha etc.) Alguns dos projetos, porém, eram bastante originais; [...] queria também introduzir o arado puxado a boi e popularizar a agricultura “científica” entre os proprietários rurais brasileiros por meio da distribuição de panfletos sobre agronomia impressos em Lisboa e escritos em português ou traduzidos pelo intelectual brasileiro, frei Mariano da Conceição Veloso. (SILVA, 1998: 507-508)

Desta forma, Souza Coutinho ambicionava erguer as finanças do Estado português tendo como plano de ação a promoção de uma agricultura diversificada e orientada, conforme as instruções fornecidas pela Academia Real de Ciências de Lisboa, por meio das Memórias Econômicas, e das publicações de frei Mariano da Conceição Veloso, na Tipografia Calcográfica do Arco do Cego.

Uma das obras de grande expressão, publicada neste contexto, foi o conjunto de livros denominado de O Fazendeiro do Brasil. Esta obra foi dividida em dois segmentos. Um é destinado aos cultivos das terras do Brasil e o outro aos criadores do Brasil.

Sobre o trabalho destinado aos Criadores do Brasil colonial frei Veloso apresenta que o trato com a produção advinda dos animais também consiste em tema de estudo importante, visto que, o desenvolvimento de insumos, como o leite, o queijo e a manteiga, ajudariam a manter no tesouro português uma parte das rendas que eram gastas

com a importação destes insumos. Este parecer está expresso no fragmento a seguir, retirado da introdução do tomo destinado aos criadores da Colônia na América:

Não só às produções vegetaes se limita o plano de minha tarefa; dos animaes, que taõ maravilhosamente se reproduzem no vasto continente do Brasil, pode tirar vantagens consideráveis o Fazendeiro Criador. Este o motivo, porque, cumprindo as determinações bem fazejas de V. A. R., ajuntei nesta collecção as Memorias Estrangeiras que ensinassem os meios de obter, e preparar hum bom Leite, e os methodos de fabricar Manteiga, e o Queijo, que, chegando a ser actualmente artigos de alimento geral na maior parte dos Paizes, tornao indispensável o estudo dos usos mais convenientes para preparallos de sorte, que possam rivalisar com os que diariamente nos importaõ as Nações industriosas. (VELOSO, 1801: I)

No entanto, os primeiros tomos publicados por frei Veloso foram destinados à agricultura. Assim como descrito no tomo destinado a ilustrar os proveitos que os criadores poderiam retirar de seus animais, as traduções dos tomos destinados à agricultura se deram mediante a tradução de obras publicadas em diversos países e objetivaram melhorar as finanças portuguesas por meio da ampliação produtiva na Colônia, conforme descrito na introdução do Tomo I, parte I do primeiro dos dois volumes destinados ao estudo do açúcar:

Com o profundo respeito, com que devo apresentar-me a VOSSA ALTEZA, venho dar conta do trabalho, do qual em seu Augusto Nome fui incumbido, a saber: de ajuntar, e transladar em Portuguez todas as Memorias Estrangeiras, que fossem convenientes aos Estabelecimentos do Brasil, para o **melhoramento** da economia rural, e das Fabricas, que della dependem, elas quaes ajudados, houvessem de sair do atrazo, e atonia, em que actualmente estão, e se pozessem ao nível, com os das Nações nossas vizinhas, e rivaes no mesmo Continente, assim na quantidade, como na qualidade dos seus gêneros, e produções. (VELOSO, 1798: I, grifo nosso)

Além de reafirmar a ideia de uma redução das importações através do implemento de uma política de diversificação da produção agrícola colonial e de uso de

memórias traduzidas para servir de embasamento para o aprimoramento dos conhecimentos técnicos relativos à agricultura colonial, Veloso salienta a importância da quantidade e qualidade da produção agrícola do Brasil colonial.

A preocupação de Veloso com a quantidade e a qualidade da produção colonial nos fez colocar em destaque no fragmento acima a palavra melhoramento, cujo significado, para Ellen Meiksins Wood (2001: 88), está relacionado à consolidação de uma agricultura com base capitalista, cuja principal ferramenta é o avanço técnico aplicado à atividade agrícola.

A palavra melhorar, no contexto das transformações da atividade agrícola inglesa, adquiriu o significado, segundo Wood (2001: 88), de *fazer alguma coisa com vistas ao lucro monetário, especialmente cultivar a terra para fins lucrativos*, logo aquele que se dedica, que pratica o melhoramento, o *melhorador*, se remete àquele que *tornava a terra mais produtiva e lucrativa*.

Desta forma, compreendemos que frei Veloso buscou fornecer aos fazendeiros do Brasil colonial uma fonte de aprimoramento técnico, cuja finalidade era o desenvolvimento produtivo e a ampliação dos lucros. A forma encontrada por Veloso para estes fins foi traduzir obras sobre os mais diversos assuntos relacionados à agricultura, o que incluiu o desenvolvimento de técnicas produtivas.

Grande parte das traduções realizadas por Velloso tiveram seu espaço de publicação na Tipografia Calcográfica do Arco do Cego, cuja fundação remete ao período em que D. Rodrigo de Souza Coutinho esteve à frente da Secretaria de Estado dos Negócios Ultramarinos, sendo sua direção uma concessão do ministro a frei Mariano Velloso.

Entretanto, Veloso não se utilizou da direção da Tipografia somente para a tradução de obras estrangeiras. Mariano Veloso se encarregou também de divulgar

obras produzidas por memorialistas que confeccionavam seus pareceres diretamente do Brasil.

Os primeiros casos a que podemos fazer referência são os da tradução corresponde ao tomo I de *O Fazendeiro do Brasil e a Memória sobre a Cultura, e Productos da Cana de Assucar*, de Joze Caetano Gomes. Estes trabalhos consistiam, respectivamente, em uma tradução e uma memória produzida no Brasil colonial.

Nosso foco será, primeiramente, destinado ao estudo das técnicas de plantio do açúcar, visto que o cenário internacional exigia um novo fornecedor do produto por conta da desarticulação do seu fornecimento em virtude da eclosão da Revolta de São Domingues (1792).

No que tange à tradução, frei Veloso, no tomo I, parte I de *O Fazendeiro do Brasil*, dedicou-se à compilação do livro quinto da obra *História Civil, e Commercial Das Colonias Occidentais Inglezas*, de Bryan Edwards. Nesta obra, Edwards elaborou um estudo sobre produção açucareira na colônia inglesa da Jamaica. Neste estudo, o autor expôs a História da agricultura da cana de açúcar, bem como sua introdução na Europa, nos Açores e na América; dissertou sobre os métodos utilizados para destilação, para o fabrico do açúcar em barra, do açúcar mascavo e do melaço.

Entretanto, o que nos chama a atenção na obra de Edwards é a parte correspondente aos usos técnicos destinados ao desenvolvimento desta cultura. O primeiro dado ao que podemos fazer referência é sobre o terreno próprio para a cultura de açúcar. Da tradução da obra feita por Veloso, destacamos a seguinte afirmativa:

He fácil de se ver que huma planta tão viçosa e sumarenta requer hum terreno forte e profundo para a conduzir á sua perfeição; e não há algum, que se possa considerar sobejamente rico; de maneira que, fazendo-se máo assucar, tendo sido o terreno gordo, fertil, bem situado, se deve imputar o defeito, antes ao desleixado manejaõ na sua cultura e fabrico, que â

superioridade da vegetação e força do mesmo terreno. (EDWARDS, 1801: 10)

Neste fragmento, Edwards afirma, primeiramente, que um bom terreno para o desenvolvimento da agricultura se caracteriza pelas condições fortes do solo e de sua profundidade. Acerca do que vem a ser um terreno forte e profundo, destacamos o seguinte fragmento:

O melhor terreno para a produção do assucar, e para o da mais excellente qualidade, he o de hum certo barro, ou terra cinzenta, calcarea da Ilha de S. Cristovão. Depois d'elle he, o que se encontra na Jamaica, denominado de *terra de tijolo*, não por assemelhar-se á sua cor, mas por conter tal mistura de barro e areia tão adequada (...). Este he huma terra profunda, branda, terra ordinária de lavoira, de fácil trabalho; ainda que sua superfície se seque muito depressa depois da chuva (...) nesta qualidade de terreno tem-se visto canas da primeira folha, produzirem nas melhores quadras duas toneladas e meia de assucar por cada geira. (EDWARDS, 1801: 11, grifo do autor)

Desta maneira, Edwards mostra que o melhor solo é aquele encontrado em São Cristovão e na Jamaica, pois as características inerentes aos tipos de solo destes lugares eram capazes de gerar uma grande produtividade de cana-de-açúcar.

Edwards disserta, ainda, sobre os sistemas de plantio empregados no cultivo da cana de açúcar na Jamaica. O autor afirma que o modo mais comum de lavrar a terra é com a utilização de enxadas e com mão-de-obra escrava, conferindo um caráter produtivo à cultura do açúcar, conforme destacado abaixo:

O modo commum de cavar a terra por enxada, he frequentemente usado com grande e excessivo trabalho dos pretos em grande (...) O lavrador em lugar de aproveitar as suas socas, e de cavar e plantar a terra de novo, deixa-as continuar nella sem beneficio; e á proporção que vão ficando delgadas, e sem succo, vão se suprimindo os intervalos vasioes com plantas novas. Por este meio, e com ajuda do estrume, o productor da cana do assucar em cada geira, se não he aparentemente igual ao das melhores plantações de cana em outros terrenos, da talvez

na totalidade tão pingues, como grandes retornos, ao dono, considerando-se a relativa proporção do trabalho e despeza dos diferentes systemas. A quantidade commum do producto da terra trabalhada por este systema, ou modo, he nos annos ordinários de 7 barricas de 16 quintaes em dez geiras, que se cortão annualmente. (EDWARDS, 1801: 14-15)

Outro modo de cultivo apresentado se relaciona à utilização do arado. Segundo exposto na tradução de frei Veloso, Edwards defende a introdução do arado para o desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar. No entanto, de acordo com as suas proposições, o arado não deve ser utilizado de forma desmedida. Sua utilização deve ser considerada em relação ao solo e ser trabalhado, conforme salienta na passagem a seguir:

Na cultura de outras terras, especificamente na Jamaica, tem-se introduzido o arado nestes últimos tempos, e em alguns poucos casos com grandes vantagens; porém nem todo o terreno e situação admite seu uso, sendo huns muito pedregosos, e outros muito duros; e he com mágoa que eu tenho occasião de observar, que em Jamaica nas propriedades, em que usão daquelle socorro, prevalece huma prática capaz de exhaurir as melhores terras do mundo. Esta consiste em abryllas com o arado, cortallas ao depois em cruz, e em círculos, ao depois gradallas, repetindo a mesma operação de anno a anno, sem dar estrume, cujo methodo he o destrutivo das socas, e totalmente ruinoso. He de pasmar que haja lavrador, menos instruído, e observador, que soffra tão pernicioso systema.(EDWARDS, 1801:15)

Entretanto, mesmo reconhecendo que o uso do arado deve ser utilizado de forma a respeitar as características do terreno, Edwards (1801: 16, grifo nosso) é categórico ao afirmar que

(...) na verdade o único systema vantajoso de lavrar terras nas Índias Occidentais he o de abrir regos, o que póde certamente ser *executado mais facilmente pelo arado que pela enxada*; e o alivio, que por esse meio se dá aos pretos nas terras duras e secas, he uma cousa muito estimável no espirito de qualquer proprietario humano e providente.

Fundamentando seu argumento acerca dos fatores positivos na utilização do arado, Edwards destaca o caso e os resultados do emprego do referido instrumento em suas plantações. Segundo o autor, o método de plantio com o arado deve ser desenvolvido da seguinte forma:

Depois de abrir-se o rego de huma a outra extremidade, volta-se o arado ás avessas pelo mesmo rego, de que resulta que os torrões são alternativamente remexidos da direita para a esquerda, formando hum rego de sete pollegadas de altura, e de quase dous pés e meio de largo na superfície, e hum pé no fundo. Deixa-se com espaço de dezoito ou vinte pollegadas entre cada rego, que se cobrem de terra com igualdade (...) Põe-se nos regos ao depois as canas destinadas para a plantação, segundo o methodo commum (...) (EDWARDS, 1801: 16-17).

O método comum a que Edwards faz referência acima consiste, primeiramente, na limpeza do terreno onde seria iniciado o plantio da cana. Em seguida, dividia-se a terra deixando espaços vazios (intervalos) para a locomoção dos escravos. No terceiro passo,

Subdivide-se novamente cada hum deste terrenos que já tinham sido divididos, por meio de huma linha preza em cavilhas de madeira, em pequenos quadrados (...) Ordena-se ao depois os pretos em fileira, pondo-se na primeira linha a cada quadrado hum preto, e dirigidos cada hum a cavar com a sua enxada os diferentes quadrados (...) Forma-se do lado de baixo hum banco com a terra que se cava. A cova da cana raras vezes excede a quinze polegadas de largura no fundo, ou altura, e dous pés e meio da parte superior. Os pretos passam ao depois á segunda linha, e procedem como na primeira. Assim diferentes quadrados entre cada linha em a formar hum rego da mesma dimensão como o que se faz por meio do arado. (EDWARDS, 1801: 17- 18)

Os resultados desta forma de plantio com o arado consistem na diminuição do tempo exigido para o plantio e, conseqüentemente, para a colheita da cana-de-açúcar, conforme podemos observar no fragmento abaixo:

Hum preto cavará de sessenta a oitenta (...) covas em dez horas de trabalho dia; mas se a terra tiver sido anteriormente rasgada pelo arado, e deixada em alqueira, o mesmo preto cavará ao mesmo tempo quasi o dobro. (EDWARDS, 1801: 18)

Podemos perceber, então, dois motivos pelos quais Edwards defende a introdução do arado: a facilidade da abertura de covas para o plantio da cana e à diminuição do número de escravos no trabalho. Porém, ambas as motivações culminam na busca por uma maior produtividade da terra. Principalmente no que compete ao trabalho escravo, a preocupação *humana e providente* do proprietário de terras a que Edwards se refere consiste, tão somente, no olhar direcionado à produção, visto que em sua argumentação o escravo não está comprometido com o sucesso do empreendimento da lavoura de seu senhor, conforme destacamos abaixo, onde Edwards se questiona sobre a não utilização da técnica produtiva utilizando o arado, uma vez que, em seu parecer, a produtividade da agricultura de cana é maior:

por que até agora se não tem feito uso della? não se pode dar melhor resposta, como me persuado, do que: Que os plantadores, geralmente fallando, não tem descanço para poderem fazer experiências; que se não deve esperar em tempo algum que os feitores e escravos, que só se interessão em estragar tudo, e não em adiantar cousas alguma a favor de seus amos e senhores, se hajão de apartar do trilho commum, e da prática céga, que sempre virão. (EDWARDS, 1801: 32)

Compreendemos, então, que a visão proposta por Bryan Edwards é de que o incremento do aparato técnico na agricultura de cana de açúcar consiste em uma alteração na forma de cultivar a terra, cuja relação se expressa na introdução do arado/redução do número de escravos na lavoura.

Consideramos que esta é uma preocupação não só de Edwards, mas também de frei Mariano Veloso e da Coroa portuguesa. Esta afirmativa não decorre somente do fato de frei Mariano ter traduzido a obra de Edwards para o português pelos auspícios

da Coroa. Tal afirmativa se baseia na publicação realizada pela Tipografia Calcográfica do Arco do Cego, em 1800, da *Memória sobre a Cultura, e Productos da Cana de Assucar*, de Jose Caetano Gomes.

As considerações iniciais contidas na Memória denotam, ao menos, um interesse da Coroa portuguesa em buscar conhecer as práticas agrícolas desenvolvidas nos engenhos do Rio de Janeiro. Tal ponto de vista decorre da compreensão do fragmento citado abaixo:

A MESA da Inspeção do Rio de Janeiro, desejando conformar-se com os ardentes desejos, que V.A.R. tem de fazer felices os Habitadores do Brasil, por huma bem entendida agricultura, e desta sorte satisfazer tambem as suas Reaes Ordens, recomendou a Jose Caetano Gomes, que lhe apresentasse as reflexões, que os seus vastos conhecimentos lhe tivessem subministrados, sobre a factura do Assucar nos Engenhos do Rio de Janeiro, a que elle satisfez no dia 16 de Março do anno proxime passado de 1799., lendo perante Ella a presente Memoria, que, sendo dirigida a V.A.R., se dignou ordenar-me, que houvesse de a fazer imprimir, em benefício de seus fieis vasallos dos vastos domínios, naquelle Continente. (GOMES, 1800: ii)

A Mesa de Inspeção tinha por função reger o comércio de açúcar e tabaco no Brasil, incentivando a produção destes insumos e prestando contas anualmente ao rei via Conselho Ultramarino (SALGADO, 1985: 94). Desta forma, ao solicitar um parecer a Jose Caetano Gomes sobre os engenhos de açúcar, a Mesa de Inspeção cumpria o papel designado pelo rei.

No entanto, o destaque dado a este documento é o conteúdo defendido pelo seu autor com relação ao cultivo da cana-de-açúcar. A representatividade da Memória sobre o açúcar de Caetano Gomes fez com que frei Veloso produzisse a seguinte avaliação sobre a obra:

Como pois, André João de Antonil no seu livro da Cultura, e opulência do Brasil, não faz mais, que dar huma simples relação do modo de cultivar a Canna, extrahir Assucar no Brasil, creio, SENHOR, ou talvez posso assegurar, que, sobre este objecto, esta he a primeira cousa, ou a única melhor escrita em nossa linguagem pelas sabias, e luminosas reflexões, com que enriquece, e que seu Autor he digno das Soberanas vistas de V.A.R., a cujos pés se prosta. (GOMES, 1800: iii)

No proêmio da obra, José Caetano Gomes estabelece um panorama sobre a atividade agrícola no Brasil. Seu parecer ressalta as vantagens da posição geográfica e das terras do Brasil colonial, em detrimento a outras regiões do mundo, conferindo ao Brasil o título de *melhor colônia do mundo* (GOMES, 1800: I).

Entretanto, Caetano Gomes teceu duras críticas ao estado de desenvolvimento da agricultura no Brasil. Sua conclusão é que os problemas inerentes à atividade agrícola no Brasil decorrem de causas morais, visto que não existiam, para ele, causas físicas que justificassem o atraso da atividade, conforme salientamos no fragmento a seguir:

E concorrendo todas as causas fysicas, com huma vegetação sempre activa, para fazerem a felicidade dos seus habitantes, não se poderia compreender, o não ter chegado este bello paiz ao maior gráo de prosperidade possível, se se não soubesse, que as causas Moraes, podem tanto, ou mais que as fysicas, para deteriorar o melhor terreno (GOMES, 1800: I)

Para Gomes, a agricultura consistia na principal de todas as atividades, sendo a única capaz de gerar subsídios para as demais atividades e divisas para o Estado. Entretanto, ao avaliar o desenvolvimento agrícola do Brasil, sua verificação apontou para um estágio atrasado, necessitando de uma maior absorção das ideias vindas da Europa (das Luzes), conforme salienta no trecho a seguir:

A Agricultura, a primeira, a mais util das Artes, que nutre a todas, e faz a base da prosperidade, e força dos Estados, não sahio ainda da infancia no Brasil; todas as plantas são cultivadas por costume, e sem princípios; as luzes da Europa culta chegam cá tão fracas, que não podem aclarar-nos; as couzas mais

triviais, de que podíamos ter abundancia, não se sabem trabalhar. (GOMES, 1800: I)

A solução para sair deste estágio do desenvolvimento agrícola no Brasil é apresentada por Gomes em um teor diferenciado daquele apresentado na tradução de frei Velloso, da obra de Bryan Edwards. Enquanto Edwards se propõe a colocar a utilização de sua experiência como referência para a adoção de novas técnicas agrícolas, o caminho traçado por Caetano Gomes parte do princípio da validade da experiência individual dos agricultores do Brasil, de acordo com o trecho exposto abaixo:

O que digo sobre a cultura da Cana, e lembro a respeito ás suas dependências, manufacturas do Assucar, e aguardente; he o que me parece melhor; porem cada hum deve ver por si mesmo, e fazer tudo o que a experiência lhe mostrar mais util. (GOMES, 1800: II)

O ponto de partida de Gomes é o mesmo proposto por Edwards na tradução de Velloso: a necessidade de rever as práticas agrícolas arcaicas empregadas na produção do açúcar. Segundo o memorialista, em consonância com Edwards, a cultura do açúcar estava entregue *á escravos conduzidos por hum feitor, sem mais talentos que, os que lhe sugere a sua ferocidade* (GOMES, 1800: I-II).

Gomes (1800: 4) descreve a forma como a cana era plantada. Segundo sua observação, o distanciamento que era dado de uma cova para outra era insuficiente, primeiramente, por não condizer com o tamanho que a cana adquiria após o plantio, pelo fato de uma planta roubar nutrientes da outra e por conta do favorecimento, muitas vezes, do início e da propagação de incêndios, causando prejuízos aos senhores.

O parecer do memorialista sobre esta forma de plantio nos remete à ideia de um colonizador cujo objetivo era explorar a terra sem nenhum zelo, proposto por Sérgio Buarque de Holanda. Utilizando como referências estudos sobre o plantio da cana-de-açúcar, Caetano Gomes expressa a dificuldade que a propagação de ideias de uma

agricultura mais desenvolvida tecnicamente encontraria na colônia. Em um primeiro momento, o autor afirma que sua obra

He dirigida sómente, aos que sabem ainda menos do que eu e que estão inteiramente entregues á disposição dos seus obreiros. A cultura actual, respeito á que se propõem, faz huma grande differença. Quem está costumado a plantar Cana na distancia de hum, dois palmos, e que assim se dá bem, difficilmente poderá perceber, que plantando na de seis, lucrará mais. Ainda que a razão, e a experiência fação conhecer, que as plantas devem ser afastadas humas das outras, segundo a sua grandeza, e a quantidade de succos, de que carecem (GOMES, 1800: II)

Neste fragmento, o autor expressa a ideia de resistência por parte dos agricultores do Brasil em experimentar um método que possa comprometer a lucratividade da sua produção. Entretanto, Gomes afirma a existência da relação método/lucro, contrariando a prática agrícola do Brasil colônia. Exemplificando este pensamento temos a seguinte afirmativa do autor:

Nenhum author, que trate da cana de Assucar, manda plantalla em menos distancia, que a de tres pés (...) isto há de parecer paradoxo aos nossos lavradores, que até tem hum ditado: quero canna mil, e não gentil. Porém da perfeição, com que nas Colonias estrangeiras se faz esta cultura, a mais preciosa d' America, he que tem procedido o gráo de prosperidade, a que se tem elevado, e de que somos privados, por seguirmos sómente hum trilho cégo, e sem reflexão . (GOMES, 1800: 5)

Gomes salienta que nas colônias onde os métodos de cultivo da cana-de-açúcar eram utilizados, suas produções eram prósperas, diferentemente do caso da colônia portuguesa que, em virtude da insistência na adoção de práticas que somente visavam à ampliação da produção, não alcançava um desenvolvimento similar ao das colônias estrangeiras.

Ao propor as soluções para o desenvolvimento técnico e produtivo da agricultura da cana-de-açúcar, percebemos uma alteração a tendência da produção do conhecimento

agrícola. Compreendemos que as soluções propostas por Jose Caetano Gomes tiveram influências estrangeiras. Porém, em suas formulações, há a presença de caracteres apontando na direção da formulação teórica acerca dos métodos de cultivo próprios da colônia, não sendo uma via de mão única, onde Portugal e sua colônia somente recebem informações e nada produzem sobre o assunto.

Esta percepção se dá a partir do momento em que Gomes disserta sobre a forma como deveriam estar dispostas as covas para o plantio de cana. No trecho da Memória em que discorre sobre este assunto, Caetano Gomes defende que as covas a serem abertas para o plantio da cana deveriam ser maiores, porém, menores que as propostas e feitas nas colônias antilhanas. Acerca da profundidade e da distância das covas Gomes (1800: 12) afirma que:

Comparando estas covas [as que foram propostas por ele] com as que se fazem atualmente, hão de parecer muito grandes, e muito fundas; e na realidade o não são, respeito ás que fazem os Colonos das Antilhas, e o mesmo digo sobre as distancias delles (...).

Desta forma, Gomes propõe um padrão para fazer covas que eram próprias à realidade e às necessidades do Brasil colonial, afastando-se de forma sutil das proposições estrangeiras. Entretanto, este tênue distanciamento, não significa uma ruptura, afinal, uma das proposições defendidas pelo autor da Memória sobre o Açúcar, é a de uma maior inserção das ideias europeias no Brasil.

Esta proposição se expressa por meio da sugestão da utilização da enxada Luqueza, que facilitaria o trabalho do lavrador (escravo). Caetano Gomes (1800: 12) afirma que, naquele momento, com *a enxada, que se usa o Brasil, que he talvez, a primeira que se inventou* [ficava] *hum pouco difficil fazer esta especie de covas* [sugeridas mediante a realidade do Brasil]. A dificuldade é resultante da complexidade

do seu manuseio, pois, de acordo com o autor, *a nossa enxada he fatigante, o trabalhador anda curvado* (GOMES, 1800: 12).

Mesmo destacando, inicialmente, que a produção estava entregue aos escravos e feitores que não detinham conhecimento técnico acerca da produção, a preocupação com o escravo não foi uma tônica de sua Memória, como o fora para Edwards.

Bryan Edwards buscou relacionar o afastamento do escravo com a necessidade de aprimoramento na agricultura o que, por sua vez, possibilitaria uma maior lucratividade aos donos de fazenda na Jamaica.

Edwards também busca relacionar a inserção de novas ferramentas de trabalho na agricultura com a redução do tempo de preparação e plantio da cana de açúcar. Diferentemente, Jose Caetano Gomes não toca neste assunto, não considerando os benefícios na produção e nas finanças que este incremento no modo de produção poderia trazer.

Entretanto, Gomes produziu sua Memória com vistas ao atendimento das demandas produtivas do Brasil colonial, considerando os caracteres da vida do agricultor de cana de açúcar do Brasil, especificamente.

Não foi somente o açúcar, todavia, que teve destaque no cenário das relações comerciais de fins do século XVIII. Um novo/velho produto ganhou destaque no mercado internacional: o algodão.

Já cultivado pelos indígenas antes da chegada dos portugueses, o algodão, durante os séculos XVI e XVII, passou a ser um produto voltado para o mercado local e seu cultivo, em geral, para a confecção de tecidos grosseiros utilizados para a vestimenta de escravos (MARQUESE, 2010: 117). Entretanto, em decorrência das novas necessidades do mercado internacional, a produção algodoeira adquiriu uma nova importância para o Brasil. Esta necessidade, segundo Caio Prado Júnior (2008: 81), deu-

se a partir do momento em que uma série de *processos técnicos* associados à produção de tecidos passaram a exigir uma quantidade cada vez maior.

Associa-se ao crescimento da demanda a diminuição da oferta ocasionada pelo processo de independência das Treze Colônias Americanas, desarticulando o mercado fornecedor desta matéria-prima.

O principal centro produtor de algodão no Brasil colonial foi o Maranhão, que foi alavancado pela Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e do Maranhão, criado por Pombal, em 1756, mas que, todavia, não colheu *os melhores frutos do seu trabalho: extingue-se em 1777* (PRADO JR, 2008: 82). A produção de algodão no Maranhão, no entanto, foi ultrapassada pela produção de Pernambuco e Bahia. (PRADO JR, 2008: 82). Porém, o que vale destacar é que o algodão proveniente do Brasil atendia, em parte, à demanda internacional, principalmente inglesa, pela matéria-prima, chegando a se tornar, no final da década de 1780, *um dos mais importantes abastecedores de matéria-prima das fábricas inglesas, importância que aumentou de intensidade na passagem do século XVIII para o XIX* (MARQUESE, 2010: 117).

Frei José Mariano da Conceição Veloso dedicou o tomo V ao estudo da Filatura, ou seja, *a cultura de todas as plantas, assim, indígenas, como forasteiras, que dao hum fio sufficiente, que póde servir de tecidos, a cordas, e a outros usos*, dedicando a primeira parte ao estudo sobre o algodão (VELOSO, 1806: ii)

Segundo Veloso, a importância conferida ao algodão era uma decorrência, primeiramente, da atração exercida pelos produtos tropicais, visto seus valores internacionais, como destacamos no fragmento abaixo:

O Mundo mercante não ignora que o que se cultiva na América meridional, ou entre os seus trópicos, tem, pela sua indisputável excellencia, hum crecido valor sobre os das outras partes. (VELOSO, 1806: vi)

Dentre estas produções a que Velloso faz referência está o algodão cuja segunda motivação para seu cultivo, consiste na necessidade de

beneficiar o gênero humano; porque tem a cobrillo de sua desnudez; pois só facilita que as pessoas mais delicadas se posão vestir do linho, e servirse ainda delle a menor custo em muitos outros usos domésticos; mas possa immediatamente a cobrir na mesma América a tantos (...) Aborigenes, e Africanos, que chamão a V.A.R. Seu REI. (VELOSO, 1806: vii)

Desta maneira, podemos concluir que Velloso, ao mesmo tempo em que detinha a compreensão de que o algodão era interessante ao comércio internacional, propunha o atendimento ao mercado interno de escravos e indígenas, além explicitar uma ideia de civilidade.

Entretanto, como desenvolver o plantio do algodão? Para formularmos uma das possíveis respostas para esta pergunta, destacamos a *Memória sobre a cultura dos Algodoeiros*, de 1799, escrita por Manuel Arruda da Câmara e incluída no tomo V de O Fazendeiro do Brasil.

Uma das particularidades de Manuel Arruda da Câmara é o fato de ele representar uma espécie de contra-mão dos proposições acerca da prática do cultivo do algodão no diz respeito à utilização da mão de obra.

Segundo Rafael Marquese (2010: 120), o desenvolvimento da atividade algodoeira em Pernambuco, diferentemente do cultivo da cana de açúcar, era pautado na utilização de mão-de-obra camponesa, ao invés da escrava. Ainda segundo o autor, Manuel Arruda da Câmara,

Preocupado em elaborar diretrizes para uma produção em larga escala do algodão baseada no trabalho escravo, opôs-se frontalmente às praticas camponesas de cultivo do gênero que vigoravam em Pernambuco até o início da década de 1790. (MARQUESE, 2010: 120)

Dentro desta perspectiva – sistematização da lavoura algodoeira para atendimento de uma demanda em larga escala – , Arruda da Câmara não foge da essência dos moldes propostos em relação ao açúcar. Uma de suas principais preocupações é com o distanciamento entre as sementes plantadas, visto que,

Quanto se engana o Agricultor preguiçoso, que, querendo aproveitar melhor seu suor, planta maior número de vegetaes, ou de algodoeiros no terreno, que alimpa, pensando, que quanto mais plantar, mais cólera! He verdade, que em quanto as plantas são pequenas, tem vigor, vegetão livremente, lisongeando a esperança do agricultor; mas apenas começam a ficar mais frondosas, e espalhar seus ramos mais ao longe, tomando maior campo, huma á outra, mutuamente se offendem, fica delgado, sem substancia, e o seu fruto por consequência deve ser pouco, correspondendo á mãi, que o produz, como tambem, deve ser de má qualidade. (CÂMARA, 1806: 234)

Para Câmara, diferentemente da cultura da cana, o melhor instrumento para a realização das atividades laborais é a enxada, conforme afirmativa a seguir: *O único instrumento agrônômica, que deve servir na plantação dos algodoeiros, he a enchada, e quatro pessoas,armadas deste instrumento, bastão para plantar o maior campo de algodão* (CÂMARA, 1806: 236).

No entanto, outro ponto que Arruda da Câmara salienta é o experimentalismo como fonte para a resolução das dificuldades geradas pela falta de recursos técnicos na agricultura e para a ampliação do lucro (MARQUESE, 2010: 121). Para Câmara (1806: 206), as experiências com relação à terra, ao clima, ao plantio, colheita e beneficiamento, proporcionam uma diminuição da mão-de-obra utilizada na lavoura e um aumento da lucratividade.

Desta forma, os escritos de Manuel Arruda da Câmara se revelam como mão e contra-mão de uma tendência entre os pensadores da agricultura colonial do Brasil. Em

contradição, encontra-se a adoção da enxada como principal método de cultivo e a defesa da introdução da mão de obra escrava na lavoura, mesmo que em pouca quantidade. Porém, Câmara está na mesma direção no que tange ao manejo do plantio, primando pelo zelo e atenção do cultivador no momento de semear, possibilitando um produto de melhor qualidade e, conseqüentemente, um aumento na lucratividade.

Outro insumo desenvolvido na Colônia foi a cochonilha. Este insumo, segundo André Mansuy-Diniz Silva (1998: 526), foi inserido no Brasil mediante a política desenvolvida durante os períodos pombalino e pós-pombalino de diversificação da produção agrícola, com fins de desenvolver todos os insumos que pudessem ser de utilidade para o tesouro Real.

O tomo II, parte III, de *O Fazendeiro do Brasil* condensa um estudo sobre a cochonilha. Uma das primeiras características deste insumo é o fato de não ser preciso o seu plantio, obrigatoriamente, pois

Não se precisa, para a cultura desta estimável planta, derribarem-se os corpulentos e duros lenhos; não rasgar as terras, regallas, e amanhallas: ella nasce espontaneamente pelos arneiros, comoros de praias, e pelas terras mais estéreis, por ter a natureza das plantas parasitas; nascida ella, se deve suppôr nascido o entretinho essencial a nutrição do animalejo, ou para o dizer melhor, tudo quanto se requer para se fazer esta animada tinta. (VELOSO, 1800: V)

De acordo com Frei Mariano Veloso (1800: V-VI), a cultura da cochonilha consiste em matéria simples, com poucos gastos e que não exige uma grande quantidade de mão de obra e nem de uma mão de obra robusta, diferentemente do açúcar e do próprio anil. Estas características possibilitam a esta cultura um caráter rentável.

A cochonilha, conforme afirma frei Veloso, não é uma planta, mas um inseto que parasita uma planta. Sua função é o fornecimento de tinta que ajuda a tingir tecidos.

Dáí o seu valor no mercado internacional, visto que, durante fins do século XVIII, o mundo passava pela Revolução Industrial, cujo principal setor desenvolvido era a indústria têxtil.

Outro insumo que foi bastante difundido a partir da segunda metade do século XVIII foi o arroz. De acordo com Caio Prado Júnior (2008: 84), esta cultura *chegou a figurar em segundo lugar nas exportações da colônia [se desenvolvendo] sobretudo na região do Maranhão.*

Frei Mariano da Conceição Veloso se dedicou, também, a produzir uma memória sobre arroz, intitulada de *Memoria Sobre a cultura do arros em Portugal, e suas conquistas* (1800). Nesta Memória, Veloso faz a seguinte observação sobre esta cultura:

ARROS *Oryza Sativa* de Linneo hé huma planta bem conhecida em quasi todas as partes do *mundo*, hé da familia natural das grammas, entra no número dos melhores cereaes, o seu grão hé precioso naô sômente por ser muito alimentoso, mas porque de baixo de varias, e saborosas formas tem hum vasto uso cibario: délle se faz excellente pão, se bem que inferior ao de trigo: a sua palha hé excellente para os gados , hé de huma producção prodigiosa incomparavelmente maior que a de todos os outres cereaes, de facil cultura végeta, e produz melhor em terrenos humidos, e pantanosos ; terrenos, em que se naô pode cultivar nenhum dos outros cereaes ; e por isso se faz mais apreciável seu modo de plantar. (VELOSO, 1800: 17 e 18)

Veloso indica que o solo propício para o cultivo de arroz é um solo mais rico em água e que não pode receber o cultivo de outros insumos que não somente o do arroz. Além disto, a cultura do arroz, assim como a cultura da cochonilha, não exige a larga utilização de mão de obra.

A preocupação de Veloso, com a Memória sobre o arroz, é de esclarecer ao agricultor o melhor tipo de solo, o melhor momento para o plantio e colheita. Para tal

empreendimento Veloso, buscou estabelecer comparações com o cultivo em Portugal e no Brasil.

No que diz respeito à sementeira do arroz e qualidade da terra em Portugal, o frei destaca que, após escolhido o terreno *barrento, ou areento-barrento, ou barrento-calcareo, ou humozo (...)* que se possa regar, o passo seguinte é

lavar-se o terreno com charrûas , ou arado, dividir-se o terreno lavrado em planos cortados por pequenas motas, ou mouchoens , de maneira que , soltandose-lhe agoa, fiquem os planos entre as motas cobertes d' agoa, e que se communique de huns para os outros. (VELOSO, 1800:20)

A forma de plantio em Portugal consiste, segundo descrição de Veloso, em colocar o arroz (VELOSO, 1800:21) *em agoa por 24 horas, e depois tira-se, e mea-se logo. (...)*.

No que diz respeito ao desenvolvimento desta cultura no Brasil, Veloso (1800: 21) não promove uma diferenciação entre os métodos empregados em Portugal e os que deveriam ser aplicados no Brasil. Suas considerações são relacionadas às diversidades climáticas do Brasil. Segundo o autor da Memória sobre o arroz, não há a necessidade da escolha de um tipo de solo que se possa regar, pois o período de plantio deste insumo coincide com o período de estio das chuvas que *humedecem o terreno até a colheita da planta ; e por este modo He o terreno naturalmente regado.* (VELOSO, 1800: 20)

Quanto aos instrumentos de cultivo Veloso destaca a importância da utilização do arado e da charrua no Brasil, mas constata que estes não são instrumentos adotados pelos agricultores do Brasil, visto que, em geral, utilizam a queimada como recurso técnico para o plantio do arroz, conforme se expressa o autor no fragmento abaixo:

No Brasil naô esta ainda geralmente admittido este modo de preparar o terreno, e de semear; o que sem duvida sera preferivel, quando o uso da charrua, e arado for ali abraçado costumaõ queimar o mato nascido no terreno apropriado no fim

do estio, e logo nas primeiras agoas fazem pequenas covas no terreno em distancia, pouco mais ou menos, de hum palmo huns dos outros, em *que* lançaõ quatro até 8 graõs de arros (que neste caso naõ precisa ser molhado) e os cobrem com pouca terra ; o arros germina, e as chuvas , que entaõ costumaõ vir, o regaõ naturalmente. (VELOSO, 1800: 22)

Nota-se uma preocupação no discurso de Veloso em desenvolver a agricultura do arroz em bases bem desenvolvidas. Esta preocupação não foge à regra de conferir dinamismo às atividades agrícolas para que estas se desenvolvam de modo quantitativo e qualitativo.

Assim, de modo análogo ao desenvolvimento do açúcar, do algodão e da própria cochonilha, o interesse em promover uma agricultura nos padrões ilustrados, principia pelo objetivo de atender à demanda comercial exigida pelo mercado consumidor destes produtos. Como os outros produtos, o arroz detém para Veloso uma importância que consiste no fato de este insumo ser

hum dos generos da Agricultura hoje da primeira necessidade em quase todas as partes do mundo habitado pela sua boa qualidade de alimento, e alimento saboroso, e sendo apreciavel naõ sômente pela sua grande fêrtilidade, mas tão bem por ser o seu terreno apropriado aquelle (...) (VELOSO, 1800: I)

Comprendemos, então, que houve um esforço por parte do Estado português em promover alterações nas condições técnicas na agricultura do Brasil colonial. Estas alterações tiveram como força motriz, primeiramente, o desenvolvimento das instituições científicas moldadas sob as formas de um iluminismo de caracteres próprios, inerentes à realidade portuguesa, e os estímulos do mercado internacional, que passou a exigir uma maior quantidade de insumos agrícolas em menor tempo, fazendo com que a agricultura fosse pensada de forma racionalizada, tendo como norte a diversificação da produção agrícola.

Assim, planta-se o que o mercado internacional exige em termos de matéria prima e tudo aquilo que puder de alguma forma gerar lucratividade para a Coroa portuguesa.

Entretanto, mesmo com a pressão do mercado internacional, será que o pensamento de intelectuais do Estado português, propagado por instituições deste mesmo Estado, acerca de uma agricultura mais desenvolvida tecnicamente almejada por intelectuais do Estado e propagados por instituições deste mesmo Estado, em nada contribuiu para a obtenção de uma política mais consciente em relação ao uso da terra e da natureza que ao seu redor?

Uma possível resposta a este questionamento é o que buscaremos empreender no próximo capítulo.

Capítulo 3

A natureza e a técnica: a conservação e o modo de utilizar as terras do Brasil

A ampliação da demanda de matéria-prima pelo mercado internacional ditou o ritmo da produção intelectual acerca das técnicas de cultivo para o desenvolvimento da agricultura no Brasil colonial. A ideia de ampliação da lucratividade por meio da disseminação de novas técnicas produtivas foi uma das tônicas do Estado português, cuja exemplificação é o conjunto de livros *O Fazendeiro do Brasil* e as Memórias publicadas pela Tipografia Calcográfica do Arco do Cego e pela Academia Real de Ciências de Lisboa.

Entretanto, neste capítulo buscaremos relacionar as proposições técnicas, que visavam a uma ampliação da lucratividade do Estado português, com a conservação dos recursos naturais do Brasil colonial

3.1 – Conservar para ter: valor econômico da conservação da natureza do Brasil

No momento em que as ideias iluministas se consolidam em Portugal, por meio da ação do Marquês de Pombal e de seus sucessores, ganhou forma um movimento que refletia, de certa maneira, as controvérsias do movimento Iluminista português: os críticos ambientais luso-brasileiros. (PÁDUA, 2004: 13-16)

Emergindo em um momento cuja tônica em Portugal era o desenvolvimento das ciências naturais, representada pela criação do curso de Filosofia e da cadeira de História Natural, durante a reforma da Universidade de Coimbra, este movimento gravitava entre três anseios: o progresso científico, o desenvolvimento econômico e a conservação dos recursos naturais.

Segundo José Augusto Pádua (2004: 39), a ascensão do movimento iluminista em Portugal, na segunda metade do século XVIII, *era interpretada mais como um instrumento prático de progresso científico e desenvolvimento econômico do que uma*

doutrina de emancipação política e filosófica. A esta interpretação se seguiu um plano de reformas políticas, que atuou, principalmente, no setor educacional, que colocou Portugal em um *caminho mais ou menos irreversível* para o desenvolvimento das ciências naturais, por conta, conforme afirma Pádua (2004: 39), da importância que estas ciências tinham na dimensão econômica portuguesa.

Entretanto, não foi por acaso que esta preocupação com o conhecimento do mundo natural se fez presente em Portugal da metade para o fim do século XVIII. Neste momento, Portugal passava por uma grave crise econômica gerada, em grande parte, por seu desconhecimento do mundo natural colonial e dos métodos de extração de recursos que lhes conferissem maior durabilidade.

Este caso de mal aproveitamento dos recursos pode ser exemplificado por meio da atividade aurífera. Em 1760, conforme apresentado no primeiro capítulo, as rendas provenientes da extração aurífera no Brasil declinaram. Uma das considerações apresentadas por Wehling (2005: 331) acerca deste esgotamento foi *a falta de tecnologia para uma exploração mais sofisticada*. José Augusto Pádua (2004: 39) também partilha desta visão, ao mostrar que um dos motivos que levou ao esgotamento das minas de ouro consistiu na impossibilidade de levar a extração adiante por conta da utilização de *métodos rudimentares*.

Com o esgotamento do ouro, a saída encontrada foi a investigação da natureza colonial, principalmente aquelas relacionadas à agricultura, visto que o quadro conjuntural internacional se apresentava de modo favorável em decorrência do declínio de mercados fornecedores de matérias-primas, como algodão, cana de açúcar e outros produtos lucrativos que pudessem ser aclimatados no Brasil para a geração de riquezas na Colônia (Pádua, 2004 : 40-41).

Regina Horta Duarte também parte do pressuposto de que foi do meado para o fim do século XVIII que o Império português deu início aos estudos que investigavam a natureza colonial com o objetivo de buscar o desenvolvimento economicamente do Estado português. Segundo a autora, Pombal

Desejou aplicar métodos racionais também na exploração das terras da rica colônia brasileira, com planos de uma exploração melhor do solo e das florestas, ela da introdução de técnicas agrícolas preventivas da erosão do solo. A inauguração do curso de filosofia natural explica-se dentro dessa intenção. Contratou, em 1764, um eminente cientista italiano: Domenico Vandelli (...) (DUARTE, 2005: 67)

Um dos principais locais de atuação de Domenico Vandelli foi a Academia Real de Ciências de Lisboa, onde escreveu algumas das *Memórias Econômicas* que foram publicadas pela Academia lisboeta. Segundo o historiador português José Luis Cardoso (p. 4-5), Vandelli teve como propósito a criação de um *inventário rigoroso e sistemático de recursos e matérias-primas minerais, vegetais e animais, tendo em vista a sua exploração econômica*, cujo principal foco se concentrava na investigação da natureza do Brasil.

A ação de Domenico em relação à História Natural não se limitava a catalogar os recursos naturais existentes na Colônia. Segundo Duarte (2005: 67), um dos problemas combatidos por Vandelli era a intensa erosão do solo, a qual, em sua concepção, seria um problema resolvido por meio da adubação da terra.

Esta também era uma das propostas defendidas por Frei Mariano da Conceição Veloso. Através da Tipografia do Arco do Cego, frei Veloso publicou *Memória sobre a qualidade e sobre o emprego dos adubos, ou estrumes* (1801). Este documento consiste em um manual de instrução aos cultivadores, acerca do uso de adubos e estrumes, tendo como finalidade

(...) restituir a fertilidade às terras, que se áchaõ exauridas, fètilisar os campos, que saõ estéreis, naõ materialmente, como até agora se fazia por falta de livros , que os dirijissem, mas sim por princípios luminosos, he hum dever sagrado do Fazendeiro, he hum objecto sublime desta nobre sciencia pròductiva (...). (VELOSO, 1801: I)

E Veloso (1801: I) segue afirmando que

A TERRA necessita ser fecundada, e nutrida, para que Ella mesma possa nutrir as plantas, e as arvores, que nascem no seu seio. (...) As que procuramos, mediante os estrumes ou adubos , naõ somente servem para supprir , e augmentar a virtude destes, mas também tem a propriedade de melhorar as terras, quasi. estéreis , e de aligeirar o crescimento das plantas.

Através do fragmento acima, percebemos a existência da ideia de que o homem detém a capacidade de intervir na natureza em busca do progresso econômico, visto que a necessidade de adubação da terra tem como objetivo acelerar o crescimento das plantas, fornecendo-lhes nutrientes que, em virtude do desgaste da terra, não estão mais presentes. Além disto, esta capacidade catalisadora do Homem, por sua vez, significa uma maior rapidez no processo produtivo e a possibilidade de produzir mais em menos tempo em uma terra exausta.

Desta forma, compreendemos que os discursos de Vandelli e de frei Veloso se aproximam no que tange à relação entre intervenção e investimento na natureza e utilidade econômica. Esta visão, entretanto, não era incomum para o século XVIII. Segundo José Augusto Pádua (2004: 42), neste momento em Portugal o *progresso econômico não era entendido como antagônico em relação à conservação da natureza*, mas ao contrário.

A ideia de conservação da natureza, para Domenico de Vandelli, parte do princípio de que a destruição dos recursos naturais significa que estão sendo subtraídas

fontes ou possíveis fontes de renda para o desenvolvimento econômico da Coroa portuguesa. Vandelli percebe que o uso do método de queimadas para abrir espaço para a agricultura de subsistência poderia comprometer futuramente a fertilidade dos solos, tornando a terra improdutiva, conforme destacado no fragmento abaixo:

Entre as plantas conquistadas existem muitas desconhecidas dos botânicos, principalmente árvores de muita utilidade, ou para a construção de navios, casas e trastes, ou para tinturaria. Porém no Brasil muitas delas com o tempo se farão raras e dificultoso o seu transporte. Pelo costume introduzido de queimar grandes bosques nas bordas dos rios para cultivar a maior parte do milho ou da mandioca, e acabando-se a fertilidade deste terreno em poucos anos passam a fazer novas queimadas, deixando inculto o que antes foi cultivado. E assim se destroem imensas árvores úteis e de fácil acesso. (VANDELLI, 1789, Apud PÂDUA, 2004: 43)

No entanto, há aí uma grande encruzilhada, onde uma via aponta a conservação útil e a outra em direção à derrubada das florestas para o implemento de uma atividade agrícola de subsistência. Uma solução para esta difícil decisão é propostas por Warren Dean.

Considerando as necessidades econômicas vivenciadas por Portugal, Warren Dean destaca a importância da utilização da ciência para a resolução das questões financeiras. Entretanto, afirma que a utilização de uma exploração dos recursos de modo consciente tornaria possível a manutenção dos recursos disponíveis. Conforme o argumento proposto por Dean (1996: 135),

Empregar a ciência para alcançar estas metas [restabelecimento financeiro de Portugal] era colocar a Mata Atlântica diante de uma perspectiva de mais devastação. Se por um lado a exploração intensiva dos recursos da floresta poderia acelerar sua destruição, a exploração cuidadosa e deliberada possibilitaria mais áreas preservadas e o repouso necessário para render frutos constantes.

Percebemos que esta associação entre ciência e conservação dos recursos naturais, se não foi uma política sistematizada pelo Estado português, ao menos consistiu em um esforço por parte deste e de alguns agentes imbuídos em compreender de que modo a natureza colonial do Brasil poderia ser utilizada sem ser destruída a ponto de torná-la improdutiva.

Esta percepção se expressa através da política do Estado português em financiar viagens científicas pelo Brasil colonial. Estas viagens, denominadas de Viagens Filosóficas, segundo Ronald Raminelli (2008: 70), eram uma decorrência do plano de formação dos estudantes das *faculdades de leis, medicina e matemática que cursavam, como obrigados, as disciplinas filosóficas e se habilitavam a investigar o mundo natural (...) [estes] poderiam receber o apelido de naturalista*. Esta investigação, por sua vez, tinha o objetivo de conciliar o conhecimento da natureza ao plano de desenvolvimento da lavoura do Brasil, também em termos técnicos, e das fronteiras da Colônia, conforme destacamos abaixo:

Matéria de filósofos e naturalistas, a descrição da natureza vinculava-se tanto aos avanços da ciência quanto da agricultura. A diversidade e produtividade das lavouras eram indispensáveis ao bom andamento das reformas econômicas implantadas desde o governo pombalino. Os cultivos ainda sustentavam o controle sobre as áreas fronteiriças, pois a posse da terra atrelava-se à exploração. (...) Ao percorrer o território, os agentes determinavam técnicas, solos próprios ao cultivo e avaliavam a capacidade produtiva de vilas e “lugares”. (RAMINELLI, 2008: 70)

Um dos principais viajantes portugueses a empreender uma Viagem Filosófica foi Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792). Formado na Universidade de Coimbra (1778), recebeu do secretário de Estado de Marinha e dos Negócios Ultramarino, Martinho de Melo e Castro, a incumbência de conhecer, retratar e estudar a flora, a fauna e os povos que habitavam a região das capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato

Grosso e Cuiabá ou, conforme afirma Raminelli (2008: 103), Ferreira *tinha por meta traçar um panorama das potencialidades econômicas da posse e da colonização portuguesa.*

Entretanto, Alexandre Rodrigues Ferreira, no documento intitulado de *Estado presente da agricultura do Pará*, elaborou um panorama do tratamento conferido pelos colonos em relação ao trato com a natureza colonial. Em seu relato, Ferreira salienta a devastação realizada pelos colonos, que tinham como prática a derrubada de árvores sem, ao menos, se preocuparem com a utilidade econômica que estas poderiam ter para a Coroa portuguesa, e aponta a necessidade de uma política de conservação, elaborada pelo Estado português, para que não se continuasse perdendo estas árvores de forma indiscriminada, conforme o viajante salienta:

(...) sem medida alguma, deitam tudo abaixo, não excetuando árvore que fosse útil, tanto pela sua sombra quanto pelas suas produções. Cortam desde o princípio e continuam a cortar e a queimar as que existem, fará das regras que nos reinos polidos da França, da Alemanha e da Suécia, e nas repúblicas de Veneza e da Holanda, prescrevem a polícia das matas e do corte das madeiras, onde têm lugar as ordenações de Portugal (FERREIRA, 1784, Apud PÁDUA, 2004:104).

Ferreira destaca a importância da criação de uma polícia para a conservação das matas, instituição que já existia em outros países da Europa, e que deveria ser trazida para Portugal. Segundo Wehling (1986:48), Souza Coutinho, pela carta régia de 13 de março de 1798, cria a polícia e o juiz conservador das matas Segundo Pádua, a ordenação para a criação deste órgão por Souza Coutinho, foi *influenciada pela rede de intelectuais brasileiros com que ele se relacionava*, sendo que, *essas propostas apontavam para a necessidade de uma reforma geral no caráter predatório da economia brasileira, ao passo que as medidas focalizavam apenas o suprimento dos arsenais da Marinha Real* (Pádua, 2004: 101).

Até certo ponto, este foi o caminho adotado pelo Estado português. A partir de 1796, D. Rodrigo de Souza Coutinho assumiu a Secretaria de Estado dos Negócios Ultramarinos. No exercício da função, tornou-se um dos principais entusiastas do processo de reconhecimento do território colonial, tendo como principal ferramenta a Academia Real de Ciências de Lisboa.

De acordo com Clarete Paranhos da Silva (2002: 53), a política implementada por D. Rodrigo consistiu em um pragmatismo cujo fim era o *desvendar do “Teatro da Natureza”* utilizando da ciência e, em contrapartida, sugerir as melhores formas de explorar os territórios coloniais.

Com relação ao Brasil, especificamente, Clarete Paranhos afirma que o secretário almejava um conhecimento o mais preciso possível de

seu clima, seus grupos sociais e principalmente os produtos naturais, destacando-se primeiramente os agrícolas e em seguida os minerais, que pudessem ser utilizados para enriquecimento metropolitano. (SILVA, C., 2002: 53)

A agricultura, então, é posta em destaque como sendo a principal atividade a ser desenvolvida no Brasil colonial, sendo uma das principais responsáveis por retomar a produção de riquezas e fortalecer o Estado português. O Estado português, através das instituições científicas do Reino e da Colônia, almejou estabelecer uma política de estímulo à produção agrária.

Entretanto, chama-nos a atenção a tentativa de D. Rodrigo de Souza Coutinho de associar a política voltada para a agricultura, pautada na diversificação das produções da terra e na ampliação da produção, com uma política de conservação dos recursos naturais. Esta tentativa pode ser observada através do fragmento da carta de instrução para Manuel Ferreira da Câmara, em 1800.

Nesta carta, D. Rodrigo expressa o interesse de estimular, na Bahia, a aclimação e animação de alguns produtos agrícolas, dentre os quais destacam-se a pimenta, a canela, o cânhamo e a cochonilha. No entanto, em dois momentos da carta, D. Rodrigo expressa a preocupação com a conservação das matas da região de Ilhéus.

No primeiro momento, D. Rodrigo apresenta sua preocupação em relação às queimadas praticadas na região para o cultivo de mandioca, visto que as madeiras que estavam sendo derrubadas poderiam ser utilizadas para a construção de navios que fortaleceriam a Marinha portuguesa, conforme disposto no fragmento abaixo:

Encarrega S.A.R a V.S.a., ainda que interessado como proprietário, de examinar os planos propostos e estabelecidos para a conservação das matas e arvoredos de Cairu, e a observar se com efeito os proprietários têm direito a fazerem imensas derrubadas e horrorosas queimadas, e se a Fazenda Real, com vantagem sua e em benefício do país, não deveria reincorporar todas as matas vizinhas ao mar indenizando os proprietários e estabelecendo grandes e econômicos cortes regulares com utilidade da Marinha Real Mercante. (COUTINHO, 1800 Apud PÁDUA, 2004: 59)

Desta forma, a ideia de conservação presente no fragmento está associada às possíveis perdas que o Estado português poderia ter caso as madeiras fossem derrubadas ou utilizadas de forma deliberada. Desta maneira, para evitar esta possibilidade, D. Rodrigo determina a Manuel da Câmara:

E que tenha presente aquele princípio de eterna verdade: que Minas e Bosques necessitam de ser regulados por princípios científicos, em que se ache calculada a sua utilidade geral, e não abandonada aos interesses dos particulares que nestes casos, e só neles, podem contrariar a pública utilidade, formando uma notável exceção aos princípios da economia política. (COUTINHO, 1800 Apud Pádua, 2004: 59)

O outro momento da carta de instrução à Manuel da Câmara corresponde à questão da técnica de plantio empregada pelos cultivadores de mandioca. Neste momento, D. Rodrigo salienta a importância da técnica e da conservação das matas, uma vez que recomenda aos proprietários a prática de uma agricultura menos destruidora, em que fossem empreendidos métodos melhores, para que a produção fosse mais próspera, conforme salienta o documento a seguir:

Sobre as derrubadas e queimadas, a benefício da cultura da mandioca, ordena S.A.R a V.S.a. que abra os olhos aos proprietários, e que lhes faça ver que grandes vantagens tirariam de substituir, a um tão absurdo método, o melhor sistema de uma cultura regular de que se aproveitam as Antilhas, e conseguem produções abundantes de mandioca. (COUTINHO, 1800 Apud PÁDUA, 2004: 59)

Outra fonte documental que salienta a ideia de conservação é o *Discurso sobre a economia rústica do Brasil*, de José Gregório de Moraes Navarro. Bacharel, formado em Direito Civil pela Universidade de Coimbra entre os anos 1778 e 1782 e que, em 1798, tornara-se juiz de fora em Paracatu do Príncipe, interior de Minas Gerais, a qual, segundo Pádua (2004: 34), encontrava-se em estado de decadência devido à degradação que havia sofrido no período de extração aurífera e diamantífera. Neste discurso, Navarro constata o estado de abandono em que se encontravam as terras da região e, segundo Pádua (2004: 35), *defendeu a possibilidade de um progresso social e econômico duradouro*. Para cumprir tal objetivo faziam-se necessários homens mais bem aconselhados e que preservassem as árvores e as possibilidades oferecidas pela terra a ser cultivada, como poderemos observar a seguir:

Supponhamos agora que os homens, mais bem aconselhados, tenham conservado as arvores frutíferas, e uteis, e que, fazendo dos diferentes terrenos o uso que lhes fosse mais próprio, e natural, ajudarão a fecundidade da terra pelos meios que a experiência, e a industria mostrarão ser os mais convenientes. Não seriam então muito mais felizes? Não seria para elle a terra

tão liberal, e benéfica como foi no principio para os seus primeiros povoadores? (NAVARRO, 1799:9)

Para que o objetivo destacado por Navarro anteriormente escrito se concretizasse, o agente administrativo destaca que seria necessária a introdução do “ferro de arado”, e que fosse feita uma reforma nas fornalhas, para que se pudesse sanar a falta de lenha, matéria útil para o funcionamento dos engenhos de cana:

(...) que he verdade que o uso do arado he impraticável nas terras muito novas, e que não tem sido trabalhadas, mas qual he a fazenda do Brasil, por mais nova, que seja, que não tenha algum pedaço de terra susceptível do arado, que não vá tendo pelo decurso dos annos outra maior porção de terra desta natureza? Quem não sabe que a terra de maiores arvores, que chamamos de mato virgem, sendo trabalhada no espaço de doze até quinze annos, fica sendo capaz de lavar! A falta de lenha em as terras antigas, póde-se supprir com o bagaço das mesmas Canas, com a plantação das arvores capazes de produzir em poucos annos a lenha necessária para o fabrico da lavoura. As fornalhas de nova invenção exigem muito menos lenha, e por consequência menos serviço(...) (NAVARRO, 1799:15).

Fazendo uma análise deste fragmento, podemos observar que Navarro estava imbuído em difundir melhores técnicas na agricultura, para que assim ela pudesse se tornar mais produtiva. Acerca da conservação das matas, mais uma vez, podemos observar o utilitarismo em suas palavras, pois, para ele, a conservação das matas e dos frutos que ela poderia gerar, significava evitar o desperdício de fonte de energia disponível, no caso das matas, e sugere a utilização do bagaço da cana como meio de deixar a natureza se recompor, mas deixando claro que era necessário o plantio de árvores para suprir, futuramente, a necessidade de fonte energética.

Uma carta redigida por Antônio Manuel de Mello Castro de Mendonça, em 25 de abril de 1798, ao “Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor D. Rodrigo de Souza Coutinho” expressa o teor da carta régia e o objetivo referido por Pádua:

Pelo meu ofício nº 13, datado em 19 de agosto pretérito veria vossa excelência as medidas que tomei para fazer observar o determinado na carta régia de 13 de março do mesmo ano tendente à conservação das matas e arvoredos, que se acham próximos a costa e rios notáveis, que deságuam no mar. E sem dúvida que os primeiros povoadores desta América, buscando o meio mais fácil da agricultura derrubaram e queimaram umas prodigiosas quantidades de madeiras, e que esta nociva prática subsistindo até agora junto ao descuido que houve em fiscalizar a observância da cláusula imposta nas sesmarias para se reservarem os paus de Lei, causaram um perda irreparável na devastação das imensas matarias que bordavam a costa (Carta de Antônio Manuel de Mello Castro de Mendonça para Rodrigo de Souza Coutinho, Conselho ultramarino, Arq. 1.2.3, Vol 32).

E segue discursando sobre uma área que, *pela falta de habitantes ou talvez pela pobreza dos que vivem nesta capitania se acham ainda no Distrito de Iguape, e por todo grande rio da Ribeira mais de trinta léguas de terreno quase intacto coberto de matos:*

Neste sítio, e das melhores qualidades conhecidas por experiência mandei cortar e conduzir do porto de Santos seis vigas para ali se embarcarem no primeiro navio que sair para essa corte porem como este mês, e o que se segue são os mais próprios de todo ano para o corte das madeiras por estarem nesta estação menos carregadas de [seve] ordenei já se aprontasse um maior número delas que remeterei na primeira ocasião para conforme e exame que aí se fizer de sua qualidade e préstimo Sua Majestade decidir o que lhe parecer mais justo, e conveniente das ditas matarias, que eu pela quantidade e local julgo muito interessantes, e dignas de serem exclusivamente destinadas para a sua real marinha (Carta de Antônio Manuel de Mello Castro de Mendonça para Rodrigo de Souza Coutinho Conselho ultramarino, Arq. 1.2.3, Vol 32).

Do primeiro fragmento exposto, podemos observar que a conservação das matas estabelece uma relação com o modo predatório com que era praticada a agricultura. No segundo fragmento, podemos observar o intuito em conservar estas matas, pois estas não deveriam ser cortadas, mas enviadas para estudos na Metrópole, para que pudessem

ser averiguados as “suas qualidades e préstimos”, tendo como enfoque a utilização da madeira para a construção de navios para a Marinha Real, como podemos averiguar, a seguir, pelas palavras de Baltasar da Silva Lisboa, baiano que, segundo Pádua (2004: 62), foi um dos principais doutores da Universidade de Coimbra, sendo nomeado juiz de fora do Rio de Janeiro, em 1786, e juiz conservador das matas, em 1797 (PÁDUA, 2004: 101), tendo como referencial *sofisticadas posições científicas e uma forte vontade política*:

(...) a conservação das matas é um objeto de tanta importância quanto é a do Estado, que não pode fundar a sua prosperidade sem manter a Marinha Real e Mercantil: a irreparável perda dos monstruosos paus queimados e perdidos para a Marinha e Serviço Público, seria mais que justificado motivo para se tomarem medidas seguras de embaraçar o progresso das derrubadas (SILVA LISBOA, Apud PÁDUA, 2004: 104).

Segundo Pádua (2004: 63), em fins do século XVIII, intelectuais nascidos no Brasil começaram a publicar trabalhos onde discutiam temas *ambientais*. Estes intelectuais da Colônia, como foi afirmado por Maria Odila Dias (2005: 79), *tinham a consciência de uma grande obra a ser realizada para o progresso de sua terra*, tendo, segundo Pádua (2004: 13), como base de seu pensamento, que o “*valor do mundo natural (...) repousava principalmente na sua importância econômica*, não tendo estes críticos o enfoque em uma conservação pela beleza apresentada por estes recursos, mas que ao mesmo tempo não ignorou e principalmente não aceitou, a sua destruição”, sendo o meio natural *elogiado por sua riqueza e potencial econômico*. Desta forma, segundo o autor, *o verdadeiro progresso supunha a conservação e uso correto do mundo natural que, por sua vez, só fazia sentido no contexto de progresso. A natureza era vista como um objeto político, um recurso essencial para o avanço social e econômico da país* (PÁDUA, 2004: 28).

Dentro desta perspectiva, Vandelli vai destacar e criticar, assim como Castro de Mendonça, a agricultura predatória, relacionando-a com a destruição das matas cujas madeiras poderiam ser utilizadas na geração de divisas para Portugal:

Vai-se estendendo a agricultura nas bordas dos rios no interior do país, mas isso com um método que com o tempo será muito prejudicial. Porque consiste em queimar antiqüíssimos bosques cujas madeiras, pela facilidade de transporte pelos rios, seriam muito úteis para a construção de navios, ou para a tinturaria, ou para os marceneiros. Queimados estes bosques, semeiam por dois ou três anos, enquanto dura a fertilidade produzida pelas cinzas, a qual diminuída deixam inculto este terreno e queimam outros bosques. E assim vão continuando na destruição dos bosques nas vizinhanças dos rios (VANDELLI, 1789, Apud PÁDUA, 2008: 42).

Contudo, surge o seguinte questionamento: em que estas menções sobre a conservação das matas se relacionam com a agricultura e o bom funcionamento desta atividade? Para uma possível resposta, podemos retomar aos fragmentos de Navarro, sobre a necessidade da reforma das fornalhas, e de Baltazar da Silva Lisboa.

Ao observarmos a passagem em questão, podemos destacar, como nos referimos acima, sentido utilitário da natureza. Este sentido utilitário está presente em Navarro, através da necessidade de conservar as matas para que estas sirvam de combustível para as fornalhas nos engenhos de açúcar e, para afastar uma possível falta de fonte energética para o funcionamento dos engenhos, seria necessário, então, o replantio de matas que pudessem fornecer a quantidade de madeira propícia para o engenho. Porém, enquanto estas matas não estiverem prontas, utiliza-se o próprio bagaço da cana. Sendo assim, as matas estariam preservadas, bem como a produção de açúcar não sofreria interrupção ou prejuízos para os cultivadores e para a metrópole, principalmente pelo momento favorável ao açúcar.

Em Silva Lisboa, apresenta-se a justificativa do fornecimento de madeira para a Marinha Real portuguesa. Neste ponto, a ligação entre conservação da natureza e agricultura ganhou mais um componente: a Marinha Real.

Desta maneira, compreendemos que a agricultura colonial do Brasil deveria partir de princípios que não agredissem a natureza a ponto de impossibilitá-la de gerar novos frutos e novas fontes de renda para a Coroa portuguesa. A conservação dos recursos naturais, principalmente os ligados ao extrativismo vegetal e, conseqüentemente, à utilização da terra, foram incorporados à política portuguesa em relação à Colônia, como uma expressão da possibilidade de uma continuidade da exploração destes recursos.

Cabe, então, aprofundarmos estas ideias no que diz respeito ao uso da técnica como forma de manutenção da terra produtiva, assim como a existência de controvérsias em relação a elas.

3.2- A conservação da “natureza” agrícola do Brasil: técnicas agrícolas para a conservação das terras do Brasil

O Mercantilismo Ilustrado consistia em uma associação entre o mercantilismo clássico e a fisiocracia, configurando-se em um abandono da ortodoxia mercantilista. No interior desta ideia havia a valoração da terra e de suas produções coloniais por parte da metrópole, que consistia na sua face fisiocrata. Por outro lado, a face mercantilista se expressava como dependente da face fisiocrata, visto que, para que o comércio metropolitano retomasse seu crescimento, seria necessário o restabelecimento da agricultura.

Retomando Silva Lisboa, observamos que *a conservação das matas é um objeto de tanta importância quanto é a do Estado, que não pode fundar a sua prosperidade sem manter a Marinha Real e Mercantil.*

Com este dado podemos averiguar que sem o funcionamento de uma Marinha Real os esforços para estimular a agricultura seriam em vão, pois não haveria uma forma de escoar a produção por via do comércio, pois, segundo o fragmento destacado de Silva Lisboa, para Portugal, este era o principal meio de prosperar, tendo uma agricultura colonial, ou fonte de matéria-prima, em funcionamento, para que a Marinha Real pudesse elevar as rendas da Coroa através do comércio.

Uma relação mais direta entre conservação das matas e agricultura, feita por Baltazar da Silva Lisboa, foi destacada por Pádua, onde o autor afirma que “as matas primárias exerciam uma função climática benéfica” e “da sua conservação dependia”

(...) a fertilidade do país, pelos meteoros e eflúvios terrestres que elas produzem e que dão nascimento às periódicas chuvas que deixando de cair, e de regar a terra, tornarão os belos terrenos áridos e infecundos; matará a seca os animais, com grandíssima perda dos lavradores, e da subsistência dos povos (...) (LISBOA, Apud PÁDUA, 2004: 104).

Silva Lisboa, em 1786, publicou o Discurso histórico, político e econômico dos progressos e estado atual da filosofia natural portuguesa, acompanhado de algumas reflexões sobre o estado do Brasil que, mediante a compreensão de Pádua (2004: 64),

pode mesmo ser considerado uma síntese inicial, quase que um manifesto programático, da primeira crítica ambiental brasileira, uma vez que as temáticas e sugestões por ele apresentadas foram depois retomadas por vários outros escritores.

Outro dado levantado por Pádua é que Baltazar da Silva Lisboa

encarnou com perfeição o papel que Souza Coutinho imaginava para a nova elite intelectual brasileira. Não é difícil perceber, na leitura do Discurso histórico, que o problema do Brasil ocupava um lugar especial nas suas reflexões, apesar da sua manifesta lealdade para com o Estado português. Esse era o tipo de patriotismo que o ministro considerava aceitável e necessário diante dos novos horizontes políticos do Império lusitano (PÁDUA, 2004: 64).

Entretanto, percebemos que esta ideia de conservação detém um viés que está associado ao uso contínuo da terra em si, e não somente ao uso de madeira pela Marinha Real portuguesa.

Podemos exemplificar este caso analisando, inicialmente, um produto que está ligado ao próprio desenvolvimento da Marinha Real portuguesa, o linho cânhamo. As anotações sobre a cultura do cânhamo decorreram de um trabalho de tradução de frei Veloso cujo título é *Collecção de Memorias inglezas sobre a cultura e commercio do Linho Canamo tiradas de diferentes authores* (1799). A proposta de Veloso era de condensar estas informações sobre o cânhamo no livro V de *O fazendeiros do Brasil*.

Veloso inicia sua dissertação sobre o produto destacando que,

A Collecção de Memorias, que apresento a VOSSA ALTEZA REAL sobre a interessante cultura do Canamo, que actualmente se promove ao sul da America, e que promette á Marinha Portuguesa, assim Real, como Mercantil abastecellas deste gênero, para ellas de primeira necessidade. (VELOSO, 1799: I)

Desta maneira, a produção do cânhamo consistia tanto em instrumento de defesa, visto que era útil para o fabrico de cordas para navios, quanto para o comércio deste insumo, que detinha o mesmo fim para os países que adquiriam o produto. Estes objetivos ficam claros mediante a exposição da carta, traduzida por Veloso, de um dos correspondentes do *Museum Rusticum*. Segundo o autor, a função do cânhamo era:

1. O Linho, e Canamo são artigos necessarios a hum Estado Maritimo, e commerciante;
2. O Canamo, particularmente. He necessario, para se poder sustentar huma força Naval.
3. Huma Nação, como a nossa, sustentada, e defendida pela sua armada, deve segurar o modo de ter huma provisãõ de Canamo sufficiente, tanto na paz, como na guerra.
4. que nós não podemos ter esta segurança, em quanto precisarmos neste artigo das importações da Russia, ou de outro qualquer Estado independente do nosso. (VELOSO, 1799: 3-4)

Assim, Veloso procura demonstrar aos fazendeiros do Brasil e ao Príncipe Regente que a cultura do linho cânhamo, ao ser indispensável à segurança do país, estabeleceria uma diminuição das importações deste insumo realizadas junto a outros países.

Veloso destaca, ainda, que a cultura do cânhamo não estava no princípio do seu desenvolvimento em terras do Brasil. Sua cultura havia sido introduzida durante o reinado de D. João V, mas que não havia prosperado em virtude da falta de empenho dos agentes do Estado português em desenvolvê-lo. De acordo com Veloso (1799: II):

A primeira lembrança do estabelecimento do Linho Canamo ao Sul do Brasil foi do Augusto Avô, e bisavô de VOSSA ALTEZA REAL, que mandou passar para aquelle continente cultivadores, que lhe dessem principio; mas não se conseguiu fructo de hum estabelecimento de primeira necessidade para a Marinha Portugueza, pelo desleixo dos Generaes que governáraõ; o que sendo constante ao excellentissimo Luis de Vasconcellos e Soiza, nos dias do seu governo promoveo o seu reestabelecimento com tanto ardor, e energia quanto era o conhecimento que tinha da grandeza do bem, que sesultaria a huma Nação navegadora, e ao seu Supremo Imperante.

Entretanto, o que nos chama a atenção neste conjunto documental é a preocupação de um dos memorialistas em descrever a forma como deve ser plantado o cânhamo. Na memória sobre *Importância da Cultura do Linho* (06/02/1789), que

pertence à coleção traduzida por Veloso, o memorialista John Irwin (1799: 31). afirma que a forma de plantio do linho na Irlanda seguia dois procedimentos cuja aplicação dependia do tipo de solo: a plantação de batatas, em terras brutas, e a areação.

Segundo a tradução de Veloso, Irwin (1799: 31) defende que *os arrendadores compreendem geralmente duas colheitas, o que he, tanto beneficio do rendeiro, como da terra, porque deste modo elle he areada, que he o melhor meio de obter boas colheitas continuadas (...)*

Desta forma, observamos que o interesse de frei Veloso, ao traduzir estas obras sobre a agricultura, começa a se delinear na direção da preservação das condições da terra, uma vez que, ao traduzir esta memória, ele tem como objetivo fazer com que estas cheguem nas mãos dos agricultores do Brasil, com vistas a implementar uma prática agrícola cujo foco é a ampliação da produção e, conseqüentemente, das rendas do Estado português.

No entanto, percebemos a permanência desta ideia meramente mercantil por parte dos agricultores irlandeses, ao afirmar que o método da areação não é seguido, pois:

muitos rendeiros com o fito no lucro, não querem admtir esta practica, de arear a terra, visto que ella lhe diminui no preço 14 shilings por acre; e com effeito ha este prejuízo, mas quando a terra não he areada em tempo conveniente. (IRWIN, 1799: 31)

Entretanto, Irwin tece uma dura crítica a seus conterrâneos, ao destacar que estes não respeitam o tempo necessário para um plantio adequado, não respeitando o período em que a terra deveria ter para recuperar sua força e seus nutrientes, conforme está presente no fragmento abaixo:

(...)são taõ ignorantes os meus circunvizinhos que arêaõ, amanhaõ, e plantaõ as batatas, tudo quasi ao mesmo tempo;

seguindo o máo methodo de arear, amanhar as terras em Novembro ao mais cedo, plantando-as em Março ao mais tarde; assim deixaõ hum intervallo de 4 mezes, quando o deviaõ deixar de hum anno. (IRWIN, 1799: 32)

Irwin (1799: 33) afirma que este método produz uma boa colheita, porém, *se não deve atribuir senão á fertilidade natural do terrano*. Entretanto, Irwin vai além, ao estabelecer uma crítica onde o personagem principal é a terra. O autor estabelece uma relação entre a produtividade da terra e a necessidade do agricultor respeitar as necessidades do solo para que este seja conservado e possa continuar dando frutos e mantendo a economia irlandesa, conforme se expressa no fragmento a seguir:

Esta practica he muito prejudicial ao Paiz, porque as terras que são arrendadas por hum número de colheitas, por exemplo, a 15 annos, ficaõ de tal modo cançadas, que lhe he preciso muito tempo para recobrem a sua antiga fortaleza (...) (IRWIN, 1799: 33);

Desta forma, compreendemos que a proposição de Veloso por meio da tradução da Memória de John Irwin é a de orientar aos agricultores do Brasil quanto ao fato de que a utilização de técnicas propícias ao solo acarretam uma produção continuada do solo, visto que ele está conservado em seus nutrientes, o que possibilita sua utilização por um maior período de tempo.

Esta também é uma máxima possível em relação ao plantio do café no Brasil. Segundo Rafael de Bivar Marquese (2010: 123), a disseminação da cultura do café no Brasil se deu em virtude da abertura de um *enorme vácuo no mercado mundial* encetado pela crise em São Domingos, *a ilha francesa no Caribe [que] era a maior produtora desse gênero no período*. Mediante este vácuo, reaparece novamente a figura de frei Mariano da Conceição Veloso, que utilizou a *conjuntura (...) como uma justificativa*

para a tradução e edição de memórias e tratados estrangeiros sobre a cafeicultura (MARQUESE, 2010: 123).

As memórias e os tratados traduzidos por Veloso foram expostas no tomo III de *Os Fazendeiros do Brazil*, que foi dedicado a tratar sobre as *bebidas alimentosas*. Das Memórias que foram expostas por Veloso destacamos, a fim de compreender a relação entre técnica e conservação do solo, a memória escrita por Bryan Edwards, intitulada de *Extrato do Café e o Tratado sobre a cultura do café*, de Mr. Manereau.

A memória sobre o Extrato do Café trata da qualidade e da aceitação do café produzido nas Índias Orientais, conforme pode ser percebido no fragmento abaixo:

Os apaixonados pelo Café se tem queixado muito da inferioridade, do que produzem as Indias Occidentais, ao de Moca. Não há dúvida alguma, que a maior parte destas queixas, formadas contra elle, com que o público se diverte, são nascidas da assectação. Ao mesmo tempo que esta imputação não He inteiramente destituída de fundamento, visto ser o Café das Indias Occidentais, pela maior parte, bebido dentro dos 14 mezes, depois de colhido da arvore, e que o delicado do seu sabor, se realça com a idade, o que não deixa de confessar sinceramente o Lavrador de Café, mais jactacioso sobre o que recolhe de suas possessões. (EDWARDS, 1800: 12)

Edwards atribui a superioridade do café a diversos fatores, dentre os quais destaca-se o modo de preparar o café e a importância do plantio em um bom terreno, para que o resultado obtido seja positivo, ou seja, o gosto do café, conforme salienta no fragmento abaixo:

Mas a objecção, de que o Café He inferior ao da India Ocidental, por ser huma producção mais grosseira de huma casta de arvore de menos valor, não merece outra refutação mais do que a circumstancia referida pelo célebre Jardineiro Mr. Miller, >> que as plantas trazidas das Indias Occidentais, e creadas em Inglaterra nas estufas, produzirão muito bem as bagas, as quaes em tempo proporcionado forão julgadas exercer ao melhor de

Moca, que se pode descobrir na Grã-Bretanha >> he pois evidente que toda a *diferença provém do clima, modo de o preparar, idade.*

Hum terreno bom, melhorado pelas chuvas, produzirão sim huma arvore vistosa, e dará huma grande colheita: mas as sementes, que são grandes, e de hum verde carregado, mostram por muitos anos sedor, e enrijamento. (EDWARDS, 1800: 12-13)

Assim, compreendemos que Edwards defende a necessidade de boas condições do terreno para o plantio, para que seja obtido um café de boa qualidade. Este mesmo pensamento está presente no *Tratado sobre a cultura do Café*, de Mr. Manereau.

No subitem do tratado destinado a dissertar sobre os *terrenos de morro*, Manereau, no próprio nome dado ao subtítulo, já se antecipa em afirmar que estes terrenos *são de pouca duração*, visto que, em decorrência da inclinação do terreno, os nutrientes presentes na terra não possuem fixação, pois,

a queda das aguas da chuva arrasta consigo a superficie da terra, a degrada, e faz alvares, ou fosses que a fazem magra, e esterial: para substituir esta perda, nos vemos obrigados de plantar hem certo número todos os annos; e por esta sábia previdencia, e cautela sustentamos em proporção os nossos rendimentos em despeito das perdas inevitaveis, que padecemos (MANEREAU, 1800: 43)

Este fragemento já denota uma preocupação do autor com a escolha do local onde será plantado o café, devendo ser considerada a inclinação do solo, bem como a fixação de nutrientes que a terra possibilita, uma vez que a escolha errada consiste em perda de rentabilidade na colheita.

Para que não haja esta perda, além de demonstrar o cuidado com a escolha do solo, Manereau (1800: 45) apresenta outro subitem significativo em direção à relação

entre emprego de técnica e conservação do solo, que recebe o nome de *meios de conservar os cafésais*. Nesta parte de sua dissertação sobre a cultura do café, o autor mostra que a melhor maneira de produzir um café de qualidade e que gere rentabilidade ao seu produtor principia pela atenção ao solo em que o insumo está sendo cultivado ; em seguida, ao método empregado no plantio propriamente, como destacado abaixo:

Eu creio que o remedio mais efficaz contra este mal, he de manter o pé de Café em huma cultura proporcionada á qualidade do terreno, que occupa: em hum terreno sómente 3 pés, (e talvez seria melhor dous e 1/2) em huma terra profunda a 4; em huma boa a 5. Quero dar a razão disto; e me vejo lisonjeo que entrarão nas minhas vistas com approvação. Embaraçado o crescimento do cafeseiro, todo o corpo da arvore deve necessariamente receber huma nutrição; a seiba, tendo muito pouco que subir, os ramos não podendo multiplicar-se mais, se converterão em huma especie de madeira tão sólida, como o seu tronco; a arvore dará menos fructos, e os ramos, achando-se sem medulla, estão em estado de poderem resistir ao pouco, que produzem, o que deve incontestavelmente conservallos. (MANEREAU, 1800: 45)

A relação para entre técnica de plantio e o solo é novamente ressaltada por Manereau, pois, sendo o café plantado em local e de modo correto, o cafezal será duradouro. Logo, rentável por um maior período de tempo.

No entanto, o *Tratado sobre a Cultura do Café* possui, ainda, um outro subtítulo cujo nome é de *Meios de conservar a terra* (MANEREAU, 1800: 43). Neste subitem, Manereau é mais direto com relação à necessidade de instruir o agricultor sobre a existência da relação conservação da terra e produtividade. Passível de destaque é a ideia lançada por Manereau sobre a utilização da mão de obra escrava, uma vez que é esta mão-de-obra a responsável por lavrar a terra, sendo necessário, então, instruir o escravo na melhor forma de cultivar a terra.

He facil de se conhecer, pelo que se acabou de dizer, que o terreno dos morros não são de longa duração; e por isso para se

lhe prolongar o gozo, se faz indispensável prohibir aos escravos barbechar, ou arrancar as raízes das arvores, que lastrão sobre a terra, e totalmente se entrelação ao depois das derribadas. Esta preocupação he de huma grande utilidade, para a conservação da terra. Em quanto as raízes subsistirem, as aguas não farão preza na terra; e por este meio os pés de Cafés tem tempo de crescer, e de cobrir a seu turno as raízes; e a terra, que as rodea, antes da inteira consumação das outras, o que lhes dá lugar de resistir alguns annos mais. (MANEREAU, 1800: 43, grifo nosso)

Acerca da relação entre técnica e conservação do solo para aumentar sua durabilidade, Manereau conclui que a delicadeza do plantio do café exige a atenção e o cuidado para com a técnica e o solo utilizados no seu plantio, pois é por meio deste zelo que a terra se torna produtiva e gera frutos por mais tempo, como exposto abaixo pelo autor:

Os que nos dizem que o Café não He delicado, só o terão visto passada a sua primeira, e segunda colheita. He verdade que, antes da sua producção, vem com huma pressa, e com huma beleza admiravel, ainda em má terra; mas a quantidade de fructos, que produz, o acanha, senão He socorrido por huma boa terra, que lhe possa dar hum succo proporcionado, ou sufficiente, para o poder nutrir sem alterar o pé (MANEREAU, 1800: 44)

Além do aspecto da conservação da terra por meio da utilização de técnicas propícias ao solo em que será desenvolvida a cultura do café, Manereau apresenta outro fator que, na perspectiva de alguns intelectuais luso-brasileiros, não detém sustentação.

No *Tratado sobre a cultura do café*, Mr. Manereau apresenta uma preocupação com a utilização da mão-de-obra escrava. Esta preocupação, no entanto, não está vinculada à conservação da terra e à utilização de instrumentos agrícolas que favoreçam a conservação do solo. A preocupação do autor consiste na viabilidade da utilização de modo contínuo do escravo na lavoura.

Como todos somos interessados na conservação dos nossos escravos, e de que elles gozem de huma saúde vigorosa, tanto quanto está em nosso poder, He preciso ser cuidadoso de os defender das injurias do ar. As estações das colheitas são muito chuvosas, e mui cheias de orvalhos: e por isso não há Cafeseiro algum, que não esteja ensopado até ás 8 e ás 9 horas do dia. Ora, sendo notório que os escravos principião este trabalho ás 15 horas da manhã, serão todos os dias molhados, como os patos, o que não póde deixar de gerar diversas moléstias perigosas, ou arriscadas, cujas conseqüências podem vir a ser muito serias. Para remediar estas sortes de inconvenientes, temos cuidado de os prover a todos (assim negros como negras) de boas casacas de panno grosso feitas a Bavara, isto He dobrando-as nos peitos, e sobre as quaes póde a água corre, mas não penetrar. O que lhes serve de preservativo contra os catharros, defluxos, e frialdades, a que elles são muito sujeitos sem esta preocupação. (MANEREAU, 1800: 78)

Este ponto de vista, no entanto, não é partilhado por José Vieira do Couto, para quem a ideia do uso indiscriminado da mão de obra escrava não permite a ampliação dos lucros e, muito menos, a conservação da terra. Para o autor, em sua Memória sobre a capitania de Minas Gerais,

O agricultor olha ao redor de si para duas ou mais léguas de matas, como para um nada, e ainda não as tem bem reduzido a cinzas já estende ao longe a vista para levar a destruição a outras partes. Não conserva nem apego nem amor ao território que cultiva, pois conhece mui bem que ele talvez não chegará a seus filhos. A terra, da sua parte, não ri para ele, nem gracioso ondear das louras espigas lhe alegra a vista. Um áspero campo, coberto de tocos e espinhos, compõe os seus ferregiaes. (COUTO, Apud PÁDUA, 2004: 114)

Este fragmento relata, com detalhes, o aspecto do colonizador formulado por Sérgio Buarque de Holanda, cuja mentalidade está correlacionada à existência de terras em abundância e ao fato de

Não [haver na colônia] pressão econômica no sentido de recuperá-la ou aplicar processos de aperfeiçoamento de cultivo. Quando sua produtividade se esgotava ou descia a um nível não compensador, tornava-se menos oneroso destruir a floresta e abrir novas áreas de plantio, transferindo o capital para os solos virgens de mais elevado rendimento, do que melhorar os processos de cultivo. (HOLANDA, 2008: 228)

Couto expressa, então, a ideia de um colono despreocupado com a continuidade da extração dos recursos naturais, descartando, inclusive, a perspectiva de uma possível utilização destes recursos por parte das gerações futuras que habitassem o Brasil colonial, em virtude da amplitude da destruição produzida.

A percepção de degradação proposta por José Vieira do Couto acabou gerando no autor o desejo de uma agricultura diferenciada, onde os métodos utilizados na agricultura visassem à conservação dos recursos naturais do Brasil, principalmente, em relação à prática da agricultura, conforme destacado no fragmento a seguir:

Já é tempo de se atentar nestas preciosas matas, nestas amenas selvas, que o cultivador do Brasil, com o machado em uma mão e o tição em outra, ameaça-as de total incêndio e desolação. Uma agricultura bárbara, ao mesmo tempo muito mais dispendiosa, tem sido a causa deste abrasamento geral (COUTO, 1799, Apud PÁDUA, 2004: 70).

Couto trouxe à tona uma questão complexa e, de certa maneira, essencial para compreendermos o estado de coisas em que se encontrava a agricultura na Colônia da América. Tal questão é a utilização da mão-de-obra escrava, a qual, em seu discurso foi passiva de crítica, e no discurso de Mr. Manereau, não sofreu crítica, mas apenas uma amenização dos fatores desfavoráveis que poderiam afligir a saúde da mão de obra.

Assim, segundo Pádua (2004: 113), José Vieira do Couto é um dos representantes (como José Gregório de Moraes Navarro) da crítica ambiental brasileira,

cuja preocupação se volta à questão da conservação das matas, do solo e, ainda, à questão do trabalho escravo, como podemos ver adiante:

Os autores do final do século XVIII, como vimos, começam a apontar o domínio do trabalho servil como uma das principais causas da rudeza e ineficiência da agricultura, impedindo a emergência de uma classe de agricultores conscientes, laboriosa e diretamente envolvida com o melhoramento tecnológico e administrativo da sua atividade (PÁDUA, 2004: 120).

Este ponto de vista em relação à mão-de-obra escrava é encontrado em Novais, onde o autor afirma que o escravismo é o eixo para a compreensão da estrutura sócio-econômica da Colônia portuguesa na América, sendo esta valorada pelo mercantilismo europeu. Esta questão também era fator determinante para o entendimento do atraso tecnológico da agricultura da Colônia, enquadrada em um sistema latifundiário e escravista, sendo estas as origens para o caráter predatório desenvolvido na atividade (NOVAIS: 1994: 62).

Além de Pádua e Novais, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda defendem o mesmo ponto de vista. Prado Júnior (2008: 90) afirma que o responsável pelo calamitoso estado da agricultura na Colônia americana *é naturalmente o sistema geral de colonização, fundada no trabalho semi-bárbaro do escravo africano*. Em Holanda, podemos destacar o escravo como uma ferramenta a desenvolver uma técnica:

Numa economia escravista, a mão-de-obra representa um investimento capital efetuado no momento da compra de escravo e se assemelha à compra de aparelhamentos, isto é, seu sustento representa custos fixos, ou seja, gastos feitos, estejam os escravos trabalhando ou não. Assim, o colonizador procurava utilizar a terra, aplicando o mínimo possível de capital imobilizado por unidade de superfície, desde que lhe garanta um razoável rendimento (PRADO JR., 2008:228).

Comprendemos, assim, que o escravo consistia, em si, uma “ferramenta de trabalho” que somente deveria ser cuidada para que não “estragasse” e comprometesse os rendimentos da produção agrícola. Este é o ponto de vista defendido por Mr. Manereau e explicitado por Sérgio Buraque de Holanda, Fernando Novais e José Augusto Pádua. O escravo, desta forma, é um bem aplicado pelo colono, como força de trabalho viável e barata, para o cultivo do solo.

Entretanto, percebemos que há outra ideia com relação ao escravo que emerge da intelectualidade luso-brasileira. Esta ideia considera o escravo como mão de obra, porém, tece considerações acerca da sua real importância na lucratividade dos empreendimentos agrícolas no Brasil.

Partindo deste ponto de vista temos em autores de fins do século XVIII, como Navarro, Vieira Couto e frei Veloso, adeptos da substituição do grande número de escravos pelo arado e pela charrua, indicando uma maior vantagem na quantidade, qualidade e lucratividade da produção.

Navarro defende a utilização da mão-de-obra escrava em pequena quantidade, tendo como base, para uma agricultura mais produtiva, a utilização de arados e charruas:

Só elle he capaz de preparar com perfeição a terra para canaviaes, feijoaes, arrozaes, e para todo gênero de grãos, e de sementes, com tanta vantagem, que hum só preto com huma junta de bois, póde lavrar tanta terra como vinte pretos com o uso da enxada, o que se póde provar todos os dias com a experiência. Aquellas terras assim lavradas, não tornão mais a criar as raízes que a fazião infructuosa, e ficão sendo capazes das melhores producções Ahi temos já grandes povoações cercadas de fazendas para lhes fornecer os gêneros da primeira necessidade por menor preço; ahi temos Lavradores com 40 escravos, e algumas juntas de bois, fazendo o mesmo serviço, e conveniencia que outros, sem o uso do arado, com quatrocentos escravos (NAVARRO, 1799:14).

O ponto de vista do atraso é visto por frei Veloso, segundo o qual os agricultores da Colônia, imbuídos do espírito de uma agricultura mais esclarecida nos padrões da ciência, adotam métodos e instrumentos de produção agrícola mais adequados ao aumento da produtividade do solo do que o escravo:

Queiraõ elles, mais cordatos, e advertidos, novamente fazer outra substituição, admitindo na sua economia rural em lugar de escravos ou racionaes, os irracionaes, bois, cavallos, bestas muares; em lugar de machados, foices, e enxadas , arados, charruas; em lugar de cinzas de lenhos, tão preciosos, e necessários, marmes, estrumes, e todos os outros adubos; em huma palavra; tudo quanto a sabia, e iluminada Europa usa nas suas lavouras; conhecerão então os multiplicados proveitos, de que os priva a sua cega, pernicioso, e antiga rotina das derribadas (VELOSO, 1798:25-26).

Veloso continua em seu discurso a favor dos avanços necessários, afirmando que, além da importância do uso dos instrumentos literários fornecidos pela Coroa, os habitantes da Colônia deveriam primar por uma atividade agrícola que tivesse como norteador a ampliação do poder produtivo e abandonar práticas inadequadas e de pouca eficácia, como a adoção dos escravos na lavoura, sendo estes substituídos por instrumentos de tração animal:

Pode-se facilitar (diz Miller o mais sábio Agricultor da Inglaterra) a cultura, se os habitadores das nossas Colonias da America, quizessem servir-se de huma charrua; porque com este instrumento, e duas pessoas fariaõ em hum dia muito mais trabalho, do que aquelle que poderiaõ fazer vinte pessoas, pelo methodo practico. Duas bestas, um só homem (diz o Author da Agricultura Americana) faraõ mais serviços em hum só dia, que vinte bons escravos. – Duas ou três bestas muares, ou bois, hum arado, dous homens, fariaõ maior quantidade de trabalho na preparação de qualquer terreno, que trinta escravos. – hum arado com duas, três, quatro bestas, trabalhariaõ mais que cem pretos (VELOSO, 1798:26).

Nestes dois últimos fragmentos podemos destacar dois aspectos. O primeiro deles é defendido por Caio Prado, ao verificar a necessidade de associar os animais com a agricultura na busca de um melhor desenvolvimento e cuidado com a terra. Prado Júnior afirma que a ausência desta associação foi “fatal”, pois o

Corolário daquele sistema, e que constituiu um dos traços mais característicos da economia rural da colônia, também foi funesta para o trato do solo, privando-o, como o privou, do único elemento fertilizante de que poderia dispor: o estrume animal (PRADO JR., 2008: 88).

Prado Júnior afirma que os solos brasileiros foram privados da utilização de fertilizantes naturais, fato considerado pelo autor como um fator componente da política portuguesa para a agricultura da colônia. Na contramão desta afirmativa de Caio Prado, percebemos, atrás das Memórias traduzidas por frei Veloso, que, deixar o solo da Colônia à míngua deste tipo de fertilizante, não deveria ser a postura a ser adotada pelos fazendeiros do Brasil.

Veloso demonstra que a estrumeação do solo consistia em uma medida a ser adotada pelo agricultor consciente e que deseja ampliar a sua produção. Neste ponto, todavia, observamos a existência de um distanciamento entre o que era idealizado pelos intelectuais e o que era realizado na agricultura colonial, ou melhor, a adoção, ou nos estímulos fornecidos pela administração portuguesa ao desenvolvimento destas técnicas agrícolas que aumentavam a produção e conservavam o solo.

Os fragmentos acima apontam na direção da diminuição do uso da mão de obra escravos. Segundo Maria Odila Dias (2005: 41), esta questão pode ser vista como humanitária. Por isto, destacamos um fragmento onde Navarro afirma que, em um engenho ou fazenda, onde é utilizado o arado, o escravo estaria mais ‘disposto’ ao

trabalho, visto que seu esforço físico seria diminuído. Assim, afirma Veloso (1799:14-15),

Ahi temos escravos mais contentes, mais sadios, mais duráveis, porque o trabalho he muito mais suave. Ahi temos finalmente a terra prodigalizando outra vez as suas riquezas.

Porém, de modo a complementar a visão de Veloso, a interpretação de Sérgio Buarque de Holanda é de que o escravo é visto como uma mercadoria. Porém, tomadas as medidas para sua melhor “conservação”, este se tornaria uma ferramenta “mais durável”, o que significaria um desacordo para os padrões da Agricultura científica, pois o escravo estaria em condições de trabalho mais proveitosas, e cada vez mais haveria o distanciamento deste modelo agrícola idealizado pelos intelectuais luso-brasileiros, uma vez que a utilização desta mão de obra não estimularia o uso de animais, o que faria, pela estrumação da terra, esta terra produzir mais e em menos tempo.

Entretanto, é necessário ressaltar um contraponto entre esta questão levantada por estudiosos da agricultura, que, sob patrocínio da administração portuguesa, da metrópole, tiveram seus estudos publicados. Este contraponto se encontra no princípio da cobrança de impostos de Souza Coutinho, cuja proposta consiste na redução dos mesmos e no crescimento proporcional ao do “Paiz”. No seguinte trecho do documento de Souza Coutinho, observamos a contradição entre a posição do secretário sobre a taxaço do negro e a posição defendida em muitas publicações financiadas, impressas e difundidas pelo Estado português:

Os direitos que pagão os Negros não só quando entrão no Brasil mas quando vão entrando para as Capitãias Centraes, depois de terem já pago ao sahir de Angola e dos nossos Estabelecimentos na Costa da África, parecem não só excessivos, mas necessariamente diminuem a Produccão, por que impedem o augmento dos braços e instrumentos, que devem cultivar e fazer productivo o Terreno; e são consequentemente péssimos

Impostos por que attacão e destroem na sua mesma fonte a principal origem da Riqueza Nacional (...)(SOUZA COUTINHO, 1797, Apud MENDONÇA, 1933:48).

E segue argumentando que:

A supressão ou a redução destes Impostos seria certamente muito vantajosa ás Capitánias Marítimas e em seu lugar poderão estabelecer se os mais productivos e menos onerosos Impostos, que vou lembrar e que crescerião na mesma razão que o Paiz prosperasse e augmentasse em Riqueza (SOUZA COUTINHO, 1797, Apud MENDONÇA, 1933:48).

Neste fragmento Souza Coutinho deixa explícita a sua posição perante a agricultura e o papel desempenhado pelo escravo na lavoura. No seu entender, esta mão-de-obra é necessária para o desenvolvimento das lavouras do Brasil colonial, necessitando a taxaço sobre este “produto” sofrer uma diminuição, para que esta “ferramenta” possa ser consumida em maior quantidade.

Compreendemos, também, que os estudos patrocinados pela Coroa portuguesa nem sempre estão em pleno acordo com as expectativas destes administradores metropolitanos. Mesmo utilizando de sua formação nas “luzes”, colocando-a em benefício da Colônia, estes administradores se adaptam às necessidades e determinações políticas vigentes na sua contemporaneidade.

Como afirma Novais, em termos da formação teórica econômica em Portugal, uma mescla de Iluminismo, cuja representação se dava através da doutrina fisiocrata, com o Mercantilismo, onde a todo momento é posto o comércio como o objetivo principal, a agricultura colonial deteve um importante papel. Porém, sua função era o atendimento da demanda comercial portuguesa na Europa. É o caso dos produtos que tiveram suas culturas estimuladas, como o algodão e o açúcar, e como pode ser

verificado em Serrão (1998: 67), onde ele afirma que Portugal, ao assumir a característica de economia colonial, assume seu papel econômico na Europa como entreposto de produtos tropicais.

Sendo assim, a agricultura na América Portuguesa foi o carro-chefe dos intentos econômicos dos governos pombalino e pós-pombalino, caracterizando, primeiramente, uma continuidade de políticas entre estes governos, a valoração da agricultura e o patrocínio para estudá-la, à luz das luzes.

No entanto, levando em consideração a reflexão acerca do mercantilismo ilustrado e a aplicação deste princípio na Colônia pela metrópole portuguesa, observamos a existência de uma política de valoração da agricultura colonial como fonte de matéria para suprir a carência do mercado internacional e a atividade comercial de gêneros tropicais portuguesa na Europa. Algo que funciona como uma moeda, tendo em uma das faces as idealizações de D. Rodrigo de Souza e seus “pupilos”, e de outro, a adaptação à realidade, ou melhor, às necessidades portuguesas, que tinha na Colônia na América a mais importante porção de seu Império e a que poderia lhe fornecer uma gama de oportunidades para seu crescimento econômico, como no caso da diversificação agrícola.

Desta maneira, compreendemos que havia um anseio na produção intelectual luso-brasileira de alcançar métodos e técnicas agrícolas que colocassem em prática uma política conservacionista em relação à natureza colonial e ao solo, cujo sentido conferido à tal política é o de aproveitar o solo de forma a torná-lo mais produtivo e com maior durabilidade, para que fosse utilizado pelas gerações futuras.

No entanto, compreendemos que estes interesses se tornaram, em alguns momentos, dicotômicos, causando um choque entre o que é proposto e o que é prático.

Este confronto entre teoria e prática se dava por conta da necessidade de atender às demandas imediatas do tesouro português.

A maior expressão do descompasso entre ideias e práticas, como podemos concluir, compreende a questão da utilização da mão-de-obra, uma vez que mesmo com a existência de alguns pensamentos que visassem a substituir esta “ferramenta de trabalho”, não existia um movimento homogêneo por parte dos intelectuais e do Estado português com vistas a introduzir, de fato, meios de produção que atendessem às demandas da natureza e da terra, e não às demandas econômicas portuguesas, causando danos e destruição aos recursos naturais do Brasil.

Conclusão

Do meado do século XVII até o início da segunda metade do século XVIII, uma série de fatores colaboraram para que Portugal mergulhasse em uma grave crise econômica. Neste momento, as relações políticas e econômicas adquiriram novos contornos, uma vez que a Inglaterra e a França se tornaram os principais Estados no cenário da Modernidade, redefinindo o papel de Portugal e da Espanha frente ao sistema político e econômico mundial.

No caso específico de Portugal, em termos políticos, sua aproximação se deu em relação à Inglaterra. Um indício desta proximidade foram os tratados assinados entres ambos os países, cuja relevância do Tratado de Methuen (1703) sobressai por conta dos seus efeitos sobre a economia portuguesa. Este tratado ampliou a dependência portuguesa em relação às exportações de gêneros manufaturados e agrícolas que poderiam ser desenvolvidos em Portugal, uma vez que não houve o estímulo ao crescimento destes setores de modo diversificado e de maneira a favorecer a balança comercial para o lado português.

Colaborou para a ampliação desta política de escoamento de capitais para fora de Portugal, a extração aurífera no Brasil, que passou a suprir as necessidades do Estado português, defasado com a necessidade de exportações para o atendimento da demanda de consumo interno.

Assim, Portugal se encontrava em um momento cuja característica marcante era a dependência das exportações de produtos europeus, desfavorecendo a sua balança comercial, e da exploração do ouro no Brasil, que ajudava a equilibrar a balança.

Mediante o contexto que se apresentava em Portugal, o Brasil consistia em peça fundamental na manutenção das relações políticas e econômicas de sua metrópole. Este

quadro se delineou não somente por conta da extração aurífera na Colônia, mas por outros produtos advindos da Colônia, embora menos expressivos para a balança comercial.

O papel desempenhado pelo Brasil nas relações econômicas portuguesas era, então, o de fornecer gêneros primários para a manutenção da atividade comercial metropolitana com os demais países europeus. Ou seja, o Brasil se colocou como uma importante colônia para Portugal, ao prover os meios para a manutenção do papel português no sistema-mundo moderno: fornecer gêneros tropicais para a Europa.

Assim, o crescimento da economia portuguesa dependia da estabilidade dos preços e da extração dos produtos oriundos do Brasil colonial. Entretanto, na década de 1760, o ouro, que mantinha a balança comercial portuguesa favorável, apresentou sinais de esgotamento. As necessidades de importações realizadas junto aos países europeus, no entanto, não diminuíram. Houve, ainda, a queda dos preços do açúcar e do algodão no mercado internacional, produtos agrícolas que permaneceram sendo produzidos no Brasil. Somou-se a estes fatores a necessidade da reconstrução da capital imperial (Lisboa) após o terremoto que atingiu a cidade, em 1755.

Todos estes fatores conjugados mergulharam Portugal em uma crise econômica sem precedentes em sua História, cujas soluções expressaram um fortalecimento para a adaptação portuguesa às “tendências” europeias, embasadas pelas ideias iluministas.

Cabe destacar que, com o advento da crise, as ideias iluministas ganharam mais força em Portugal, uma vez que as influências deste movimento já eram sentidas no fim do século XVII e início do XVIII. Expressão destas influências em Portugal é o fato de D. Luís da Cunha propor como solução para a dependência comercial portuguesa, por exemplo, o desenvolvimento da agricultura em Portugal.

A preocupação de D. Luís com a agricultura adquiriu contornos mais sistemáticos após a crise da década de 1760, onde as influências iluministas, marcadamente fisiocráticas, forneceram embasamento para a valorização da atividade agrícola em Portugal e na Colônia, valorizando novamente a agricultura.

Em um mundo em transição, caracterizado por mudanças nas relações políticas, econômicas e pelas influências do Iluminismo, temos, então, que o posicionamento português diante da crise econômica foi de buscar soluções para os seus problemas internos, tomando como norte o ideário iluminista, representado pela gradual introdução do pensamento fisiocrata em Portugal, expandindo a aplicação destas ideias em direção ao Brasil, com o intuito de fortalecer a agricultura colonial e diminuir os efeitos da crise econômica.

A crise econômica redimensionou as políticas portuguesas voltadas para o Brasil. Simultaneamente ao momento em que Portugal passava por dificuldades econômicas, a Revolução Industrial dava seus primeiros sinais na Inglaterra. A partir deste momento, a economia mundial passou por transformações econômicas que suscitaram a necessidade de que Portugal exercesse o seu papel na economia europeia de fornecedor de gêneros tropicais, porém, em uma escala que exigia maior rapidez e qualidade na matéria-prima fornecida.

Mediante o contexto de necessidade e carência de insumos agrícolas do mercado internacional, em virtude do aumento da demanda, Portugal empreendeu uma política de incentivo à produção agrícola colonial do Brasil. Esta política teve por base o desenvolvimento intelectual do Estado português.

A difusão do Iluminismo, adaptado à realidade de Portugal, deu-se por meio do próprio Estado. Instituições científicas foram encarregadas de promover uma alteração do pensamento intelectual português. A reforma da Universidade de Coimbra (1772),

assim como a criação da Academia Real de Ciências de Lisboa (1779) e a Tipografia Cálco-gráfica do Arco do Cego (1798), simbolizaram este caráter institucional.

O plano de reformulação da Universidade de Coimbra deteve um caráter mais abrangente do que a criação da Academia e da Tipografia, pois esta reforma marcou a inserção do Iluminismo português em diversas áreas do conhecimento em Portugal, bem como a inserção portuguesa no circuito de ideias desenvolvidas, já há certo tempo, em outros países.

Reformar a universidade significou retirar Portugal do obscurantismo científico e do atraso cultural, que implicavam diretamente no seu desenvolvimento econômico. A criação do curso de Filosofia Natural, englobando os estudos sobre a botânica, a mineralogia e a zoologia, consistiu em parte integrante e atuante deste processo de reforma que, em sua essência, era de caráter político e econômico.

Como uma continuidade ao processo de reforma das bases científicas portuguesas, com a criação da Academia Real de Ciências de Lisboa, há a formação de um grupo de intelectuais autônomos ou financiados pelo Estado português cuja função era pensar em formas de ampliação do lucro do tesouro português utilizando a natureza colonial.

Então, o conhecimento da natureza, em sua multiplicidade, teve como objetivo buscar possibilidades de recursos para a exploração econômica. Uma política de diversificação da produção agrícola foi posta em prática pelo Estado português e em relação ao Brasil colonial. A natureza colonial foi utilizada com fins ao fortalecimento econômico do Estado.

Para a implementação desta política de conhecimento da natureza e de uma produção agrícola diversificada, um grupo de intelectuais luso-brasileiros, contando

com o aporte do Estado português, traduziram e elaboraram uma série de memórias estrangeiras que retratavam como era praticada a agricultura em diversas colônias da Inglaterra, da França e da Holanda.

A disseminação destas memórias entre os agricultores do Brasil teve a finalidade não somente de proporcionar ao tesouro português crescimento econômico, mas, conforme o trabalho com a bibliografia e com as fontes clarificaram, a ideia de propagar desenvolvimento técnico agrícola associado, em certa medida, à conservação da terra através do atendimento das especificidades técnicas de uma determinada cultura, em solo propício ao seu amadurecimento, preparado com adubos (caso necessitasse), com a realização do plantio otimizando o espaço e o trabalho na lavoura, além de propor o uso de ferramentas, como o arado e a charrua, no cultivo agrícola.

Entretanto, não podemos conferir ao espírito conservacionista com relação ao solo e às matas, uma ideia de natureza intocada. O espírito conservacionista que permeava as propostas técnicas para a agricultura colonial, por mais que expressasse uma preocupação com a disponibilidade de recursos naturais para as gerações futuras, caracterizou-se pela manutenção dos recursos para uma exploração contínua das gerações futuras, pois com a extinção dos recursos naturais disponíveis na natureza do Brasil, eliminavam-se as chances do crescimento futuro do tesouro português, através da exploração realizada pelas gerações que estavam por vir.

A percepção de que a política de desenvolvimento técnico da agricultura do Brasil colonial em fins do século XVIII não apresentava uma consonância de interesses. Havia uma dissonância nos discursos propostos pelas memórias que eram traduzidas ou formuladas pelos agentes do Estado português e o discurso do próprio Estado.

Os memorialistas defendiam que para um lavrador obter êxito em sua fazenda era indispensável que o quantitativo de mão-de-obra escrava fosse reduzido e que, em

seu lugar, fossem adotados instrumentos de trabalho mais aconselhados para um melhor desenvolvimento agrícola. Por outro lado, a posição do Estado português foi a de estabelecer uma política fiscal que reduzisse os custos relativos à compra de escravos. Ora, ao reduzir os custos para a obtenção da mão de obra escrava, a ideia defendida pelos memorialistas (por meio de traduções ou elaboração de dissertações sobre a temática da agricultura) se chocava com o pensamento do Estado, marcando uma dicotomia entre pensamentos cuja origem do fomento é a mesma: o Estado.

Durante a segunda metade do século XVIII o Estado português promoveu uma política voltada para o desenvolvimento técnico da agricultura do Brasil. A mola motriz deste processo de inserção de técnicas agrícolas foi a busca por soluções para a crise econômica que havia se instalado em Portugal, marcada, primeiramente, pela importância que o Brasil detinha nas finanças portuguesas, pela consonância entre uma política de conservação e uma contínua extração dos recursos e pela divergência no discurso utilizado por memorialistas e o Estado português.

Desta maneira, após a crise da década de 1760, o conhecimento da natureza e o desenvolvimento da agricultura do Brasil se tornaram um dos principais objetivos do Estado português. A utilização de métodos menos agressivos na atividade agrícola colonial foi concebida com vistas a preservar, também, a existência destes recursos, uma vez que a continuidade da extração de produtos agrícolas representava a possibilidade de lucros contínuos.

Fontes

CASTRO, Martinho de Melo e. **Alvará, por que Vossa Magestade he servida proibir no Estado do Brazil todas as fabricas, e manufacturas de ouro, prata, sedas, algodão, linho, e lã, ou os tecidos sejam fabricados de hum só dos referidos generos, ou da mistura de huns com os outros, exceptuando tão somente as de fazenda grossa do dito algodão:** para Vossa Magestade ver. Lisboa: Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1785. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1716/proibicao_fabricas.pdf?sequence=1>

COUTINHO, Rodrigo de Sousa. “Systema politico que mais convém que a nossa Corôa abrace para a conservação dos seus vastos Dominios, particularmente dos da America, que fazem propriamente a base da Grandeza do Nosso Augusto Throno”, In: MENDONÇA, Marcos Carneiro. **O Intendente Câmara, Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá, Intendente das Minas de Diamantes 1764-1835**, Rio de Janeiro, Imprensa Nacioanal, 1933.

CUNHA, D. Luís da. Testamento Político. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

EDWARDS, Bryan. Extrato do livro quinto da Historia civil, e commercial, das colonias occidentaes inglezas. In.: VELOSO, Mariano da Conceição. **O Fazendeiro do Brazil, O Criador, Melhorado na economia rural dos gêneros já cultivados, e de outros, que se podem introduzir, e nas fabricas que lhe são proprias, segundo o melhor, que se tem escrito a este assumpto.** Tomo I. Parte I. Tipografia Calcográfica do Arco do Cego, Lisboa, 1801. Disponível em: http://www.brasiliana.usp.br/bbd/bitstream/handle/1918/03894100/038941_COMPLETEO.pdf

_____. Extrato do café. In.: VELOSO, Mariano da Conceição. **O Fazendeiro do Brazil, O Cultivador, Melhorado na economia rural dos gêneros já cultivados, e de outros, que se podem introduzir, e nas fabricas que lhe são proprias, segundo o melhor, que se tem escrito a este assumpto.** Tomo III. Parte I. Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, Lisboa, 1800; Disponível em: http://www.brasiliana.usp.br/bbd/bitstream/handle/1918/01836860/018368-6_COMPLETEO.pdf

ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, livro III, que contém os cursos das sciencias naturaes e filosóficas. Na Regia Officina Typografica, Lisboa, 1772, p. 242. Disponível em: [http://books.google.com.br/books/download/Estatutos da Universidade de Coimbra do.pdf?id=kNQmtZb0R8QC&hl=pt-BR&capid=AFLRE72k1YlOtBx_2yc604biEYGVEk3YIUb1Lis5QcZ6Cn7z5CDi5ZpZh8gYVzlaKmoCtneqG16cq2M6A1dGjhCCF52Did101A&continue=http://books.google.com.br/books/download/Estatutos da Universidade de Coimbra do.pdf%3Fid%3DkNQmtZb0R8QC%26hl%3Dpt-BR%26output%3Dpdf](http://books.google.com.br/books/download/Estatutos_da_Universidade_de_Coimbra_do.pdf?id=kNQmtZb0R8QC&hl=pt-BR&capid=AFLRE72k1YlOtBx_2yc604biEYGVEk3YIUb1Lis5QcZ6Cn7z5CDi5ZpZh8gYVzlaKmoCtneqG16cq2M6A1dGjhCCF52Did101A&continue=http://books.google.com.br/books/download/Estatutos_da_Universidade_de_Coimbra_do.pdf%3Fid%3DkNQmtZb0R8QC%26hl%3Dpt-BR%26output%3Dpdf)

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). **Carta de Antônio Manuel de Mello Castro de Mendonça para Rodrigo de Souza Coutinho** Conselho ultramarino. Arquivo. 1.2.3 vol 32

GOMES, Jose Caetano. **Memória sobre a Cultura, e Productos da Cana de Assucar**. Tipografia Calcográfica do Arco do Cego, Lisboa, em 1800. Disponível em: http://purl.pt/11998/6/sa-7048-p_PDF/sa-7048-p_PDF_24-C-R0150/sa-7048-p_0000_capa-cap_a_t24-C-R0150.pdf

IRWIN, John. Cópia da carta ao Museum Rusticum. In.: VELOSO, José Mariano da Conceição. **Collecção de Memorias Inglezas sobre a Cultura e Commercio do Linho Canamo**. Na Officina de Antônio Rodrigues Galhardo, Lisboa, 1799. Disponível em: http://purl.pt/11997/2/sa-6767-p_PDF/sa-6767-p_PDF_01-B-R0150/sa-6767-p_0000_capa-cap_a_t01-B-R0150.pdf

MANEREAU. Tratado sobre a cultura do café. In.: VELOSO, Mariano da Conceição. **O Fazendeiro do Brazil, O Cultivador, Melhorado na economia rural dos gêneros já cultivados, e de outros, que se podem introduzir, e nas fabricas que lhe são proprias, segundo o melhor, que se tem escrito a este assumpto**. Tomo III. Parte I. Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, Lisboa, 1800; Disponível em: http://www.brasiliana.usp.br/bbd/bitstream/handle/1918/01836860/018368-6_COMPLETO.pdf

MASSAC, M. **Memória sobre a qualidade e sobre o emprego dos adubos, ou estrumes**. Tipografia Calcográfica do Arco do Cego, Lisboa, 1801 <https://repository.library.brown.edu/fedora/objects/bdr:15802/datastreams/PDF/content>

NAVARRO, José Gregório de Moraes. **Discurso sobre o Melhoramento da Economia Rústica do Brazil, Pela introdução do arado, da refôrma das fornalhas, e conservação das mattas, &c.** Oficina de Simão Thaddeo Ferreira. 1799. Disponível em: <http://143.107.31.150/bibliotecaPdf/discurso_2143_web.pdf>

PATRÍCIO, Amador. **MEMORIAS DAS PRINCIPAES PROVIDENCIAS, QUE SE DERAÕ NO TERREMOTO, QUE PADECEO A CORTE DE LISBOA NO ANNO DE 1755.** Lisboa, 1758. Disponível em: http://purl.pt/6695/4/hg-8302-a_PDF/hg-8302-a_PDF_01-B-R0150/hg-8302-a_0000_capa-cap_a_t01-B-R0150.pdf

SERRA, José Correa da. Discurso Preliminar. In: **Memórias econômicas da Academia Real de Sciencias de Lisboa para o adiantamento da agricultura, das artes, e da industria em Portugal e suas conquistas.** Tomo I. Na officina da Academia Real de Sciencias de Lisboa, Lisboa, 1789. Disponível em: http://books.google.com.br/books/download/Memorias_economicas.pdf?id=d54EAAAQAQAJ&hl=en&capid=AFLRE71uwvZAcgINk9Q6xDH1xxeIZhPgqxfy-p_tWYkwwvMJbCtnny2wfaJLD8C29Mwj7EPT191GF2zVc86_NdAihfOVrW1Q&continue=http://books.google.com.br/books/download/Memorias_economicas.pdf%3Fid%3Dd54EAAAQAQAJ%26output%3Dpdf%26hl%3Den

VELOSO, José Mariano da Conceição. **Collecção de Memorias Inglezas sobre a Cultura e Commercio do Linho Canamo.** Na Officina de Antônio Rodrigues Galhardo, Lisboa, 1799. Disponível em: <http://purl.pt/11997/2/sa-6767-p_PDF/sa-6767-p_PDF_01-B-R0150/sa-6767-p_0000_capa-cap_a_t01-B-R0150.pdf>

_____. **Discurso prático a'cerca da cultura, maceração e preparação do Canamo.** Na Of. de Simão Thaddeo Ferreira, Lisboa, 1799. Disponível em: <http://purl.pt/11988/3/sa-28513-p_PDF/sa-28513-p_PDF_01-B-R0150/sa-28513-p_0000_capa-cap_a_t01-B-R0150.pdf>

_____. **Memória sobre a cultura do Arros em Portugal, e suas conquistas.** Casa Litteraria do Arco do Cego, Lisboa, 1800. Disponível em: http://www.brasiliana.usp.br/bbd/bitstream/handle/1918/03895000/038950_COMPLETO.pdf

_____. **O Fazendeiro do Brazil, O Criador, Melhorado na economia rural dos gêneros já cultivados, e de outros, que se podem introduzir, e nas fabricas que lhe são proprias, segundo o melhor, que se**

tem escrito a este assumpto. Tomo I. Parte I. Tipografia Calcográfica do Arco do Cego, Lisboa, 1801. Disponível em: http://www.brasiliana.usp.br/bbd/bitstream/handle/1918/03894100/038941_COMPLETEO.pdf

_____. **O Fazendeiro do Brazil, O Cultivador, Melhorado na economia rural dos gêneros já cultivados, e de outros, que se podem introduzir, e nas fabricas que lhe são proprias, segundo o melhor, que se tem escrito a este assumpto.** Tomo I. Parte I. Régia Oficina Tipográfica, Lisboa, 1798. Disponível em: <http://143.107.31.150/brasilCienciaPdf/VELOSO O Fazendeiro do Brasil Mindlin 0390_original.pdf>

_____. **O Fazendeiro do Brazil, O Cultivador, Melhorado na economia rural dos gêneros já cultivados, e de outros, que se podem introduzir, e nas fabricas que lhe são proprias, segundo o melhor, que se tem escrito a este assumpto.** Tomo I. Parte I. Régia Oficina Tipográfica, Lisboa, 1798. Disponível em: <http://143.107.31.150/brasilCienciaPdf/VELOSO O Fazendeiro do Brasil Mindlin 0390_original.pdf>

_____. **O Fazendeiro do Brazil, O Cultivador, Melhorado na economia rural dos gêneros já cultivados, e de outros, que se podem introduzir, e nas fabricas que lhe são proprias, segundo o melhor, que se tem escrito a este assumpto.** Tomo II. Parte III. Oficina de João Procópio Correa da Silva, Lisboa, 1800. Disponível em: http://www.brasiliana.usp.br/bbd/bitstream/handle/1918/01836850/018368-5_COMPLETEO.pdf

_____. **O Fazendeiro do Brazil, O Cultivador, Melhorado na economia rural dos gêneros já cultivados, e de outros, que se podem introduzir, e nas fabricas que lhe são proprias, segundo o melhor, que se tem escrito a este assumpto.** Tomo III. Parte I. Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, Lisboa, 1800; Disponível em: http://www.brasiliana.usp.br/bbd/bitstream/handle/1918/01836860/018368-6_COMPLETEO.pdf

VANDELLI, Domingues. Memória sobre a preferencia que em Portugal se deve dar à agricultura sobre as fábricas. In: **Memórias econômicas da Academia Real de Sciencias de Lisboa para o adiantamento da agricultura, das artes, e da industria em Portugal e suas conquistas**. Tomo I. Na officina da Academia Real de Sciencias de Lisboa, 1789. Disponível em: http://books.google.com.br/books/download/Memorias_economicas_da_Academia_real_das.pdf?id=BOQAAAAAYAAJ&hl=pt-BR&capid=AFLRE70jYbKzMq3aVUjsugWr05HJi-Q3YvdmfropQnjYbX_AXqk4a1zl0KvrueIO6GOWPiGoYfi5_PHNz26_A7RzYoguAz-MQg&continue=http://books.google.com.br/books/download/Memorias_economicas_da_Academia_real_das.pdf%3Fid%3DBOQAAAAAYAAJ%26hl%3Dpt-BR%26output%3Dpdf

Bibliografia

ALDEN, Dauril. O Período Final do Brasil Colônia, 1750-1808. In: BETHELL, Leslie (Org.) **História da América Latina: a América Latina colonial**, Vol. II, trad. Mary Amazonas Leite de Barros e Magda Lopes. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 1999.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. O sentido da colônia: revisitando a crise do antigo sistema colonial no Brasil (1780-1830). In: TENGARRINHA, José (org). **História de Portugal**. Bauru, SP : EDUSC ; São Paulo, SP: UNESP; Portugal, PO : Instituto Camões, 2000. p.169-187.

BELLATO. **O Tratado de Methuen**: interpretações e desmistificações. Klepsidra: Revista virtual de historia, Nº. 4, 2000. Disponível em: <http://www.klepsidra.net/klepsidra4/methuen.html>.

VANDELLI, Domingos. Memórias de História Natural. In.:CARDOSO, José Luís. (coord.) **Colecção Ciências e Iluminismo**. Porto Editora, Porto, 2002.

CARVALHO, Laerte Ramos de. As reformas pombalinas na instrução pública. Ed. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978.

COSENTINO. Francisco Carlos. Governadores Gerais do Estado do Brasil (séculos XVI- XVII): ofício, regimento, governação e trajetória. 1 ed. São Paulo: Annablume Editora, 2009.

DIAS, Mario Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2005.

DA SILVA, Ana Rosa Clocllet. **Inventando a nação**: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do antigo regime português. 1750-1822. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2006.

DA SILVA, Júlio Joaquim da Costa Rodrigues. **Ideário Político de uma elite de Estado**: corpo diplomático (1777/1793) – Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa: Editora Gulbenkian, 2002.

DE CARVALHO, Flávio Rey. Um iluminismo português? A reforma da universidade de Coimbra (1772). São Paulo Annablume, 2008.

DEAN, W. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da mata atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DEYON, Pierre. **O Mercantilismo**. Trad. Teresa Cristina Silveira da Mota. São Paulo: Perspectiva, 2004.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2005.

DUARTE. Regina Horta. **História e Natureza**. Coleção Histórias &... Reflexões. Autêntica, Belo Horizonte, 2005.

FALCON, Francisco José Calazans. **Despotismo esclarecido**. Série Princípios. 4ª ed. Editora Ática, 1986.

_____. **Iluminismo**. Série Princípios. 4ª ed. Editora Ática, 1986.

_____. **Mercantilismo e transição**. Coleção Tudo é História, Vol. 7, 13ª ed. Brasiliense, São Paulo, 1993.

_____. Pombal e Brasil. In: TENGARRINHA, José (org). **História de Portugal** Bauru, SP : EDUSC ; São Paulo, SP : UNESP; Portugal, PO : Instituto Camões, 2000.

FILHO, Oswaldo Munteal. Acadêmicos e letrados na crise do Antigo Regime luso-brasileiro – Século XVIII. **Revista Intellectus**. Rio de Janeiro, ano 05. vol. I, p.1-23, 2006. Disponível em: <www2.uerj.br/~intellectus>

HOBBSAWN. Eric. **Da Revolução Industrial inglesa ao Imperialismo**. 6ª ed. Forense, Rio de Janeiro, 2011.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo I. A época colonial, v.2: administração, economia e sociedade. 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

HUGON, Paul. **Histórias das doutrinas econômicas**. 14ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 1995.

LAPA, José Roberto Amaral. **Economia Colonial**. Editora Perspectiva, São Paulo, 1973.

LUNA, Fernando J. Frei José Mariano da Conceição Veloso e a divulgação de técnicas industriais no Brasil colonial: discussão de alguns conceitos das ciências químicas. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.16, n.1, jan.-mar. 2009, p.145-155. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v16n1/09.pdf>

MAFFEY, Aldo. Mercantilismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Vol. 1, 13ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2010.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Trad. Maurício Santana Dias. São Paulo: Penguin Classics. Companhia das Letras, 2010.

MARQUESE, Rafael de Bivar. **Administração e escravidão: idéias sobre a gestão da agricultura brasileira**. 2ªed. Hucitec, São Paulo, 2010.

MARTINS, J. P. Oliveira. **História de Portugal**. 2 Vols., 16ª Ed., Lisboa: Guimarães Editora, 1972.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo**. Trad. Antônio de Pádua Danesi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MENDONÇA, Marcos Carneiro. **O Intendente Câmara, Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá, Intendente das Minas de Diamantes 1764-1835**, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1933

NOVAIS, Fernando A. O Brasil nos Quadros do Antigo Sistema Colonial. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.) **Brasil em Perspectiva**. 19ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.p. 47-63.

_____. **Aproximações**. Cosac Naify, São Paulo, 2005.

_____. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial 1777-1808**. 4ª ed. Editora Hucitec, São Paulo, 2011.

NUNO, Gonçalo F. Monteiro. A consolidação da dinastia de Bragança e o apogeu do Portugal barroco: centros de poder e trajetórias sociais (1668-1750). In:

TENGARRINHA, José (org). **História de Portugal** Bauru, SP : EDUSC ; São Paulo, SP : UNESP; Portugal, PO : Instituto Camões, 2000.

_____. D. José: na sombra do poder. In.: CARNEIRO, Roberto (dir.) **Reis de Portugal**. Temas e debates, Rio de Mouro, 2008.

PÁDUA, José Augusto. **Um Sopro de Destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil**. 28ª ed., São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.

_____. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1977 [1942].

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. 2º Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

QUESNAY, François. **François Quesnay**: economia. Coletânea Grandes cientistas sociais Rolf Kuntz (Org.). Trad. Mary M. de C. Neves, São Paulo: Ática, 1984.

RAMINELLI, Ronald. **Viagens ultramarinas**: monarcas, vassalos e governo a distância. São Paulo. Alameda, 2008.

RICARDO, Laurice de Fátima Gobbi; OLIVEIRA, Terezinha. A economia, a educação e o pensamento fisiocrata do século XVIII. In: ENCONTRO REGIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA: patrimônio histórico no século XXI, XI, 2008, Paraná. **Anais do Encontro Regional da Associação Nacional de História**:

patrimônio histórico no século XXI. Paraná: ANPUH-PR, maio de 2008.p.1-10.
Disponível em: <www.fafija.br/anpuh/textos/031.pdf>

RICUPERO, Rodrigo. A formação da elite colonial: Brasil, c.1530-c.1630.
Alameda, São Paulo, 2009.

ROUANET, Sérgio Paulo. Portugal e Brasil entre a ilustração e o iluminismo.
In.: **O Iluminismo luso-brasileiro**. Anais da sessão conjunta dos membros da
Academia de Ciências de Lisboa e da Academia Brasileira de Letras. Imprensa
Nacional da Casa da Moeda, Lisboa, p. 51-65, 2007

SALGADO, Graça. **Fiscais e meirinhos**: a administração no Brasil Colonial.
Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1985.

SERRÃO, José Vicente O quadro econômico. In: MATTOSO, José
(direcção).**História de Portugal**: o Antigo Regime (1620-1807) 4º vol. Coordenador
Prof. Doutor António Manuel Hespanha. Lisboa: Editorial, 1998.

SILVA, A. Diniz. D. Luís da Cunha e o Tratado de Methuen. **História**: revista
da Faculdade de Letras. Porto, III Série, vol. 4, p 59-84, 2003

SILVA, André Mansuy-Diniz. Portugal e o Brasil: A Reorganização do
Império, 1750-1808. In. BETHELL, Leslie (Org). **História da América Latina**. Vol. 1.
São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. Brasília, DF. Fundação Alexandre
Gusmão, 1998.p.477-518.

_____ . (org.) **Textos políticos, econômicos e
financeiros**. Lisboa: Banco de Portugal, Coleção de Obras Clássicas do Pensamento
Econômico Português, 1993, t. I, p.205-206.

SILVA, C. Paranhos da. **O desvendar do grande livro da natureza**: um estudo da obra do mineralogista José Vieira Couto, 1798-1805. 1ª ed. São Paulo, Annablume, Fapesp, Campinas: Unicamp, 2002

VANDELLI, Domingos. Memórias de História Natural. In.: CARDOSO, José Luís (Coord.) **Colecção Ciência e Iluminismo**. Porto Editora, Porto, s/d.

VALADARES, Virgínia Maria Trindade. **A sombra do poder**: Martinho de Melo e Castro e a administração da capitania de Minas Gerais (1770-1795). Editora Hucitec, São Paulo, 2006.

VARELA, Alex Gomes. **Atividade científica na “bela e bárbara” capitania de São Paulo (1796-1823)**. Annablume, São Paulo, 2009.

VILLATA, Luis Carlos. **Reformismo ilustrado, censura e práticas de Leitura**: usos do livro na América Portuguesa. 1999. 442f. Tese (Doutorado em História) Departamento de História da Universidade de São Paulo, São Paulo. 1999.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O Sistema Mundial Moderno**: o mercantilismo e a consolidação da economia-mundo europeia, 1600-1750. Vol. II, 1974.

_____. **Capitalismo histórico e Civilização capitalista**. Contraponto, Rio de Janeiro, 2001,

WEHLING, Arno. Administração **portuguesa no Brasil de Pombal a D. João (1777-1808)**. Vicente Tapajós (Coord.). História administrativa do Brasil. Vol. 6. Brasília: FUNCEP, 1986.

WEHLING, Arno & WEHLING, Maria José. **Formação do Brasil Colonial**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

WOOD. Ellen Meiksins. **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.